



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)
MESTRADO ACADÊMICO

JEANI BARBOSA SOUSA DE JESUS

APOIO PEDAGÓGICO COMO POLÍTICA DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL:
CONTRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DE APOIO PSICOSSOCIAL E PEDAGÓGICO PARA
DISCENTES COTISTAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA –
BA

Feira de Santana

2025

JEANI BARBOSA SOUSA DE JESUS

APOIO PEDAGÓGICO COMO POLÍTICA DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL:
CONTRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DE APOIO PSICOSSOCIAL E PEDAGÓGICO PARA
DISCENTES COTISTAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA –
BA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Políticas educacionais, movimentos sociais e processos de educação

Orientadora: Prof.^a. Dra. Amali de Angelis Mussi

Feira de Santana

2025

Ficha Catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteadó - UEFS

J56a Jesus, Jeani Barbosa Sousa de
Apoio pedagógico como política de permanência estudantil: contribuições do Núcleo de Apoio Psicossocial e Pedagógico para Discentes Cotistas da Universidade Estadual de Feira de Santana-BA. / Jeani Barbosa Sousa de Jesus, 2024.
138f.: il.

Orientadora: Amali de Angelis Mussi
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em Educação, Feira de Santana, 2024.

1. Políticas de permanência. 2. Permanência estudantil. 3. Acolhimento universitário 4. Apoio pedagógico. 5. Estratégias pedagógicas. I. Mussi, Amali de Angelis, orient. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU: 378(814.22)

Maria de Fátima de Jesus Moreira - Bibliotecária - CRB-5/1120



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA (UEFS)
Autorizada pelo Decreto Federal Nº 77.496 de 27/04/1976
Reconhecida pela Portaria Ministerial Nº 874/86 de
19/12/1986 Recredenciada pelo Decreto Estadual Nº 9.271
de 14/12/2004

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE)

JEANI BARBOSA SOUSA DE JESUS

“APOIO PEDAGÓGICO COMO POLÍTICA DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL: CONTRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DE APOIO PSICOSSOCIAL E PEDAGÓGICO PARA DISCENTES COTISTAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA – BA”. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Feira de Santana, na linha de Políticas Educacionais, movimentos sociais e processos de educação, como requisito para obtenção do grau de mestre em Educação.

Feira de Santana, 03 de abril de 2025

Documento assinado digitalmente
 **AMALI DE ANGELIS MUSSI**
Data: 05/05/2025 09:37:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof/a. Dr/a. Amali de Angelis Mussi Orientador/a – UEFS

Documento assinado digitalmente
 **SELMA BARROS DALTRO DE CASTRO**
Data: 28/04/2025 09:03:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof/a. Dr/a. Selma Barros Daltro de Castro Primeiro/a Examinador/a – UNEB

Documento assinado digitalmente
 **EDUARDO OLIVEIRA MIRANDA**
Data: 23/04/2025 19:37:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof/a. Dr/a. Eduardo Oliveira Miranda Segundo/a Examinador/a – UEFS

RESULTADO: APROVADA

*Dedico essa dissertação a todas, todos e todes
estudantes de Universidades públicas.
Especialmente àqueles que tiveram que
superar barreiras para adentrar e se manter
nesse espaço tão amplo e plural.*

AGRADECIMENTOS

Aquele sonho tão distante finalmente se concretiza! Para honra e glória do meu Senhor Jesus Cristo. Sem ti, nem estaria aqui! Obrigada pelo sustento e direção em todos os momentos de minha trajetória.

Aos meus pais, por tudo que me constitui enquanto pessoa. Mesmo sem ter tido acesso à educação de qualidade, me entregaram tudo o que tinham. Tudo que sou devo a vocês, Sr. Abilio e Dona Josefina!

Às minhas irmãs Maria Nilza, Maria Helena e Mirian, fontes inesgotáveis de amor, confiança e fortaleza. Socorreram-me nos momentos de correria, ficando com meus filhos para que pudesse estudar e não só isso, abriram mão de muitas coisas para que eu chegasse até aqui.

Ao meu esposo, Roque André, pelo incentivo, compreensão e apoio. Obrigada por estar sempre ao meu lado e não soltar a minha mão nos momentos mais difíceis dessa trajetória.

Ah, meus filhos! João Guilherme e Maria Cecília, quanto vocês me fortalecem. Sou outra pessoa após me tornar mãe dessas jóias preciosas. Busco sempre ser exemplo de superação e garra para vocês. É tudo por e para vocês. Obrigada por acreditar em mim em momentos em que eu mesma desacreditei.

À minha orientadora Amali de Angelis Mussi, por ter topado esse desafio em um momento tão tumultuado para ela. Obrigada pela atenção, escuta, compreensão e partilha de conhecimento.

À professora Selma Daltro e ao professor Eduardo Miranda, por terem participado de minha qualificação e somado para que a pesquisa se concretizasse.

Aos meus colegas de trabalho da UEFS, da Escola Municipal Monsenhor Mário Pessoa e do Centro de Educação Básica, por terem segurado as pontas e me socorrido muitas vezes nos momentos de angústia.

Às meninas do NAPP, por toda solidariedade, apoio, compromisso e confiança.

À Professora Sandra Nívia, por ter escutado, incentivado e acolhido o meu desejo de fazer o mestrado.

Ao Professor Otto Agra Figueiredo, pela realização do estágio e por todo saber compartilhado junto com sua turma de graduação.

À professora Joelma, pela compreensão e espera do meu retorno ao labore.

Aos meus colegas de setor, em especial Losangela, Wilker e Valdineia, sem vocês não teria conseguido! Assumiram minhas funções e me auxiliaram por diversas vezes.

Aos estudantes participantes da pesquisa, por terem partilhado suas experiências e impressões sobre o objeto de estudo e assim ter viabilizado a concretização deste trabalho.

Aos meus colegas e professores de turma por todo saber partilhado e troca de informações.

A Lucivane, amiga que ganhei no mestrado, pelas tantas vezes que nos apoiamos uma na outra.

Aos servidores do Mestrado pela atenção, dedicação e compromisso conosco.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a execução deste estudo.

*Tem dias
Que a angústia bate forte aí dentro do seu
peito
Você tenta enxergar a solução e não vê jeito
Agora senta pra me ouvir
Batalhas
E dificuldades bem maiores você já venceu
Foram provas tão difíceis que hoje chego até
dizer
Não entendo como foi que eu venci*

*A verdade é que existe um mistério aí dentro
Uma força que excede o entendimento
A razão pra ter chegado até aqui
Tem alguém que esteve do seu lado em toda a
trajetória
Alguém que conhece até o fim da história
E me trouxe até aqui pra te dizer*

*Lembra quando estava por um fio pra desistir
E quando faltou isso aqui pra você cair
E mesmo assim você tentou mais uma vez
Era a mão de Deus
Era a mão de Deus
Segurando a sua mão pra não cair
Você não veio até aqui pra desistir
Então não tem por que chorar, volte a sorrir
Era a mão de Deus e vai ser sempre assim.*

*Era a Mão de Deus
Interpretada por: Kailane Frauches
Compositor: Arnaldo da Cruz Quaresma
Junior*

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar as contribuições do apoio pedagógico como elemento constituinte da política de permanência estudantil, com foco nas contribuições do apoio oferecido pelo Núcleo de Apoio Psicossocial e Pedagógico (NAPP) aos discentes cotistas da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), localizada na Bahia. A pesquisa investiga as estratégias pedagógicas, psicossociais e de acolhimento utilizadas para garantir a inclusão e permanência desses estudantes da educação superior no contexto universitário, considerando as especificidades e desafios enfrentados pelos estudantes que acessam a universidade por meio da política de cotas. O arcabouço teórico foi construído com base nos estudos de que consideram a permanência estudantil na universidade como elemento de transformação social, assim como de suas potencialidades: Alain Coulon, Kabengele Munanga, João Feres Júnior, Amali de Angelis Mussi, Otto Vinicius de Agra Figueiredo, dentre outros. O estudo parte da premissa de que políticas de apoio pedagógico são fundamentais para reduzir as desigualdades educacionais, especialmente no ensino superior, e proporcionar condições adequadas para o sucesso acadêmico e social dos estudantes provenientes de grupos historicamente marginalizados. A metodologia adotada envolve análise qualitativa, com aplicação de formulário direcionado aos participantes, visando compreender a percepção dos discentes sobre o suporte recebido e suas implicações no processo de adaptação e êxito acadêmico. Os resultados evidenciam a relevância de políticas afirmativas para a permanência estudantil, destacando o papel essencial do NAPP na construção de um ambiente universitário mais acessível e acolhedor para os discentes cotistas.

Palavras-chaves: políticas de permanência; permanência estudantil; apoio pedagógico; acolhimento universitário; estratégias pedagógicas.

ABSTRACT

This study aims to analyze the contributions of pedagogical support as a component of student retention policies, focusing on the assistance provided by the Psychosocial and Pedagogical Support Center (NAPP) to quota students at the State University of Feira de Santana (UEFS), located in Bahia, Brazil. The research investigates pedagogical, psychosocial, and welcoming strategies used to ensure the inclusion and permanence of these students in higher education, considering the specificities and challenges faced by those who access university through affirmative action policies. The theoretical framework is based on authors who view student retention in higher education as a driver of social transformation, including Alain Coulon, Kabengele Munanga, João Feres Júnior, Amali de Angelis Mussi, and Otto Vinicius de Agra Figueiredo, among others. The study is grounded on the premise that pedagogical support policies are essential to reducing educational inequalities, particularly in higher education, and to providing appropriate conditions for the academic and social success of students from historically marginalized groups. A qualitative methodology was employed, using a questionnaire aimed at participants to understand their perceptions of the support received and its implications for adaptation and academic success. The findings highlight the relevance of affirmative policies for student retention and underscore the essential role of NAPP in building a more inclusive and welcoming university environment for quota students.

Keywords: retention policies; student permanence; pedagogical support; university inclusion; pedagogical strategies.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Taxa de frequência líquida de jovens de 18-24 anos no ensino superior (em %).	22
Gráfico 2 – Gênero das pessoas participantes da pesquisa	76
Gráfico 3 – Autodefinição das pessoas participantes da pesquisa.....	79
Gráfico 4 – Categorias de cotas	80
Gráfico 5 – Deficiência ou Necessidade Educacional Específica	82
Gráfico 6 – Dos cursos de graduação dos estudantes analisados	84
Gráfico 7 – Do semestre que cursam atualmente	85
Gráfico 8 – Bolsa ou auxílio permanência	86
Gráfico 9– Número de estudantes atendidos pelo conjunto de bolsas e auxílios oferecidos pela UEFS	88
Gráfico 10 – Tempo de realização do acompanhamento pedagógico	89
Gráfico 11 – Período que iniciou o acompanhamento pedagógico	90
Gráfico 12 – Indicação para realização do acompanhamento pedagógico	91
Gráfico 13 – Do tempo de espera para iniciar o acompanhamento pedagógico	92
Gráfico 14 – Motivos para iniciar o acompanhamento pedagógico	94
Gráfico 15 – Outros tratamentos de saúde ou acompanhamento	95
Gráfico 16 – Contribuições do acompanhamento pedagógico	96
Gráfico 17 – Aspectos que foram melhorados com o acompanhamento pedagógico	98
Gráfico 18 – Frequência dos encontros.....	100
Gráfico 19 – Frequência nos atendimentos	101

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Respostas dos participantes sobre a contribuição do apoio pedagógico.....	96
Quadro 2 – Experiências com o apoio pedagógico.....	102
Quadro 3 – Sugestões para melhoria do serviço de apoio pedagógico.....	103
Quadro 4 – Pontos positivos do serviço de apoio pedagógico	106

LISTA DE FIGURAS –

Figura 1 – Linha do tempo dos principais acontecimentos para adoção de Ações Afirmativas no Brasil.....	44
Figura 2 – Acesso as políticas afirmativas da UEFS	60
Figura 3 – Organograma da PROPAAE	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAU	Centro Universitário
CNE	Conselho Nacional de Educação
COACIUNI	Comissão Administrativa da Residência Indígena
COARUNI	Comissão Administrativa da Residência Universitária
CODAE	Coordenação de Assuntos Estudantis
CPAFIR	Coordenação de Políticas Afirmativas
CONSU	Conselho Universitário
DAA	Divisão de Assuntos Acadêmicos
DEDU	Departamento de Educação
DSAU	Departamento de Saúde
FSA	Feira de Santana
FUFS	Fundação Universidade de Feira de Santana
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
GPT	Grupo Permanente de Trabalho
GEMMA	Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa
IES	Instituições de Ensino Superior
NAC	Núcleo de Alimentação no Campus
NAPP	Núcleo de Apoio Psicossocial e Pedagógico
NAPS	Núcleo de Atenção Psicossocial
NAU	Núcleo de Acessibilidade da UEFS
NEE	Necessidades Educacionais Especiais
NENNUEFS	Núcleo de Estudantes Negras e Negros da UEFS
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
PROPAAE	Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis
PROSEL	Processo Seletivo
PROUNI	Programa Universidade para Todos
RESI	Residência Universitária
RI	Residência Indígena
SESU	Serviço de Saúde Universitário
UEBAS	Universidades Estaduais da Bahia
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana

UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste Baiano
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNDEC	Unidade de Organização e Desenvolvimento Comunitário
UNINFRA	Unidade de Infraestrutura e Serviços

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO: CAMINHOS PERCORRIDOS ATÉ A PESQUISA.....	16
2 EXPANSÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR	21
2.1 Raça, Gênero e Sexualidade: A Emergência de Novos Sujeitos no Ensino Superior Brasileiro.....	30
2.1.1 <i>Os ganhos das universidades com o sistema de cotas e a importância do apoio pedagógico para além do acesso.....</i>	<i>31</i>
3 UM OLHAR SOBRE POLÍTICAS AFIRMATIVAS E DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR.....	33
3.1 O apoio pedagógico como política de assistência e de permanência estudantil	34
3.2 Papel do Estado na implantação das políticas afirmativas	38
3.3 Políticas de ações afirmativas no contexto mundial.....	40
3.4 Políticas de ações afirmativas no Brasil.....	43
3.5 Advento das Universidades Estaduais Baianas e surgimentos das ações afirmativas	51
3.5.1 <i>Ações Afirmativas na UNEB.....</i>	<i>52</i>
3.5.1.1 <i>Políticas de ações afirmativas da UNEB.....</i>	<i>53</i>
3.5.2 <i>Ações Afirmativas na UESB</i>	<i>54</i>
3.5.3 <i>Ações Afirmativas na UESC</i>	<i>55</i>
3.5.4 <i>Ações Afirmativas na UEFS</i>	<i>56</i>
3.5.4.1 <i>Política de Ações Afirmativas da UEFS.....</i>	<i>57</i>
3.5.4.1.1 <i>Criação da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE) e as ações afirmativas da UEFS.....</i>	<i>60</i>
3.5.4.1.2 <i>Missão da PROPAAE</i>	<i>61</i>
3.5.4.1.3 <i>Organograma da PROPAAE</i>	<i>62</i>
3.5.4.1.4 <i>Ações afirmativas desenvolvidas na PROPAAE</i>	<i>64</i>
4 PERCURSO METODOLÓGICO	67
4.1 Lócus da pesquisa e os sujeitos envolvidos.....	69
4.2 Caracterização do lócus da pesquisa – o NAPP	69
4.3 Análise dos dados e resultados da pesquisa.....	72
4.3.1 <i>Perfil dos estudantes cotistas e definição do grupo de participantes</i>	<i>72</i>
5 ANÁLISE DOS DADOS: CONTRIBUIÇÕES DO NAPP/UEFS PARA A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL	75
5.1 Principais características dos estudantes que acessam o serviço do NAPP	76

5.1.1	<i>Em relação ao gênero</i>	76
5.1.2	<i>Em relação a autoidentificação cor/raça pelos estudantes participantes</i>	78
5.1.3	<i>Em relação à natureza da cota utilizada pelos participantes, para o ingresso na UEFS</i>	
	81	
5.1.4	<i>Dados de ingresso e permanência nos cursos de graduação</i>	84
5.2	A relação do estudante com o Núcleo de Apoio Psicossocial e Pedagógico (NAPP/UEFS).....	88
5.3	Contribuições do serviço de apoio pedagógico do NAPP.....	95
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
	REFERÊNCIAS	112
	APÊNDICE 1 – Levantamento de teses para estudo	126
	APÊNDICE 2 – Endereços de acesso para materiais de orientação para estudantes e relatórios relativos às políticas de permanência da UEFS	128
	APÊNDICE 3 – Total de estudantes atendidos pelas residências da Universidade Estadual de Feira de Santana entre 2020 e 2024	129
	APÊNDICE 4 – Dados relativos ao Restaurante Universitário da Universidade Estadual de Feira de Santana	130
	APÊNDICE 5 – Formulário de pesquisa.....	131

1 APRESENTAÇÃO: CAMINHOS PERCORRIDOS ATÉ A PESQUISA

“O mundo oferece as oportunidades, e o lugar oferece as ocasiões.”

(Santos, 1994)

As escolhas profissionais de um sujeito devem sempre traduzir suas expectativas diante da realidade em que está inserido, denotando assim uma imbricada relação entre o pensar e o agir, que materializam então as práticas cotidianas empreendidas, as iniciativas de intervenção relativas às questões que lhe afetam, bem como as demais atividades realizadas. Creio então que foi por este intermédio que forjei minha trajetória acadêmica e profissional.

Ao final do ano 2000, finalizei o ensino médio no Colégio Estadual de Feira de Santana - BA, sendo que no ano de 2002, através de processo seletivo, ingressei na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), cursando Pedagogia. No decorrer do período de graduação, estagiei (na modalidade de Estágio Extracurricular Remunerado) em escolas da Rede Pública de Ensino, ao mesmo tempo em que iniciei minha atuação na Rede Privada.

Tenho uma trajetória de formação construída na escola pública. E como a maioria dos estudantes da escola pública, convivi com um número infinito de estudantes que viviam em situação de vulnerabilidade socioeconômica, visivelmente fortalecida entre diferentes grupos étnico-raciais historicamente excluídos com a falta de oportunidades de acesso a recursos e oportunidades. Um contexto que ousar dizer, ainda hoje, é um retrato da realidade existente no Brasil.

Nesse contexto, não era difícil observar que muitos dos que acessavam a educação, não conseguiam nela permanecer e finalizar seus estudos, por diferentes fatores, a exemplo da falta de transporte em quantidade e itinerários adequados aos estudantes que se esforçam para manter a assiduidade, a falta de oportunidade para um acompanhamento escolar diante das dificuldades que se apresentavam no decorrer do processo de ensino e aprendizagem, a falta de acesso à internet e computadores para a realização de atividades educacionais, a falta de condições mesmo em termos de alimentação, apoio psicossocial e financeiro para a continuidade dos estudos, dentre outros desafios presentes para a permanência estudantil, me instigavam a buscar respostas e contribuíram ao meu envolvimento e comprometimento com a educação.

Após a conclusão da graduação, permaneci lecionando na Rede Pública como professora efetiva do município de Santa Bárbara-BA e, logo após, pude realizar meu sonho de ingressar na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), mas não como estudante e

sim como servidora. Ingressei na UEFS como Educadora de Creche pelo Regime Especial de Direito Administrativo (REDA).

Durante o período exercido na docência, pude aprender que ser professora é uma atividade profissional complexa, plural e repleta de desafios e dilemas pelo fato de ser uma profissão essencialmente humana e humanizadora, ou seja, que se fundamenta por meio de relações e interações estabelecidas entre as pessoas que dela participam, e que requer sensibilidade para a compreensão do contexto, e particularmente, no que se refere ao processo de ensinar e aprender, levando em consideração a trajetória histórica, cultural, econômica e social de cada um dos estudantes. Uma profissão que requer o cuidado e atenção para o acompanhamento da trajetória percorrida pelos seus estudantes, assim como, para a valorização de condições de trabalho e carreira que nos permitisse ter um acompanhamento mais qualificado da trajetória dos estudantes.

No decurso deste período, vivenciei experiências grandiosas e fui me enraizando na instituição. Assim, no ano de 2010 prestei concurso para Técnico Administrativo e consegui me efetivar. Trabalhei na área administrativa onde aprendi bastante sobre o funcionamento da universidade, mas apesar da alegria de ter me tornado servidora efetiva, faltava um complemento para a realização profissional. E foi assim, que no ano de 2018, prestei concurso para Analista Universitária na Área de Pedagogia. Tive êxito e fui aprovada em primeiro lugar. Com a aprovação, tornei a desenvolver meu trabalho na Creche UEFS, só que agora como Pedagoga. Nesse mesmo período fui aprovada e convocada para o Concurso de Coordenador Pedagógico do Estado da Bahia, mas como minha paixão sempre foi a UEFS, optei por permanecer na instituição.

Aprendi bastante com o trabalho na Creche, mas como pleiteava minha aprovação no Mestrado em Educação e meu foco são as políticas afirmativas e de assistência e permanência estudantil, solicitei minha transferência da Creche para a Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE), local em que há aproximadamente cinco anos desenvolvo minha prática profissional, e mais especificamente, na Coordenação de Políticas Afirmativas (CPAFIR).

Na CPAFIR, a equipe de trabalho atua para garantir o desenvolvimento e o fortalecimento das Políticas e Programas de Ações Afirmativas, articula parcerias com os setores da universidade e instituições externas em prol do fortalecimento das políticas afirmativas na UEFS voltadas para a promoção da diversidade étnico-racial, cultural, de gênero e diversidade sexual e pessoas com deficiência. A cada dia, desde a minha chegada à PROPAAE e na CPFIR, me envolvia e me instigava a contribuir com as questões

relacionadas ao acesso e permanência dos estudantes, especialmente dos estudantes pertencentes a grupos historicamente excluídos, de modo a garantir as mesmas oportunidades e condições de usufruírem os mesmos direitos de acesso, permanência e sucesso na vida acadêmica.

Durante este tempo trabalhando na PROPAAE, foi possível identificar as diversas demandas trazidas pelos estudantes sob diferentes aspectos, sejam elas: econômicas, familiares, sociais, psicológicas, pedagógicas, culturais, entre outras. E essas demandas acarretam dificuldades na trajetória acadêmica dos estudantes, inclusive na luta pela permanência na instituição. Com o desenvolvimento do meu trabalho na Pró-Reitoria, passei a refletir sobre os entraves enfrentados pelos estudantes ao entrar no ensino superior, e que levavam a me sentir pertencente ao contexto ao qual me encontrava. Em certos momentos, os relatos que me chegavam me transportavam ao meu passado, a algumas de minhas memórias do que experienciei enquanto estudante da Educação Básica.

Dentro desse contexto de necessidade dos estudantes e do fazer profissional da pedagoga, especialmente com relação ao desenvolvimento de práticas de fortalecimento da permanência estudantil de modo a garantir a realização com sucesso de sua graduação, se destaca a Política de Assistência e Permanência Estudantil, como política pública de educação, que deve contribuir para reduzir os efeitos das desigualdades sociais através da criação de programas de auxílios que garantam benefícios para a alimentação, moradia, transporte e apoio pedagógico que viabilizem a permanência qualitativa, contribuindo efetivamente para a permanência de estudantes em situações de vulnerabilidade, acompanhando e apoiando para que cheguem ao término da trajetória acadêmica de forma satisfatória.

Durante a minha trajetória, cada vez se confirma mais a afirmativa de que, para estudantes oriundos dos estratos mais empobrecidos, não é suficiente o acesso às universidades, é preciso que, através de políticas de assistência estudantil, sejam garantidas melhores condições materiais e culturais. Concordo com Gomes (2009), quando ela reitera que a permanência bem-sucedida vai além do suprimento de condições mínimas de sobrevivência, como alimentação e transporte. É preciso criar condições para viver a universidade com tudo o que ela tem a oferecer, ensino, pesquisa, extensão, participação em representações estudantis, congressos e tantas outras oportunidades que as instituições de ensino superior promovem.

Neste cenário de contínua reinvenção, nem sempre confortavelmente compartilhada, encontrei a motivação para realização da presente pesquisa, com vistas à investigação das

políticas de permanência estudantil, no intuito de contribuir com a permanência para além do acesso, com a integração e sucesso na universidade, bem como com o fortalecimento da política dentro da instituição e da pesquisa em educação como campo de conhecimento. Especificamente, a questão norteadora que me impulsionou foi conhecer quais são as contribuições do serviço de apoio pedagógico realizado pelo Núcleo de Apoio Psicossocial e Pedagógico (NAPP), para a permanência dos estudantes que ingressaram por meio do sistema de cotas nos cursos de graduação da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Para alcance de respostas para a indagação foi traçado o objetivo geral: Descrever as contribuições do serviço de apoio pedagógico realizado pelo NAPP para os discentes cotistas da UEFS e específicos: Caracterizar o serviço de apoio pedagógico realizado pelo NAPP; identificar as contribuições do serviço de apoio pedagógico para os discentes cotistas; delimitar as principais demandas que fazem com que os discentes procurem o serviço de apoio pedagógico do NAPP.

O Núcleo de Apoio Psicossocial e Pedagógico (NAPP), se constituiu em um espaço de escuta, acolhimento, reflexão, orientação e de encaminhamento das questões relacionadas aos processos educacionais, com vistas a oferecer assistência estudantil para a sua permanência exitosa, especialmente durante a realização do curso de graduação. Tem por objetivo geral atender às necessidades da comunidade estudantil, tanto individuais como coletivas, no que se refere à prevenção, intervenção, avaliação, acompanhamento e orientação no âmbito dos diversos aspectos do processo psico-sócio-educativo.

Entendo que o trabalho desenvolvido pelo NAPP é portador de possibilidades e contribuições para a efetivação das políticas institucionais que buscam ampliar condições para a permanência, prioritariamente, para os (as) estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade social e/ou integrante de comunidades tradicionais historicamente excluídos do ensino superior com vistas a contribuir para a promoção social pela educação.

O NAPP tem como objetivo principal desenvolver ações de apoio e orientação pedagógica que favoreçam o acolhimento, a permanência e a qualidade dos processos formativos para estudantes dos cursos de graduação na UEFS, contribuindo para uma formação acadêmica qualificada em relação às dimensões humana, profissional, crítica e ética.

Nesse sentido, o presente estudo possibilita compreender a função e as possibilidades do apoio pedagógico no ensino superior enquanto uma política de permanência estudantil, e provoca contribuições ao fortalecimento das políticas públicas de assistência e permanência estudantil.

Perseguindo os objetivos estabelecidos para a pesquisa, o presente estudo foi estruturado em seções que dialogam entre si, e que é no seu conjunto que o seu sentido se estabelece. Inicia apresentando um breve contexto sobre o processo de expansão e de democratização do acesso de estudantes no Ensino Superior¹. Em continuidade, tece considerações sobre o foco central do estudo: o apoio pedagógico como política de permanência estudantil e o contexto que fortalece a presença e a necessidade de ações institucionais para o desenvolvimento de projetos e programas de permanência estudantil, o qual ocorreu especialmente com a implantação da política de ações afirmativas, que estabelece a reserva de vagas para grupos historicamente excluídos do ensino superior brasileiro. O texto também relata sobre as políticas de permanência presentes nas Universidades do Estado da Bahia, com destaque para as políticas de permanência adotadas pela Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, lócus de realização da pesquisa, prefaciando assim, a seção que trata sobre os procedimentos metodológicos adotados e que fundamentam o processo de análise e discussão dos dados apreendidos em pesquisa de campo realizada com estudantes que fazem uso da política de permanência desenvolvida pelo Núcleo de Apoio Psicossocial e Pedagógico (NAPP).

As considerações finais não são conclusivas, despertam a necessidade e o interesse de continuidade de estudos, e provocam desafios às políticas educacionais, para o investimento efetivo em programas institucionais de permanência qualificada ao estudante durante a realização do seu curso de graduação, oferecendo ações e políticas que contemplem diferentes aspectos da vida acadêmica e pessoal dos estudantes, compreendendo suas necessidades, valorizando seus contextos e promovendo um ensino que dialogue com a realidade do seu público alvo.

Para a realização da presente investigação, foi necessário me distanciar, na medida do possível, de minha atuação profissional na PROPAAE, para que pudesse “ouvir e sentir” relatos dos estudantes e investigar documentos e produções da própria equipe da PROPAAE. Foi um exercício importante que implicou em amadurecimento e muito estudo. Ao final dessa dissertação, retornarei à PROPAAE como bem poetisa Thiago de Mello (2009):

“Não tenho um caminho novo. O que eu tenho de novo é um jeito de caminhar”

¹ Nesse estudo, Ensino Superior e Educação Superior são tratados como sinônimos, e incluem todas as Instituições de Educação que oferecem cursos em nível superior.

2 EXPANSÃO E DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

A legislação brasileira, especialmente a Constituição Federal de 1988, também chamada Constituição Cidadã, a educação, ao lado de outras políticas sociais, é reconhecida como um direito social. Enquanto um direito social é fundamental que toda pessoa tenha acesso à escolarização, em todos os seus níveis. Assim a Carta Magna estabelece:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será provida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 2023).

Portanto, é dever do Estado, da família e da sociedade, promover e incentivar a educação, para que toda pessoa tenha acesso à educação de qualidade e a uma formação que contribua ao exercício da cidadania. Se o acesso à educação é um direito, também é um direito fundamental a garantia de políticas educacionais que viabilize a igualdade de condições para a permanência dos estudantes nas instituições de ensino superior.

Nas últimas décadas, a educação superior vem modificando-se em relação a vários aspectos: aumento no número de universidades e de cursos, didática, organização institucional e número de alunos, dentre outros. Segundo Schwartzman (1982), a partir dos anos de 1970 houve um aumento significativo no número de matrículas no ensino superior. Em 1970, havia aproximadamente 425,5 mil estudantes matriculados em instituições de educação superior, dos quais 50,5% estavam em instituições privadas. Esse número cresceu para cerca de 1,3 milhão em 1980, com 64,3% das matrículas no setor privado.

O crescimento na educação superior foi impulsionado por fatores diversos, entre elas: expansão do número de instituições de ensino superior (especialmente as privadas); diversificação de modalidades de ensino (ampliação da Educação à Distância); programas de bolsas; renúncia fiscal e empréstimos estudantis, como Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies); o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES); as políticas de ações afirmativas, em especial, o sistema de cotas para acesso à educação superior. Esses fatos proporcionaram especialmente às Universidades e Institutos que abrissem as portas para novos públicos, mas, por si, não garantem o processo de democratização da educação superior.

para que isto aconteça a educação superior precisa ser compreendida como um bem público e universal e, portanto, dever do Estado. Sendo, portanto,

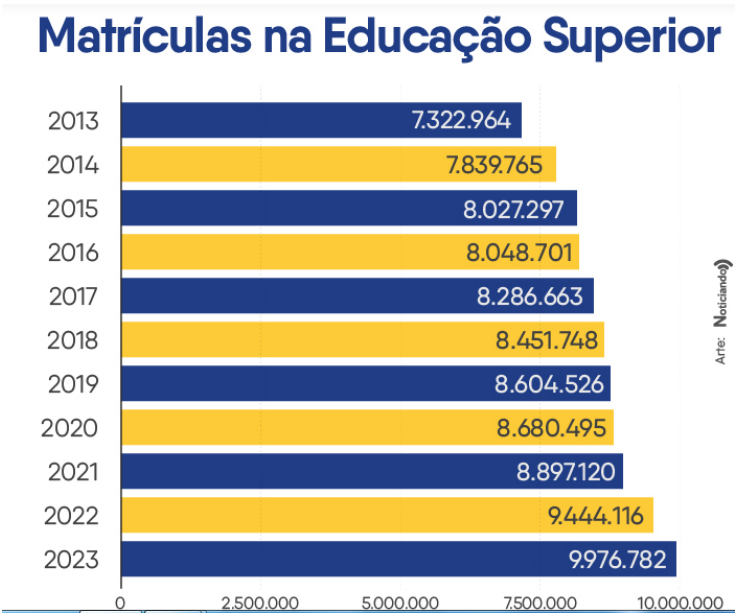
direito humano e universal, o acesso à educação superior deve ser possibilitado a todos. (Pimentel, 2013, p. 4).

Democratizar o acesso ao ensino superior significa dar condições àqueles que teriam chances reduzidas aos moldes tradicionais de ingresso por mérito em ampla concorrência. As políticas públicas que visam ampliar o acesso a esse nível educacional contribuem dando oportunidades às pessoas que não teriam condições de pagar por uma graduação em instituição privada, ou que por diversos fatores não conseguiriam acessar uma universidade pública.

A expansão de vagas no ensino superior resultou em um aumento da proporção de jovens (18-24 anos) que frequentam o ensino superior. O gráfico 1 mostra que, enquanto a expansão entre 1995 e 2005 favoreceu principalmente os dois quintos mais elevados da distribuição de renda, o aumento entre 2005 e 2015 beneficiou também os estratos com renda mais baixa

Importante destacar, contudo, que mesmo os estudos que identificam uma maior popularização no acesso ao ensino superior também ressaltam a persistência de desigualdades. Assim, enfatizam a importância da manutenção de políticas públicas que tenham o objetivo não apenas de expandir, mas de democratizar o acesso (Oliveira, 2019).

Gráfico 1 – Matrículas na Educação Superior



Fonte: INEP/MEC 2023

Em países como o Brasil, em que persistem lacunas na democratização do acesso ao ensino superior, as políticas públicas são fundamentais (Gianezi; Allen, 2018). Por origens históricas e pela crônica disparidade social, o acesso à educação superior é obstáculo presente na vida de muitas pessoas (Gianezi, et al. 2016; Westrup, Gianezi, 2018).

Para Neves, (2020) pode-se considerar um privilégio social cursar a educação superior no Brasil, visto que ainda está associada aos mecanismos meritocráticos da escolarização básica e fruto da seleção social. Por esse motivo, a democratização do ensino superior no Brasil é um processo permanentemente contínuo de busca e esforços para tornar o acesso à educação universitária mais inclusiva e equitativa, proporcionando oportunidades iguais para todos os segmentos da sociedade.

A democratização da Educação Superior, mais especificamente nas Universidades e Institutos, está diretamente relacionada à redução das desproporções socioeconômicas e na oportunidade de ingresso a este nível de ensino pela expansão dessas instituições, e merece uma breve contextualização, diante do nosso tema de investigação.

No Resumo Técnico do Censo da Educação Superior divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (BRASIL, 2021), foram reveladas estatísticas referentes ao acompanhamento decenal dos alunos que ingressaram em instituições de ensino superior brasileiras no ano de 2010. Observou-se que, após dez anos da entrada no curso, apenas 40% dos estudantes haviam concluído a graduação, enquanto a taxa de desistência acumulada ficou em 59%, restando ainda 1% contabilizado na taxa de permanência (BRASIL, 2021).

Essa equivalência pode ser observada também nos dados apresentados no Resumo Técnico do Censo da Educação Superior referente ao ano de 2013, divulgado em 2014 (BRASIL, 2014) em relação ao Resumo Técnico do Censo da Educação Superior referente ao ano de 2023, divulgado em 2024 (BRASIL, 2024).

De acordo com os dados dispostos no Resumo Técnico do Censo da Educação Superior (BRASIL, 2014), o Brasil atingiu a 8.033.574 alunos matriculados no ensino superior no ano de 2013. O mesmo Resumo indica que o total de estudantes que ingressaram no ensino superior em 2013 chegou a 2.742.950, um número 76,4% maior do que o registrado há dez anos. Já em termos de conclusão de curso, o documento informa que a quantidade de alunos que concluíram os estudos nesse segmento da educação foi de 991.010 estudantes (BRASIL, 2014).

E o Resumo Técnico do Censo da Educação Superior (BRASIL, 2024), referente ao ano de 2023, os dados demonstram que o número de matrículas na educação superior chegou

a mais de 9,9 milhões – um aumento de 5,6% entre 2022 e 2023: considerado o maior aumento no número de estudantes, desde o ano de 2014. Em relação aos ingressantes, o mesmo estudo estatístico (BRASIL, 2024) revela que houve mais de 4,9 milhões de estudantes que iniciaram um curso de graduação em 2023. Entretanto, o estudo também informa que o número de concluintes em 2023 foi de 1.374.669).

Esse processo de expansão da educação superior, e o consequente aumento das vagas para esse nível de ensino, possibilitou a jovens das diferentes camadas sociais, incluindo as mais baixas e vulneráveis socialmente, o acesso ao ensino superior como um mecanismo de mobilidade social e de reparações históricas de processos excludentes à maioria da população. Entretanto, que a taxa de crescimento no acesso de estudantes ao ensino superior deve ser vista com o devido cuidado, vez que o mesmo relatório referente ao Censo Educacional do MEC/INEP, relativo ao ano de 2023 informa que apenas 21,6% dos jovens de 18 a 24 anos no Brasil ingressaram na Educação Superior no respectivo ano.

A esse respeito, Silva e Sampaio (2022, p. 605) destacam que:

Considerando que o ensino superior é visto como uma qualificação que proporciona melhores condições de empregabilidade, a baixa taxa de sucesso na graduação passa a ser um fator que leva à desigualdade social, pois os índices de evasão estão normalmente associados aos alunos de baixa renda, e o abandono do curso impede a transformação social do indivíduo, o que resulta numa perpetuação da sua condição socioeconômica.

Salata (2018) identifica que a redução das desigualdades de origem no acesso à educação superior ocorreu essencialmente entre 2005 e 2015. Esse período é caracterizado por uma maior quantidade de políticas facilitadoras da entrada das pessoas com menores níveis socioeconômicos, tais como as cotas, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o ProUni e o Fies, corroborando a relevância das políticas nesse período.

Há, adicionalmente, estudos que mostram evidências de que a política de cotas contribuiu para uma maior diversidade entre estudantes de universidades públicas (Mendes Junior, Souza e Waltenberg, 2016; Francis e Tannuri-Pianto, 2012; Vilela, Menezes-Filho e Tachibana, 2016).

A partir dessa amostra de dados, ponderamos que a democratização do acesso à educação superior não pode se resumir em ampliação de acesso à educação gratuita. A desigualdade educacional é um problema que persiste principalmente para a população em

vulnerabilidade social, com desvantagem socioeconômica, mesmo após sua aprovação para cursar a educação superior.

Com a expansão do número de matrículas, vários fatores culminaram para os governantes enxegarem a educação superior como um fator de competitividade econômica, dentre eles: o crescimento das taxas em termos de rendimento e empregabilidade, crescimento econômico e urbanização, movimentos sociais e culturais, mudanças no mercado de trabalho.

Simultaneamente, constrói-se a ideia de que o acesso à educação superior constitui um importante mecanismo para a redução das desigualdades de oportunidades e promoção da mobilidade social. Se ingressar e ampliar as formas de acesso são importantes, também é fundamental pensar estratégias e políticas de permanência desse estudante, para que finalize sua graduação com sucesso.

Mesmo com todos esses avanços conquistados, a democratização deste nível de educação ainda enfrenta desafios significativos, como a melhoria da qualidade do ensino, inclusão de grupos marginalizados, a garantia da permanência e a conclusão dos estudos.

Assim, a democratização do ensino superior é um processo longo, progressivo e complexo, pois exige engajamento dos governos, instituições de ensino, sociedade civil e demais atores interessados na promoção da igualdade de oportunidades e no desenvolvimento humano social do país.

“Uma efetiva democratização da educação requer certamente políticas para a ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, em todos os seus níveis, mas requer também políticas voltadas para a permanência no sistema educacional de ensino” (Zago, 2006, p. 228). Nas iniciativas voltadas às universidades públicas, é preciso que haja políticas para a permanência, para que não apenas o ingresso seja garantido. “As ações de apoio ao estudante universitário e suas necessidades educativas e sociais não acompanharam ainda o ritmo da democratização do acesso” (Carneiro; Bridi, 2020, p. 155-156), de forma que as políticas públicas de permanência, que promovem a continuidade dos estudos e diminuem a evasão acadêmica, se mostram fundamentais.

Aliada ao processo de expansão de vagas na educação superior, testemunhamos também a luta de diversos movimentos sociais com vistas à ampliação de formas de acesso e do fortalecimento ao ingresso de estudantes das camadas populares e em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que até então pouco, não faziam parte do cotidiano dos espaços universitários ao qual fazem jus. Destaca-se nesse contexto, o amplo processo de reivindicação dos movimentos negros brasileiros em prol de políticas reparatórias com vistas

à promoção da redução de desigualdades de direitos básicos aos afrodescendentes (SILVA, 2017), assim como diferentes movimentos sociais nas lutas em defesa da presença de povos indígenas, quilombolas, ribeirinhas e tantos outros povos excluídos socialmente da educação, especialmente, do ensino superior brasileiro.

Com as políticas de democratização do acesso ao ensino superior esse contexto tem se modificado, especialmente nas últimas décadas, com a criação do sistema de cotas, como uma importante política afirmativa para a valorização da população excluída historicamente, especialmente, para combater as desigualdades raciais presentes no país. A Lei Federal n.º 12.711/2012, conhecida como lei de Cotas, revisada em 2023 pela Lei Federal n.º 14.723/2023, que tem como objetivo reservar uma porcentagem nos números de vagas para negros, indígenas, quilombolas ou pessoas com baixa renda, garante a reserva de vagas em todas as instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação.

No âmbito do Estado da Bahia, a Lei Estadual n.º 13.182/2014 institui o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa do Estado da Bahia. Esta lei prevê a reserva de vagas para a população negra em concursos públicos e processos seletivos simplificados. A Lei Estadual n.º 13.182/2014 foi regulamentada pelo Decreto n.º 15.353/2015 do estado da Bahia, onde prevê que os concursos estaduais e os processos simplificados realizados pelo Estado da Bahia terão 30% de suas vagas reservadas à população negra, incluindo assim, a obrigatoriedade de reserva de vagas também para as universidades públicas da Bahia.

O conjunto de lutas, com manifestações em congressos, associações e movimentos sociais, somado aos dispositivos legais trouxe mudanças no contexto do ensino superior brasileiro. Já na última década, com as políticas afirmativas que visam reparar processos de exclusão e promover a inclusão de grupos historicamente alijados de direitos, é possível perceber um público diferenciado nas instituições de educação superior. Isso requer que avancemos na discussão em direção ao debate sobre permanência desses grupos nos espaços ocupados por direito, mantendo-nos vigilantes para reafirmar as condições de acesso.

De acordo com Mussi (2007, p:25)

Há uma pluralidade e diversidade de formas de vida presentes na sociedade atual com intercâmbio entre os povos, diversidade de costumes, religião, padrões éticos, estéticos, culturais e morais múltiplos e complexos, que geram sentimentos ambíguos, de incerteza, de curiosidade, de instabilidade, de possibilidade, de transgressão, de provisoriedade, de contradições e conflitos, desgovernando a lógica, rompendo a ordem social até então configurada e conhecida.

Diante deste cenário de mudanças, o público das universidades diversificou-se. O novo público estudantil não mais se enquadra na definição de “herdeiros”, oriundos de escolas privadas, brancos e/ou pardos e pertencentes às classes mais privilegiadas da sociedade formada por famílias de maior poder aquisitivo e com acesso às melhores oportunidades de educação, situação que define o caráter elitista da educação superior. Os estudantes deste contexto precisam trabalhar para se manter nas instituições, conciliar estudos com trabalho, vida familiar, social e, sobretudo, com o seu bem estar físico e mental.

As políticas de acesso à educação superior favorecem a ampliação do número de matrículas, mas as condições econômicas, sociais e emocionais continuam sendo fatores preponderantes na decisão de concluir ou não uma formação superior. A grande maioria dos estudantes necessita trabalhar para sustento próprio ou de suas famílias. No Brasil, uma parcela significativa dos estudantes concilia trabalho e estudo para contribuir com o sustento familiar. De acordo com uma pesquisa do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) divulgada em novembro de 2024, 68% dos estagiários afirmaram auxiliar nas despesas da família, enquanto 10% são os únicos responsáveis pelo sustento familiar.

Esses dados evidenciam que uma parcela expressiva dos estudantes brasileiros trabalha para sustentar suas famílias ou contribuir com as despesas domésticas. Outros demandam as políticas de permanência para manter-se na graduação e não compor os índices de evasão universitária.

As políticas públicas educacionais postas em prática, revisadas e voltadas para atender as necessidades dos discentes se tornam valiosas para transgressão deste contexto.

Assim, como cita Freire (1967, p.19), necessitamos “de uma educação para a decisão, para a responsabilidade social e política”. Uma educação que ofereça a todo cidadão que dela participa, uma nova postura diante dos problemas do seu tempo.

Desta forma, com a expansão do acesso ao nível superior e consequente aumento no número de matrículas, é notório o surgimento de vários desafios para a permanência que interferem no percurso acadêmico do estudante universitário. Dentre eles, a dificuldade de integração ao ambiente acadêmico, dificuldades de acompanhar a rotina de estudos e conteúdos dos cursos, doenças psicológicas que surgem pelas cobranças e demandas da vida acadêmica, abandono e evasão.

Para Walsh (2013), é necessário que “tramemos” a nossa rebelião contra as injustiças que nos impedem de alcançarmos a nossa libertação. Assim, o crescimento do número de matrículas colocou em evidências outras dificuldades, como a falta de integração com o

ambiente universitário, problemas na relação pedagógica e pessoal com os professores, dificuldades para acompanhar o ritmo e quantidade dos conteúdos, novas relações interpessoais, necessidade de falar em público, gestão de questões domésticas, falta de conhecimento-base para o curso, baixa autoconfiança, falta de clareza das metas, desconhecimento de métodos de estudo, gestão deficiente do tempo, falta de rotina e falta de autonomia no processo de aprendizagem. A soma dessas dificuldades acaba impactando diretamente na permanência dos estudantes, pois conseguem adentrar no ambiente universitário, mas não garantem a conclusão da graduação. Faz-se necessário uma nova postura e mudanças de atitudes na tentativa de atender as necessidades dos estudantes.

A permanência mobiliza dimensões simbólicas, culturais, acadêmicas e pedagógicas, que cada vez mais tem se apresentado como centrais para que o percurso do estudante universitário não se caracterize pelo baixo desempenho, pelo desinteresse e, em última análise, pelo abandono do curso e evasão. (Heringer, 2020, p. 69).

Portanto, é no bojo da expansão dos sistemas nacionais de ensino superior e em resposta à diversificação de seu público que emergem e se desenvolvem os serviços de ações afirmativas estudantis. Os movimentos sociais e estudantis passaram a discutir com o governo mudanças neste cenário. Na perspectiva de minimizar essas dificuldades, assegurar a permanência do estudante, e acompanhar seu desenvolvimento acadêmico ao longo da graduação, com vistas, sobretudo, à sua integração e sucesso na universidade, surgem as políticas de ações afirmativas e, dentre elas, a necessidade do apoio pedagógico. Essa perspectiva reforça a teoria dialógica de Freire (1994), segundo a qual os indivíduos se encontram para transformar o mundo em colaboração. Colaboração esta advinda da comunicação, da aprendizagem e do conhecimento.

Assim, o apoio pedagógico pode ser compreendido como a área de atuação para as políticas institucionais de permanência, criando as condições para que as instituições fortalecessem seus serviços e elaborassem estratégias e ações para atender a essa área. Nesta área de atuação, ganham espaço abordagens como a da Pedagogia Engajada de hooks (1999), que propõe “um jeito de ensinar que qualquer um possa aprender”.

Neste contexto, urge dotar as instituições de educação superior de condições físicas, estruturais e econômicas para que possam investir em projetos e programas de permanência estudantil, seja através da criação de espaços capazes de oferecer um suporte adequado, visando a inclusão e permanência dos estudantes que apresentam algum tipo de dificuldade, seja na adaptação a este novo ambiente, iniciativas pedagógicas ou de interação e inserção no

meio acadêmico.

O apoio pedagógico surge na intenção de contribuir significativamente com o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes. A consolidação desta política garante que discentes tenham condições de acompanhar as disciplinas dos seus cursos, tendo supridas dificuldades acadêmicas que porventura surjam em suas trajetórias na universidade, bem como proporcionar ao corpo docente importante suporte às suas atividades pedagógicas.

A partir do ingresso na educação superior, surgem novas formas de se ver, ver o mundo e o outro e estas experiências estão relacionadas ao processo de identificação e às relações de poder que, por sua vez, contribuem significativamente para a estrutura social e a construção da identidade destes discentes.

A dimensão acadêmica torna-se latente na vida universitária, necessitando de adaptações constantes aos novos ritmos e estratégias de aprendizagem, ao novo estatuto de aluno e aos novos sistemas de ensino e avaliação. Coullon (2008, p. 31) explicita claramente que uma das primeiras tarefas do estudante ao chegar ao ensino superior “é aprender o ofício do estudante”, tornando-se parte deste novo ambiente, apropriando-se dos conhecimentos e interações que este proporciona.

A vida universitária faz parte do ciclo de vida de muitos brasileiros. É um período marcado por situações individuais e coletivas que demandam responsabilidades, esforços e aprendizados, os quais consequentemente geram muitos sentimentos e situações em vários âmbitos da vida do estudante. Nesse contexto, são necessárias a assistência e a permanência estudantil em suas variadas possibilidades. Diversos são os encaminhamentos que se estabelecem e fomentam o atendimento ao universitário, concretizando o compromisso social da universidade para com o estudante. (Zbunovicz, 2022, p. 18)

A proposta desta pesquisa parte de um olhar sobre a vida acadêmica dos jovens, seu desempenho na universidade e tempo para conclusão do curso, e visa cumprir o seu papel social de interesse público, na medida em que o apoio pedagógico configura um suporte para garantir a qualidade da aprendizagem, permanência e evitar a evasão.

Partindo dessa premissa, este estudo destaca-se pela relevância acadêmica e psicossocial, uma vez temos como hipótese que o apoio pedagógico é um fator decisivo para a permanência de estudantes que desde o nível médio apresentam dificuldades com alguns componentes curriculares, em decorrência das lacunas da educação pública no seu processo de ensino e aprendizagem.

Assim, a pesquisa traz como centro o serviço de apoio pedagógico enquanto estratégia facilitadora da permanência para os estudantes universitários, tornando mais acessível o processo de aprendizagem no Ensino Superior, partindo da crença que a permanência e a conclusão do curso universitário abrangem questões tanto pessoais quanto institucionais. Pensar no estudante universitário envolve preocupar-se com as vulnerabilidades que emergem em meio ao conjunto de escolhas, responsabilidades, compromissos e necessidades do Ensino Superior.

2.1 Raça, Gênero e Sexualidade: A Emergência de Novos Sujeitos no Ensino Superior Brasileiro

Nas últimas décadas, o ensino superior brasileiro passou por um processo significativo de democratização, impulsionado por políticas públicas como o sistema de cotas, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Sistema de Seleção Unificada (SISU). Tais iniciativas promoveram o ingresso de estudantes oriundos de grupos historicamente marginalizados — como pessoas negras, indígenas, mulheres de classes populares e indivíduos LGBTQIA+ —, os quais hoje constituem os chamados "novos públicos" das universidades (SANTOS, 2010).

A presença desses sujeitos no espaço acadêmico tem provocado uma reconfiguração das dinâmicas institucionais, curriculares e epistemológicas. Tais presenças colocam em xeque o modelo tradicional de universidade, estruturado a partir de uma lógica eurocêntrica, androcênica, branca e heteronormativa. Nesse sentido, observa-se uma crescente emergência de vozes que reivindicam representatividade, reconhecimento e legitimidade epistemológica.

As discussões em torno da raça, por exemplo, ganham centralidade a partir da atuação de estudantes e intelectuais negros, que problematizam o racismo estrutural nas instituições de ensino e demandam políticas de ação afirmativa que assegurem não apenas o acesso, mas também a permanência e o êxito acadêmico (NASCIMENTO, 2003; GONZALEZ, 1984). A presença de mulheres e pessoas LGBTQIA+ também tem contribuído para tensionar as estruturas patriarcais e heteronormativas da universidade, desnaturalizando violências simbólicas e propondo novos paradigmas de convivência e produção do saber (BUTLER, 2003; HERNÁNDEZ, 2016).

A perspectiva de uma educação crítica, emancipadora e inclusiva, como propôs Paulo Freire (1996), torna-se ainda mais urgente nesse novo cenário. A universidade, enquanto espaço de formação humana e de produção de conhecimento, precisa se abrir ao diálogo com saberes historicamente excluídos, como os saberes afro-brasileiros, indígenas, feministas e

periféricos. Nessa direção, Boaventura de Sousa Santos (2010) propõe uma “ecologia de saberes”, que reconhece a diversidade epistemológica e rompe com o monopólio do saber científico ocidental.

Portanto, a presença desses novos sujeitos no ensino superior não deve ser compreendida apenas como resultado de uma política de inclusão social, mas como parte de um processo mais amplo de transformação institucional e epistemológica. É a partir da escuta ativa dessas vozes que a universidade pode se reconstruir como um espaço efetivamente democrático, plural e comprometido com a justiça social.

2.1.1 Os ganhos das universidades com o sistema de cotas e a importância do apoio pedagógico para além do acesso

A adoção do sistema de cotas nas universidades públicas brasileiras representa uma das mais significativas políticas de democratização do ensino superior nas últimas décadas. Instituído inicialmente pela Lei nº 12.711/2012, o sistema de cotas visa corrigir desigualdades históricas ao reservar vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, pessoas negras, pardas, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência. Tal política gerou impactos positivos tanto para os estudantes beneficiados quanto para as instituições de ensino superior, ao promover maior diversidade e inclusão. No entanto, o ingresso, por si só, não assegura a permanência ou o sucesso acadêmico, sendo imprescindível o fortalecimento de políticas institucionais de apoio pedagógico.

Entre os principais ganhos institucionais associados ao sistema de cotas está a ampliação da diversidade sociocultural nos espaços acadêmicos. A presença de estudantes com trajetórias escolares distintas e oriundos de grupos historicamente marginalizados promove o enriquecimento do debate acadêmico e fortalece o compromisso social da universidade. Conforme argumenta Boaventura de Sousa Santos (2010), a universidade pública deve assumir um papel de “ecologia de saberes”, valorizando conhecimentos plurais e abrindo-se a outras epistemologias, especialmente aquelas vindas das periferias, das comunidades indígenas, quilombolas e de grupos populares.

Contudo, o ingresso de estudantes por meio das cotas também revela os limites estruturais da universidade em termos de acolhimento e permanência. Muitos desses estudantes enfrentam dificuldades pedagógicas decorrentes das lacunas formativas acumuladas ao longo de suas trajetórias na educação básica, em contextos marcados pela precariedade de recursos, pela exclusão digital e por processos de ensino pouco dialógicos.

Como destaca Paulo Freire (1996), o ato de educar exige reconhecer o sujeito em sua totalidade e historicidade, o que implica a necessidade de práticas pedagógicas comprometidas com a escuta, o acolhimento e o diálogo.

É nesse contexto que se insere a importância do apoio pedagógico como política institucional. O apoio pedagógico no ensino superior pode ser compreendido como um conjunto de ações e estratégias voltadas ao acompanhamento acadêmico, desenvolvimento de habilidades cognitivas e afetivas, e fortalecimento dos processos de aprendizagem. Programas de monitoria, tutoria, oficinas de nivelamento, orientação acadêmica, e acompanhamento psicopedagógico são exemplos de iniciativas que buscam garantir condições equitativas para o êxito estudantil.

De acordo com dados do INEP (2023), apesar do aumento no acesso ao ensino superior proporcionado pelas cotas, a taxa de evasão ainda é significativamente alta entre estudantes cotistas, especialmente nos dois primeiros anos de curso. Tais dados reforçam a tese de que a inclusão exige não apenas a abertura de vagas, mas o compromisso com a permanência qualificada. Como argumenta Moraes (2015), o sucesso acadêmico de estudantes cotistas depende de uma cultura institucional que reconheça suas especificidades, forneça suporte contínuo e promova o desenvolvimento de sua autonomia intelectual.

Além de favorecer a permanência de estudantes cotistas, o apoio pedagógico beneficia toda a comunidade acadêmica. Ao promover práticas mais dialógicas, inclusivas e contextualizadas, tais ações repercutem positivamente na qualidade do ensino, no desempenho acadêmico geral e na construção de um ambiente universitário mais justo e colaborativo. Assim, o investimento em apoio pedagógico não representa apenas uma estratégia compensatória, mas uma afirmação do direito à educação de qualidade.

Conclui-se, portanto, que o sistema de cotas e o apoio pedagógico devem ser compreendidos como políticas complementares. As cotas garantem o acesso, mas é o apoio pedagógico que possibilita a permanência e a emancipação acadêmica dos estudantes. A universidade que se compromete com ambos os aspectos avança não apenas na sua função formadora, mas também em sua missão social de enfrentamento às desigualdades e promoção da justiça educacional.

como proporcionar ao corpo docente importante suporte às suas atividades pedagógicas. Assim, o Serviço de Apoio Pedagógico:

Se caracteriza pela promoção de atividades que contribuem para que o estudante conquiste sua autonomia na relação pedagógica com a aprendizagem. É um trabalho de orientação educacional que busca atender a necessidade de organização e desenvolvimento de práticas de estudo. O serviço atende à comunidade estudantil por meio de encontros individuais e atividades coletivas onde se discutem os processos de afiliação ao ensino superior, o fortalecimento da autoestima, o enriquecimento do universo cultural e o desenvolvimento de habilidades sociais no planejamento da vida acadêmica. (UFOB, 2016, p. 19)

Em importante estudo, Gomes (2009) aponta para a necessidade da criação de condições reais de sucesso aos estudantes que ingressam no ensino superior, que estão para além da permanência, tendo em vista o fortalecimento acadêmico desses estudantes. Uma permanência que inclui, por exemplo, a oferta da aprendizagem de uma segunda língua, do uso e domínio de novas tecnologias, assim como a inserção em projetos de ensino, pesquisa e extensão de modo que possam vivenciar plenamente a chamada vida universitária. Gomes (2009) destaca ainda que vida universitária deve compreender o acesso e a vivência em atividades que, para além da tríade formativa ensino, pesquisa, extensão estão à disposição do estudante e inerentes e integradas ao fazer universitário, tais como participação em atividades científicas, congressos, núcleos e grupos de estudo, movimento estudantil, dentre outras vivências que compõe a experiência na universidade.

Desta forma, o apoio pedagógico visa também contribuir para a melhoria das condições de formação dos estudantes, minimizar a evasão e a reprovação e propiciar melhoria no ensino. Além de assegurar a permanência do estudante e/ou de acompanhar o seu desenvolvimento acadêmico ao longo da graduação, com vistas, sobretudo, à sua integração e sucesso na universidade.

O trabalho desenvolvido no apoio pedagógico pode vir a contribuir para orientar sobre a carreira escolhida, as estratégias de condução do curso, as possibilidades de melhoria do desempenho acadêmico, pode ainda instrumentalizar os discentes para o desenvolvimento da autonomia no estudo e identificar estratégias para enfrentar as dificuldades encontradas no percurso formativo com relação aos conteúdos ensinados, bem como às relações interpessoais. Assim, a dimensão da pessoa do estudante é considerada, ao passo que impacta fortemente na sua trajetória na universidade.

3 UM OLHAR SOBRE POLÍTICAS AFIRMATIVAS E DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NO ENSINO SUPERIOR

O presente estudo versa sobre as contribuições do Núcleo de Apoio Psicossocial e Pedagógico (NAPP-UEFS) para a permanência de estudantes que ingressaram nos Cursos de Graduação por meio da política de cotas da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Para a sua elaboração, fez-se necessário, primeiramente, realizar um estudo bibliográfico para a definição de conceitos basilares da pesquisa, assim como do contexto que o justifica.

Com essa intencionalidade, para abordar a especificidade do presente estudo o apoio pedagógico a estudantes da educação superior, sentimos a necessidade de contextualizar a temática nas relações estabelecidas com as políticas afirmativas e de assistência estudantil, uma vez que as discussões em prol da democratização do acesso e da permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica nas universidades emergem quando movimentos sociais, pesquisadores e gestores de políticas públicas insurgem contra o restrito acesso de classes populares ao ensino superior, resultando na implantação de políticas voltadas a assistência estudantil (Santos, 2009; Santos, Marafon, 2016).

Na construção do aporte teórico, foi identificado que a literatura específica nessa área apresenta poucos subsídios. Há pouquíssimo material que aborde especificamente o apoio pedagógico ao discente no ensino superior; tal escassez pode ser justificada pela recente normatização desse serviço nas universidades federais. A pesquisa em um âmbito mais abrangente, no caso da assistência estudantil, revela trabalhos com características, metodologias e objetivos diversos, como: configuração da assistência estudantil nas universidades (Dias, 2021; Heringer, 2014); trabalhos com vistas a refletir sobre o processo de acesso e permanência (Almeida, 2012; Dias; Sampaio, 2020; Scher; Oliveira, 2020); ensaios com objetivos de avaliação da assistência, dentre outros que retratam a realidade das Instituições Federais de Educação Superior (IFES) (Delatorre et al, 2020; Honorato; Vargas; Heringer, 2014; Pelissoni et al, 2020). Evidencia-se, assim, a lacuna, mas também a relevância da realização de uma pesquisa com o objetivo de caracterizar e descrever o apoio pedagógico na realidade da UEFS.

Os fundamentos apresentados serão baseados em grandes estudiosos das temáticas acima citadas. Dentre eles os mais referenciados serão: Kabengele Munanga, Alain Coulon, João Feres Junior, Amali de Angelis Mussi e Otto Vinicius Agra Figueiredo.

A construção teórica tem forte influência em grandes obras, tais como: Os serviços de apoio pedagógico aos discentes no Ensino Superior Brasileiro (Toti; Polydoro, 2020); História e Memória das Ações Afirmativas na UEFS (Figueiredo et al, 2023); e a A condição de Estudante (Coulon, 2008).

Em uma tentativa de apresentar e esclarecer o campo do apoio pedagógico nas universidades tal como é descrito na literatura, foi realizada uma síntese dos achados que apresentam uma caracterização da área, como se evidencia no ensino superior e quais as principais demandas para sua efetivação, destacando sua importância para a permanência estudantil.

3.1 O apoio pedagógico como política de assistência e de permanência estudantil

O Apoio Pedagógico é uma das ações das Políticas de Permanência e Assistência Estudantil, que visa garantir um suporte de aprendizagem para estudantes que necessitam de auxílio para dar seguimento com sucesso à sua trajetória dentro da universidade. Assim, para iniciar essa seção, consideramos importante definir o lugar do apoio pedagógico no contexto das políticas de assistência e permanência estudantil.

De acordo com Teixeira, Estrela e Fernandes (2018), Políticas de Assistência Estudantil, podem ser compreendidas como as ações do Estado que têm por objetivo combater as desigualdades de acesso, permanência e êxito dos estudantes nas instituições de ensino, e isso geralmente se dá por meio de programas de benefício social e de acompanhamento dos estudantes ao longo da trajetória acadêmica. Sobre a questão da permanência dos estudantes nas universidades, Nunes e Veloso (2015) destacam que está atrelada ao apoio que estes terão para efetivar os estudos, à qualidade no ensino e a todos os elementos que constituem um ambiente apropriado para o êxito no percurso acadêmico até a integralização do curso.

Almeida (2014, p. 269) considera que a “permanência na universidade pública, como fato social que é, deve ser entendida como uma interação entre condicionantes estruturais e as ações conjunturais que estão ao alcance, dentro de seus limites, das universidades”.

De acordo com Nunes e Veloso (2015) e Costa (2017), a permanência do estudante na universidade pode ter dois sentidos distintos e complementares: material e simbólico. A permanência material é entendida como a permanência “referente aos provimentos de recursos materiais mínimos para a sobrevivência” e o sentido simbólico “trata basicamente das relações que são travadas no âmbito acadêmico e como isso pode afetar a sua trajetória na

universidade” Costa, (2017, p. 46). Na mesma direção, concordamos com Ferreira, Oliveira & Pimentel (2024, p. 56), quando destacam que:

Permanecer materialmente significa ter condições estruturais e econômicas para estar na universidade. Porém, é impossível analisar a permanência de estudantes no ensino superior considerando unicamente os fatores econômicos. Portanto, um importante aspecto dos programas de ação afirmativa para permanência, no contexto simbólico, é a superação do reducionismo econômico, reconhecendo que a permanência material não dá conta de responder todas as questões subjetivas dos sujeitos.

A permanência estudantil no Ensino Superior, assim como em qualquer outro nível de educação, requer, no nosso entendimento, o cuidado sim para a garantia de condições materiais e estruturais para se manter na universidade, assim como a atenção e garantia da permanência simbólica, que implica considerar as condições psicossociais, acolhida e pertencimento, definida por Ferreira (2023), de permanência qualificada, ou seja, a relação, junção entre o apoio material e o apoio simbólico para que o estudante obtenha sucesso em sua trajetória acadêmica.

Portes e Sousa (2012, p. 15), compreendem permanência estudantil como um direito de toda pessoa, que inclui “condições materiais, físicas, mentais e culturais que permitam o desenvolvimento de seu aparato cognitivo e cultural” possibilitando “o desenvolvimento o acesso ao conhecimento, mesmo que de forma gradativa, processual, para que ele possa levar adiante o curso no qual ingressou”.

Assim, o apoio pedagógico pode ser considerado como área de atuação para as políticas institucionais de assistência e permanência, criando as condições para que as instituições fortalecessem seus serviços e, para muitas, a demanda de ações para atender a essa área.

Segundo Domingues et al (2008), para a inclusão dos estudantes no ensino superior é de suma importância que as universidades invistam em espaços capazes de oferecer um suporte especializado, visando apoiar estudantes que estejam apresentando dificuldades na adaptação e inserção no meio acadêmico.

O apoio pedagógico surge na intenção de contribuir significativamente com o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes. A consolidação desta política garante que discentes tenham condições de acompanhar as disciplinas dos seus cursos, tendo supridas dificuldades acadêmicas que porventura surjam em suas trajetórias na universidade, bem

Dessa forma, é notório que as políticas de permanência e assistência estudantil são fundamentais para proporcionar não só a entrada dos estudantes de camadas populares e oferecer subsídio para a satisfação das necessidades materiais imediatas, mas também são decisivas para a própria permanência desses candidatos. Além disso, esses estudantes, ao estarem menos pressionados pela luta pela sobrevivência material, podem participar mais ativamente da vida universitária, o que, por sua vez, possibilita que eles se envolvam com projetos acadêmicos, construam suas identidades no meio universitário e possam desenvolver futuros empreendimentos em termos profissionais.

Fica evidente que o apoio pedagógico é fundamental para atender às questões prementes do novo público que compõe as instituições. Se antes, era apenas uma minoria branca e privilegiada que adentrava as salas de aulas e laboratórios, hoje, graças à democratização e expansão do ensino superior, temos uma mistura de cores, raças, etnias e culturas distintas.

De acordo com Silva et al (2018), com o novo público a ser atendido, atuar com a diversidade cultural e econômica é um desafio que deve ser enfrentado pelas instituições de educação superior para que não ocorra o risco de reforçar as desigualdades sociais.

Seguindo os pressupostos de Boaventura (2010), há diversos sinais de que o paradigma dominante atravessa uma crise que, além de profunda, é irreversível. Tal crise é resultado de uma pluralidade de condições, as quais podem ser distintas entre condições sociais e teóricas.

A importância das políticas de permanência fica explícita quando percebemos que entrar na universidade não é uma das tarefas mais difíceis, mas permanecer nela, estudando e se dedicando para a construção de uma carreira, se torna uma atividade muito mais complexa.

Os estudantes precisam ser preparados para os diversos tipos de estranhezas que vão encontrar no ambiente universitário. Desde os olhares tortos que rotulam as formas de entrada, as reparações que precisam ser empregadas para que estes não se sintam intrusos – como aqueles que entram em algum lugar sem ter direito, sem ter sido convidado nem desejado – (Coulon, 2008), ao distanciamento da linguagem do meio universitário tradicional. Isto é, o capital cultural, conceito elaborado por Bourdieu (2007), desses novos estudantes não é o mesmo detectado entre o perfil dos estudantes que comumente se encontraram e se encontram nesse espaço social.

É comum a crença de que ao ingressar no Ensino Superior o estudante já tenha superado suas dificuldades; entretanto, a literatura da área indica que a entrada na

universidade exige uma série de mudanças na vida do estudante (Almeida; Soares, 2003; Teixeira et al., 2008).

Muitas demandas sinalizam a necessidade de ações que auxiliem no processo de aprendizagem e integralização e promovam a prevenção da evasão. Tais ações não apenas facilitam o percurso do estudante nos anos pelos quais estará se apropriando do conhecimento na universidade, mas também complementam sua formação integral. Esse período exige que o estudante tenha certa autonomia para administrar sua vida acadêmica e estabeleça vínculos com os colegas da turma e novos professores, bem como conheça e saiba usufruir dos espaços e recursos que a instituição tem a oferecer.

Diante dos desafios que estão sendo enfrentados diariamente, resta acreditar na assimilação e conhecimento dessa nova realidade, com o olhar voltado para as necessidades acadêmicas dos discentes, fortalecendo então o processo de ensino e aprendizagem na Educação Superior, contribuindo para a melhoria da educação brasileira, o que sugere repensar as políticas de permanências das universidades.

A ampliação das oportunidades educacionais é considerada um dos fatores mais importantes para a redução das desigualdades sociais (Gomes, 2009). Nessa direção, políticas de assistência e de permanência estudantil são necessárias quando defendemos a equidade e igualdade das oportunidades no acesso, permanência e desempenho, de modo a poder se instituir um sistema de ensino de qualidade, inclusivo, plural e equânime. Isso posto, as políticas de assistência e permanência estudantil se inserem no contexto das políticas de ações afirmativas, uma vez que se dedicam a apoiar, principalmente, a permanência de estudantes historicamente excluídos do ensino superior, que passamos a tratar nas próximas seções.

3.2 Papel do Estado na implantação das políticas afirmativas

O dever do Estado na implantação de políticas afirmativas no Brasil está diretamente ligado ao compromisso constitucional de promover a igualdade e combater as desigualdades sociais, raciais, econômicas e de gênero. Essas políticas são fundamentais para corrigir disparidades históricas e estruturais que afetam diversos grupos sociais, como negros, indígenas, mulheres, pessoas com deficiência e outros segmentos historicamente marginalizados.

O Estado tem um papel relevante nas políticas afirmativas, sendo pautado pelo compromisso de garantir direitos, corrigir desigualdades históricas e promover a inclusão social. Este papel se desdobra em diversas frentes, envolvendo a formulação, execução,

monitoramento e avaliação dessas políticas, que têm como objetivo reduzir as disparidades que afetam grupos socialmente vulneráveis e historicamente marginalizados.

Assim, o Estado tem a responsabilidade de estabelecer o arcabouço legal necessário para dar suporte às políticas afirmativas. Isso inclui a criação de leis, decretos e regulamentos que garantam a implementação dessas ações.

A Constituição Federal de 1988 consagra, em seu artigo 3º, os objetivos fundamentais da República, entre os quais estão à construção de uma sociedade livre, justa e solidária, e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação. Além disso, o artigo 5º estabelece o princípio da igualdade, garantindo que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

Nesse contexto, cabe ao Estado adotar medidas concretas para assegurar que esses princípios sejam efetivamente implementados. As políticas afirmativas surgem como instrumentos de reparação e promoção da justiça social, sendo desenvolvidas em diversas áreas, como educação, mercado de trabalho, cultura, saúde e habitação.

Embora a igualdade formal seja garantida pela Constituição, o papel do Estado vai além de tratar a todos de forma igual perante a lei. Ele deve adotar ações que promovam a igualdade material, ou seja, que reconheçam as desigualdades históricas e ofereçam condições diferenciadas para que grupos em desvantagem possam competir em pé de igualdade com os demais.

Uma dessas iniciativas é a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), que reserva vagas em instituições federais de ensino superior para estudantes oriundos de escolas públicas, com recortes para negros, pardos, indígenas e pessoas com deficiência. Essa política busca democratizar o acesso à educação superior, oferecendo oportunidades a grupos que enfrentam barreiras históricas ao ingresso nas universidades.

Além disso, o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) estabelece diretrizes para combater a discriminação racial e promover a inclusão da população negra em diversas esferas, destacando a importância do papel do Estado na implementação de políticas públicas voltadas à equidade racial.

A responsabilidade estatal não se limita à criação de leis, mas inclui a garantia de sua execução e avaliação. Para isso, é essencial que os governos adotem mecanismos de monitoramento e fiscalização, assegurando que as ações afirmativas atinjam seus objetivos e sejam ajustadas sempre que necessário.

Em síntese, o Estado tem a obrigação de atuar de forma proativa e efetiva na formulação, implementação e supervisão das políticas afirmativas, contribuindo para a

construção de uma sociedade mais igualitária e justa, onde as desigualdades históricas e estruturais sejam progressivamente superadas.

3.3 Políticas de ações afirmativas no contexto mundial

A definição de Políticas de Ações afirmativas adotadas neste estudo coaduna com o conceito apresentado por Feres Júnior. e Zoninsein (2006, p. 05):

Políticas de ação afirmativa podem ser definidas como provisões de alguma espécie de reparação para determinados grupos persistentemente discriminados e vítimas de exclusão socioeconômica. Em grande parte dos casos, para além do atendimento a reivindicações coletivas como distribuição de terras, de moradias, recursos escassos e proteção a certos estilos de vida, elas consistem em proporcionar vantagens competitivas para membros de grupos desprivilegiados em processos de disputa acirrada por posições sociais de prestígio.

Embora seja muito associado aos Estados Unidos, o surgimento das ações afirmativas teve início na Índia a partir da Constituição Indiana de 1950, que institui as cotas e garante a reserva de vagas em cargos públicos e assentos parlamentares.

Após conquistar a independência, a Índia criminalizou o casteísmo e consagrou em sua constituição o princípio das “políticas de reserva”, medidas voltadas para a proteção e promoção de membros de grupos historicamente discriminados. Entre as medidas incluem-se cotas de representação política nas legislaturas estaduais e nacionais, cotas de contratação no serviço público e cotas nas instituições públicas de ensino superior.

Os atuais beneficiários das políticas de ações afirmativas na Índia são os chamados “Dalits”, considerada a casta mais baixa do país e conhecidos como os “intocáveis”, tribos indianas e outros grupos desprivilegiados.

No que diz respeito à educação, no entanto, o artigo 29 da Constituição Indiana rejeita qualquer tipo de discriminação nas admissões a instituições de ensino. Em 1977, o governo de Janata Party nomeou a Segunda Comissão das “Classes Atrasadas”, mais conhecida como Comissão Mandal. Seus principais objetivos foram determinar os critérios para definir as “classes atrasadas” e recomendar passos a serem tomados para promover o avanço dessas classes.

Em 31 de dezembro 1980, a Comissão Mandal submeteu seu relatório ao governo de Indira Gandhi, listando como atrasadas 3.248 castas ou comunidades, compreendendo 52,4%

todas as universidades brasileiras. A Lei veio com a expectativa de uniformização dessas iniciativas em todo o país (Rosa, 2013; Trevisol; Nierotka, 2015).

Mesmo após a regulamentação da política de cotas nas universidades federais por meio da Lei 12.711/2012, sua utilização continua sendo polêmica. Questionamentos sobre a manutenção da qualidade do ensino superior nas universidades, o desempenho e evasão dos alunos cotistas, a necessidade de abrangência das políticas de assistência estudantis são dúvidas que surgiram com a adoção das ações afirmativas no ensino superior. Segundo Rosa (2013), além de promover o ingresso na educação superior, as universidades devem garantir a permanência e a formação de qualidade dos beneficiários das ações afirmativas, o que demanda uma gestão eficiente dessa política pública e uma constante avaliação das medidas adotadas pelas instituições.

Diante dessa nova realidade nas IFES, após adoção da política de cotas, surge a necessidade de realizar uma adequação das práticas nos vários setores relacionados à gestão dessa política nas universidades. Para Paula (2017), as universidades federais devem se reestruturar internamente, abrir-se para as inovações pedagógicas, implodir sistemas de poder enrijecidos, romper com preconceitos, de forma a se tornarem aptas para receber esta nova parcela da população historicamente excluída do ensino superior.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) tornou-se programa de governo em 2010, sendo regulamentado pelo Decreto 7.324 com a finalidade de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, incluindo as universidades e os institutos federais como participantes.

Os objetivos do PNAES são: democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. As ações de assistência estudantil, segundo o programa, devem ser desenvolvidas nas áreas de moradia, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acessibilidade (Brasil, 2010a).

O Programa também propõe a articulação das ações voltadas à assistência estudantil ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão (Brasil, 2010a). O Programa destina-se ao atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das IFES, cabendo a elas definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados (Brasil, 2010a, Art. 3º).

da população da Índia, isto é, cerca de 350 milhões de pessoas. Feres, Campos, Daflon e Venturini (2018, p. 54) citam que:

Nesse mesmo relatório, a Comissão propôs um esquema de reservas para as OBCs que seguisse, entre outros, os seguintes preceitos: (1) os candidatos pertencentes a essas OBCs que participassem de uma competição aberta e fossem recrutados com base no mérito não seriam incluídos na cota de 27% das reservas; (2) essa reserva de 27% seria aplicável a todos os níveis; (3) as cotas que, ainda assim, não fossem preenchidas continuariam abertas por um período de três anos para só então serem liberadas; (4) por fim, a flexibilização da idade máxima per 55 História da ação afirmativa no mundo mitida para o recrutamento direto seria estendida para membros das OBCs, da mesma forma que havia sido feito com candidatos das SCs e STs.

Esse modelo de reservas também deveria abranger o recrutamento no setor público, compreendendo tanto os governos central e estadual, os bancos nacionalizados e as empresas do setor privado que recebem assistência financeira do governo, como todas as universidades e estabelecimentos de ensino superior afiliados.

Em 1990 um novo governo assumiu e, em vez de abolir as medidas, adicionou um critério econômico, dando preferência às reservas para as classes mais pobres. A Suprema Corte declarou a nova política inconstitucional, mas ao mesmo tempo aceitou medidas que excluíssem das reservas as pessoas que, a despeito da casta à qual pertencem, têm profissão de status social elevado e alto nível educacional.

A implantação do sistema de cotas na Índia influenciou outros países, como Malásia, Austrália e Nova Zelândia. No Ocidente, há cotas no ensino público nos Estados Unidos, Canadá e na nossa vizinha Colômbia.

As políticas de ação afirmativa nos Estados Unidos foram criadas já na década de 1960. De 1965 a 1978 a ação afirmativa se espalhou pela sociedade norte-americana no âmbito das relações de trabalho. O ativismo governamental obrigou as empresas prestadoras de serviço a adotarem políticas de igualdade de oportunidades.

No ensino superior, o sistema universitário dos Estados Unidos tem uma forte participação de instituições privadas. Ele é em grande parte dependente do dinheiro público, que chega a estas instituições por meio de bolsas e financiamento de pesquisa. Assim, as universidades privadas foram também obrigadas a adotar programas de ação afirmativa, caso contrário não poderiam receber verbas públicas.

A política de ações afirmativas dos Estados Unidos nas décadas de 1970 e 1980 inicialmente destinava-se a prevenir e remediar a discriminação racial, tendo nesse período seu maior desenvolvimento, tornando-se modelo para muitos países. Todavia, a partir dos

anos 1990 passou a ser contestada, assumindo a forma de bônus e de consideração especial (*preferential boosts*) pelos candidatos negros. A Suprema Corte daquele país, em 2003, resolveu admitir o uso do critério racial como um dos fatores a serem considerados para o ingresso nas universidades. Anos depois, estados como a Califórnia e Michigan aprovaram leis com base em referendo popular banindo a ação afirmativa. Permanece em vigor o sistema de metas e prazos instituídos para o setor de construção sob contrato com o governo federal pela Ordem Executiva 11246, no entanto, sua efetividade tem oscilado significativamente ao longo do tempo em virtude de quem está ocupando o cargo da presidência.

Diferentemente da Índia, a Constituição dos Estados Unidos não prevê sistema de cotas. Não há também nenhuma lei nacional que obriga as universidades à sua implantação. As cotas nos Estados Unidos existem como uma política social adotada pelas instituições, que têm autonomia para definir o critério de ingresso.

Na Malásia, as políticas de ações afirmativas surgem a partir de 1971, através da Constituição da Malásia em seu artigo 153, chamada de Leis dos Bumiputras.

Em 1957, com a independência do país, se estabelecem as cotas para os Bumiputras. Elas estavam relacionadas à ocupação nos serviços públicos, bolsas de estudos, bem como à concessão de terras e licença para negócios. Em contrapartida, os chineses e indianos ganhavam a cidadania malaia. Entretanto as medidas do governo no que se refere ao desenvolvimento rural em benefício dos Bumiputras foi ineficiente, o que provocou uma distância ainda maior entre os grupos étnicos.

Como citado acima, só em 1971, foram adotadas medidas constitucionais tornando as políticas de ações afirmativas mais evidentes e amplas, prevendo a reserva de terras para os Bumiputras, bem como cotas no serviço público, na educação e no setor privado, estabelecendo também prioridade na concessão de licenças comerciais, financiamentos, incentivo fiscal e bolsas de estudos. No governo da frente nacional, liderada por Tun Razak, foi criada a *New Economic Policy* (NEP), com os objetivos de reestruturar a economia e erradicar a pobreza, buscando acabar com a segregação ocupacional em linhas étnicas.

Na Irlanda do Norte, as ações afirmativas são implementadas para atender a grupos religiosos sub-representados. Adotadas a partir de 1989, foram promulgadas pelo *Fair Employment Act*, modificado posteriormente pela *Fair Employment and Treatment Order*, em 1998. O caso norte-irlandês torna-se singular por atender tanto protestantes quanto católicos que foram historicamente discriminados no âmbito do mercado de trabalho. O referido programa assegura a igualdade de participação desses dois grupos no mercado de trabalho e propõe a redução das taxas de desemprego dos católicos que, segundo dados, é duas a três

vezes maior que a de protestantes.

Na África do Sul, as políticas passam a ser adotadas na década de 1990, logo após o fim do regime do *Apartheid* que fora instituído oficialmente pelo *National Party* em 1948.

Em 1993, com o advento da Constituição provisória do país e da Constituição de 1996, a ação afirmativa foi implantada pelo *African National Congress*, buscando igualdade e alcance da justiça social e democracia.

No país, o governo financia e promove metas para inclusão em benefício de negros, mulheres e pessoas com deficiência (PCDs). Tanto nas universidades públicas quanto no serviço público existem metas de inclusão e o seu descumprimento pode resultar em sanções do governo. Já nas instituições privadas, os empregadores podem desenvolver seus próprios programas de ação afirmativa, ação garantida na própria legislação do país.

Como visto, o modelo de ações afirmativas implementadas nos Estados Unidos difere bastante da realidade brasileira. Nesse sentido, Carvalho (2005, p. 186) afirma:

Faz-se necessário rever a associação automática das cotas com os Estados Unidos e considerar que o modelo adotado em nosso país se assemelha ao dos que foram adotados na Índia, na Malásia e na África do Sul, haja vista que o sistema brasileiro tem características mais próximas de um valor socialista, almejando desta forma, que todos os que foram historicamente excluídos possam ter acesso e condições de frequentar o Ensino Superior.

A história da ação afirmativa no Brasil é ainda muito mais recente e surge majoritariamente do movimento negro.

3.4 Políticas de ações afirmativas no Brasil

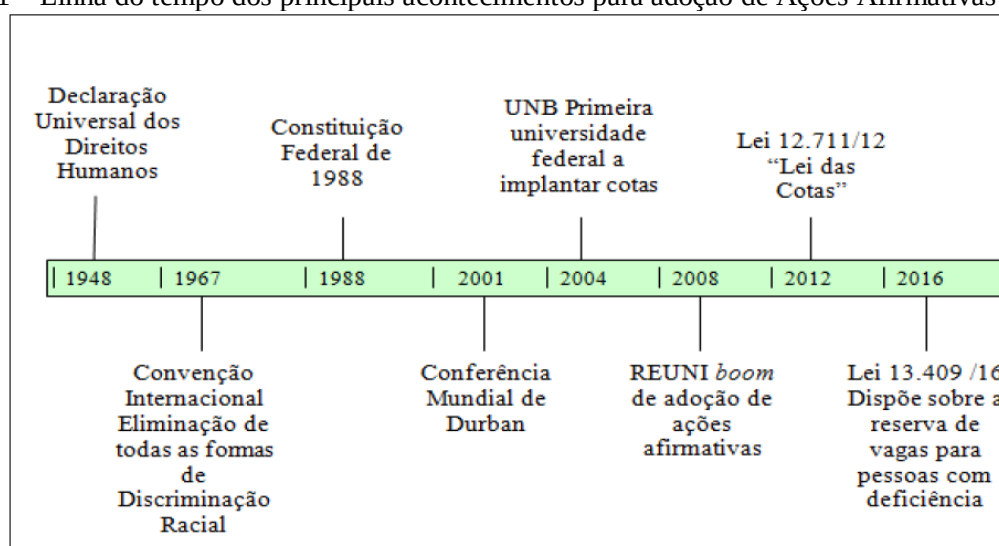
No Brasil, é um pouco difuso estabelecer uma data para o surgimento das ações afirmativas. Rosana Heringer (2001) toma como pioneira a Lei do Boi, que em 1968 reservou vagas nas universidades para filhos de fazendeiros. Sabrina Moehlecke (2002) acredita que o marco legal para a ação afirmativa começou com a Constituição de 1988, que já previa uma reserva dos cargos públicos para pessoas com deficiências físicas e mentais.

Diante das incertezas, é mais assertivo determinar o momento de intensificação dos debates em torno das ações afirmativas no Brasil. A figura 1 apresenta uma linha do tempo com os principais acontecimentos para adoção das ações afirmativas no país.

Inicialmente, cabe destacar o percurso da Educação Superior no Brasil, que desde a sua origem não esteve voltada para a democratização do ensino, tendo sido criada para atender a uma elite (Pimentel, 2013).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, segundo Santos (2012), pode ser identificada como marco universal em defesa e justificação das ações afirmativas. O mérito dessa Declaração foi a adoção de parâmetros protetivos mínimos dos direitos fundamentais, inicialmente pela tônica de proteção geral, que expressava o temor pela diferença, com base na igualdade formal.

Figura 1 – Linha do tempo dos principais acontecimentos para adoção de Ações Afirmativas no Brasil



Fonte: Magalhães (2019).

O Brasil, no ano de 1967, tornou-se signatário da Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial das Nações Unidas. Os Estados-Parte da Convenção, entre eles o Brasil, assumiram não apenas o dever de adotar medidas que proibissem a discriminação racial, mas também o dever de promover a igualdade, mediante a implementação de medidas especiais e temporárias, que acelerassem o processo de construção da igualdade racial (Piovesan, 2007).

Diante dessa Convenção, o Estado brasileiro comprometeu-se a aplicar as ações afirmativas como forma de promoção da igualdade para inclusão de grupos étnicos historicamente excluídos no processo de desenvolvimento social (Trevisol; Nierotka, 2015).

Paralelamente a isso, ocorreram os primeiros encontros nacionais dos gestores das Instituições Federais de Educação Superior (IFES), dando origem, posteriormente, ao Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE). Criado em 1987, o Fórum tinha o objetivo de discutir, elaborar e propor ao Ministério da Educação

(MEC) a Política de Promoção e Apoio ao Estudante (Dutra; Santos, 2017; Nascimento, 2014).

O FONAPRACE reuniu pró-reitores, sub-reitores, decanos ou responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas do Brasil, com a finalidade de sistematizar uma proposta de política de assistência ao estudante que garantisse acesso, permanência e conclusão de curso nas IFES, na perspectiva da inclusão e do direito social e da democratização do ensino (Nascimento, 2014).

Outro marco legal que fundamentou a temática das ações afirmativas foi a Constituição Federal de 1988, que consolidou o princípio da igualdade perante a lei e trouxe em seu texto aspectos que remetem às políticas de ações afirmativas, como garantia do mercado de trabalho para a mulher e a reserva de cargos e empregos públicos para PCDs (Moehlecke, 2002).

Porém, foi na Conferência Mundial de Durban (Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância), realizada na África do Sul, em setembro de 2001, que o governo brasileiro, diante da pressão internacional acerca das desigualdades raciais, teve que posicionar, criando um contexto e esferas institucionais que permitissem aos movimentos negros denunciar e propor políticas. De acordo com Santos (2006), o resultado mais significativo foi à criação de uma lei estadual instituindo cotas raciais nas universidades públicas vinculadas ao governo do estado do Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF).

Assim, a posição do Brasil em relação a Durban foi decisiva para o aquecimento do debate acerca das políticas de ações afirmativas. O Estado brasileiro passou a reconhecer as consequências do racismo e a necessidade de adoção de medidas que pudessem minimizar ou mitigar as consequências dos seus efeitos. Embora a luta pelas políticas de ações afirmativas fosse antiga, foi a partir de Durban que o Brasil passou a experimentá-las de forma mais sistemática (Santos, 2012).

Em 2001, a UERJ foi a primeira universidade pública a adotar a reserva de vagas de caráter social e racial destinadas a estudantes egressos da escola pública, negros e pessoas com deficiência. A situação, segundo Santos (2012), gerou muita polêmica, e muitos debates foram realizados naquele período entre a comunidade universitária e também externa. Além disso, motivou duas ações de inconstitucionalidade contra as cotas, junto ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e, em seguida, ganhou espaço nacional, na instância do Superior

Tribunal Federal, cujo equacionamento só ocorreu em 2012, quando declarada a constitucionalidade das cotas.

No âmbito das universidades federais, a Universidade de Brasília (UNB) foi a primeira universidade pública federal a adotar ações afirmativas, na qual previu cotas raciais para negros e indígenas e intensificou o apoio ao sistema local de escolas públicas. As cotas passaram a vigorar em 2004, no seu segundo vestibular. A UNB foi pioneira, servindo de referência para outras universidades federais por todo o país (Santos, 2012).

Segundo pesquisa realizada pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA), o ano de 2008 apresentou um *boom* de adoção de políticas de ação afirmativa nas universidades federais, que até então estavam bem atrás das universidades estaduais no que toca à adoção desses programas.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) (Brasil, 2010a), se tornou um marco regulatório da Política Pública de Assistência Estudantil, que instituiu a oferta de apoio pedagógico com o objetivo de promover a inclusão social, democratizar as condições de permanência dos jovens matriculados na graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e reduzir as taxas de evasão e retenção.

Em âmbito nacional, o PNAES integra um conjunto de políticas de expansão e ampliação do acesso e da permanência no Ensino Superior que impulsionou, sobretudo por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) (Brasil, 2007).

Neste mesmo ano, as instituições federais aderiram ao REUNI e tiveram que adequar seus processos seletivos às condicionalidades do Programa, que vinculava a liberação de verbas a um compromisso social das instituições com políticas de inclusão e assistência estudantil (Eurístenes; Feres Júnior; Campos, 2015).

O REUNI foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior. As ações do REUNI contemplaram o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas com o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país, sendo estabelecida, como uma de suas diretrizes, a ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil (Brasil, 2007).

O REUNI, criado para dar suporte às universidades federais, segundo Napolini (2017), representou um impulso na implantação da política de ações afirmativa nas IFES, na medida em que se destinava a criar condições para a ampliação do acesso e permanência na

educação superior, no nível de graduação. Considerando a grande adesão das universidades federais ao REUNI, tem-se, no ano de 2008, o maior percentual de universidades com reserva de vagas para ações afirmativas, com mais de 50% das instituições adotando este tipo de ingresso. Observa-se que o REUNI não é um programa específico para ações afirmativas, mas apresenta diretrizes que se constituíram no caminho preparatório para a adoção desta medida.

Em continuidade ao objetivo de ampliar a oferta do ensino superior público, foi desenvolvido pelo Ministério da Educação o Sistema de Seleção Unificada (SISU), para selecionar os candidatos às vagas das instituições públicas de ensino superior utilizando a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como única fase de seu processo seletivo. A mudança na forma de acesso às universidades públicas, substituindo os concursos vestibulares pela utilização das notas do ENEM, por meio de uma seleção unificada, veio com objetivo maior de democratizar as oportunidades de acesso às vagas, possibilitando a mobilidade acadêmica (Brasil, 2010a).

Em 29 de agosto de 2012, foi sancionada pela Presidente Dilma Rousseff, a Lei Nº 12.711/12, mais conhecida como “Lei das Cotas”, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, estabelecendo que as mesmas reservem, em cada processo seletivo, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, sendo que estas vagas serão subdivididas em metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar igual ou inferior a um salário mínimo e meio *per capita*, e metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a esse valor. Nos dois casos, inicialmente era levado em conta o percentual mínimo correspondente à proporção de autodeclarados pretos, pardos e indígenas na unidade da federação onde estava instalada a instituição, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Brasil, 2012).

Em 2016, por meio da Lei nº 13.409, houve alteração da Lei 12.711/2012, incluindo na reserva de vagas as pessoas com deficiência, observando os mesmos critérios, ou seja, a proporção de presença dessas pessoas na população da unidade da federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE (Brasil, 2016).

Se antes as próprias universidades elaboravam e aplicavam suas políticas de ação afirmativa de acordo com critérios próprios e necessidades identificadas de forma individual, a partir da Lei 12.711/2012 o Estado brasileiro passou a atuar como o grande regulador da política de cotas, ao torná-la obrigatória, bem como por instituir um formato a ser seguido por

As ações de assistência estudantil propostas pelo PNAES (Brasil, 2010a, Art. 3º) se referem a iniciativas que visem ofertar:

- I - moradia estudantil;
- II - alimentação;
- III - transporte;
- IV - atenção à saúde;
- V - inclusão digital;
- VI - cultura;
- VII - esporte;
- VIII - creche;
- IX - apoio pedagógico; e
- X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Apesar de definir estas áreas para o desenvolvimento das ações de assistência ao estudante, o Programa considera a autonomia das IFES quanto à sua execução, deixando margem para que sejam implementadas considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente (Brasil, 2010a, Art. 4º).

Outras medidas governamentais que também trazem impactos para o PNAES nas IFES são o SISU (Brasil, 2012b) e a Lei de Cotas (Brasil, 2012a) (Dutra; Santos, 2017). O SISU consiste num sistema informatizado, gerenciado pelo MEC, no qual instituições públicas de ensino superior ofertam vagas para candidatos participantes do ENEM (Brasil, 2012), permitindo ao estudante se inscrever para diferentes IES, em qualquer estado do país. Assim, a possibilidade de ingressar em uma universidade distante de sua cidade ou mesmo estado gera uma demanda por apoio a esse universitário para garantir sua permanência e conclusão do curso na instituição escolhida, cabendo à Assistência Estudantil (AE) cumprir esse papel. Assim, o MEC passa a garantir o aumento de recursos para as ações de assistência estudantil conforme adesão das IFES ao SISU (Nascimento, 2014).

A Lei de Cotas (Brasil, 2012a) prevê reserva de no mínimo 50% das matrículas por curso e turno nas IFES a estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas e, dentre essas vagas, 50% deverão ser reservadas aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo *per capita*. Essa ação afirmativa tende a alterar o perfil dos discentes nas IFES, ampliando o ingresso nas universidades de discentes que constituem o público-alvo da AE de acordo com o PNAES (Dutra; Santos, 2017).

A avaliação contínua das práticas adotadas, bem como dos resultados alcançados nas universidades federais, são ações importantes para identificar os pontos positivos e os aspectos a serem melhorados na gestão das ações afirmativas na modalidade de reserva de vagas, tendo em vista a permanência e a conclusão dos cursos por seus beneficiários. Segundo Paula (2017), o incremento de políticas de acesso e de assistência estudantil não tem sido acompanhado da permanência dos estudantes no sistema, com taxas de diplomação e de conclusão dos cursos de graduação decrescentes nos últimos anos, pois segundo a autora, houve a inclusão de novos perfis de estudantes em um modelo de universidade que, em grande medida, não se alterou.

No panorama das universidades públicas federais, verifica-se que todas estas instituições desenvolvem ações de assistência estudantil, sendo que 45 delas divulgam em suas páginas eletrônicas setores que oferecem apoio pedagógico aos estudantes, fazendo parte desta oferta auxílio referente às questões acadêmico-pedagógicas que afetam o desempenho do estudante universitário (Silva Lima; Ferreira, 2016; Toti et al, 2017).

Nesse sentido, Barbosa (2017) aponta que as universidades precisam promover mudanças no que diz respeito à gestão acadêmica e administrativa, a fim de garantir a viabilidade da ação afirmativa para os estudantes beneficiários desta política.

A Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, representou um marco na promoção da equidade no acesso ao ensino superior no Brasil. Em 2023, a promulgação da Lei nº 14.723 atualizou dispositivos importantes, refletindo a necessidade de adaptação às novas demandas sociais e educacionais.

Assim, a implementação da Lei de Cotas em 2012 visou corrigir desigualdades históricas no acesso ao ensino superior, beneficiando estudantes de escolas públicas, pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência. Passados mais de dez anos, a necessidade de revisão e aprimoramento dessa política tornou-se evidente, culminando na sanção da Lei nº 14.723 em 2023, introduzindo modificações significativas na política de cotas como: inclusão de Quilombolas, redução do teto de renda, mudança no mecanismo de entrada, monitoramento e avaliação da política de cotas.

No estado da Bahia, instituições de ensino têm adotado medidas para alinhar-se às diretrizes federais de ações afirmativas. O Instituto Federal da Bahia (IFBA), por exemplo, atualizou suas normativas internas para adequar-se às mudanças introduzidas pela Lei nº 14.723/2023, incluindo a redução do teto de renda para cotas sociais e a inclusão de estudantes quilombolas como beneficiários.

Além disso, as universidades estaduais baianas, como a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), atenderam a recomendações do Ministério Público estadual para incluir nos editais de concurso público para professores a previsão de 30% da totalidade de vagas para candidatas e candidatos negros.

Desta forma, as atualizações na Lei de Cotas representam um avanço significativo nas políticas de inclusão no ensino superior brasileiro. As ações implementadas na Bahia demonstram o esforço regional em alinhar-se às diretrizes federais, promovendo a diversidade e a inclusão em suas instituições de ensino. O desafio que se impõe é garantir que essas políticas sejam continuamente avaliadas e aprimoradas, assegurando que o ensino superior brasileiro seja, de fato, um espaço de inclusão e justiça social, sendo esse o principal compromisso do Estado com a equidade educacional.

3.5 Advento das Universidades Estaduais Baianas e surgimentos das ações afirmativas

O início da educação superior sob a gestão do governo estadual na Bahia se deu no final dos anos de 1960. Para Edivaldo Boaventura (2005), a estrutura do sistema de educação superior em nosso estado se desenvolveu deste período até o final dos anos 1990, inicialmente com a criação de faculdades para a formação de professores e, depois, com o surgimento das universidades estaduais. É salutar destacar que as primeiras faculdades foram criadas em cidades do interior do estado, sendo a primeira em Feira de Santana, seguida por Alagoinhas, Vitória da Conquista e Jequié (Boaventura, 2005).

O governo de Luiz Viana Filho (1967-1971) e os subsequentes localizaram os cursos de educação superior em municípios-sede regionais para atender à demanda da educação e às emergências sociais e econômicas, por meio da formação de quadros profissionais mais qualificados (Boaventura, 2005, 2009).

Na década de 1980 oito sedes de Regiões Administrativas já contavam com faculdades mantidas pelo governo estadual: Feira de Santana, Alagoinhas, Santo Antônio de Jesus, Jequié, Juazeiro, Jacobina, Vitória da Conquista e Caetité (Boaventura, 2009).

A primeira Universidade Estadual Baiana, criada em 1970, foi a Fundação Universidade de Feira de Santana. A instituição surgiu com o objetivo de ampliar a educação superior no interior do estado, anteriormente restrita apenas à capital, Salvador.

Em seguida, a Universidade do Sudoeste da Bahia (UESB) foi criada pela Lei Delegada nº 12, de 30 de dezembro de 1980, autorizada pelo Decreto Federal nº 94.250, de 22 de abril de 1987 e reestruturada pela Lei nº 7.176, de 10 de setembro de 1997.

A Universidade do Estado da Bahia (UNEB) surgiu em 1983, com a Lei Delegada nº 66, de 01 de junho, congregando a Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco, as Faculdades de Formação de Professores de Alagoinhas, Jacobina e Santo Antônio de Jesus, o Centro de Educação Técnica da Bahia (Ceteba), embrião da UNEB em Salvador, e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Juazeiro (Boaventura, 2005).

A Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) foi criada em 1991, por meio da Lei nº 6.344, de 5 de dezembro, pela reunião de três unidades acadêmicas da região cacauífera: a Faculdade de Direito de Ilhéus (FDI) criada em 1960; a Faculdade de Filosofia de Itabuna (Fafi) também de 1960; e a Faculdade de Ciências Econômicas de Itabuna (Facei) de 1965. Anteriormente reunidas na Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna (FESPI), desde 1974 funcionaram com o apoio da Fundação Santa Cruz (Funcruz), mantida pelas anuidades dos estudantes e pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) (Universidade Estadual de Santa Cruz, 2015b).

3.5.1 Ações Afirmativas na UNEB

A Universidade do Estado da Bahia é organizada estruturalmente em multicampia. Fato que possibilita o acesso à universidade para aqueles que possuem dificuldade de deslocamento e de transferência para grandes centros urbanos. Esse tipo de organização foi um fator importante para o surgimento da política de reserva de vagas para estudantes negros (Mattos, 2003).

Em reunião ordinária do Conselho Superior (CONSU), realizada em 18 de julho de 2002, foi aprovada a resolução com reserva de 40% das vagas dos cursos de graduação e pós-graduação para candidatos negros e oriundos de escolas públicas.

Evidencia-se que a aprovação da política foi fruto da luta histórica dos diferentes movimentos negros brasileiros pela liberdade, contra o racismo e a favor da democracia.

No parecer emitido na referida reunião do CONSU sobre a adoção das cotas raciais, consta que a UNEB demonstraria ousadia com a adoção das cotas raciais, por ser uma forma concreta de enfrentamento das condições desiguais da população negra.

A decisão inédita da UNEB pelas cotas despertou interesse e curiosidade de várias instituições. O sistema de reserva de vagas da UNEB contribuiu substancialmente para tornar

a experiência conhecida e discutida em todo país e para que outras universidades públicas implantassem a reserva de vagas nos anos seguintes (Silva, 2010).

O primeiro vestibular a prever cotas na graduação foi para ingresso em 2003. No primeiro ano de funcionamento efetivo do sistema de cotas, 64.955 candidatos inscreveram-se no processo seletivo aos cursos de graduação da UNEB. Desse total, 19.863 (30,57%) optaram pelo sistema de cotas e 45.092 (69,43%) concorreram ao restante das vagas.

Cinco anos mais tarde, o CONSU aprovou a Resolução CONSU nº 468/2007, e acrescentou 5% das vagas dos cursos de graduação e pós-graduação para estudantes autodeclarados indígenas. A resolução manteve os 40% para os autodeclarados negros, substituindo os termos preto e pardo, adotados pelo IBGE.

Na Resolução CONSU nº 468/2007, ficou estabelecido que a universidade deveria instituir e implementar programa permanente de ações afirmativas, de caráter institucional. O referido programa seria organizado por projetos e atividades que garantissem a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes cotistas e promovessem a diversidade e a igualdade étnico-racial em todas as ações desenvolvidas pela UNEB.

A Resolução CONSU nº 1.339/2018, em vigor atualmente, ampliou o sistema de reserva de vagas da UNEB contemplando – além de negros e indígenas – quilombolas, ciganos, pessoas com deficiências, transtorno do espectro autista e altas habilidades e transexuais, travestis e transgênero.

3.5.1.1 Políticas de ações afirmativas da UNEB

A UNEB conta como uma Pró Reitoria específica para coordenar as ações afirmativas da instituição.

Em 26 de março de 2014, a partir da Resolução nº 1023/2014, decorridos mais de dez anos da implementação da política de cotas, a instituição criou uma Pró-Reitoria específica para cuidar dessa política institucional, denominada de Pró-Reitoria de Ações Afirmativas (PROAF).

Nesse sentido, a PROAF “[...] é um órgão da Administração Superior da Universidade responsável pela proposição, execução, gerenciamento, coordenação, assessoramento, acompanhamento e avaliação da Política Institucional de Ações Afirmativas, no âmbito da Universidade” (UNEB, 2019).

Encontra-se no regimento interno da PROAF, especificamente no inciso 1º, o seguinte:

§ 1º. A Pró-Reitoria de Ações Afirmativas (PROAF) contará em sua estrutura administrativa com um Comitê de Acompanhamento do Acesso ao Sistema de Cotas com caráter consultivo e deliberativo, constituída por representantes dos três segmentos da comunidade universitária da UNEB e representantes da sociedade civil. (UNEB, 2019, n.p.).

O regimento evidencia também que é de responsabilidade desse órgão propor, desenvolver, fomentar e normatizar as atividades de programas e projetos de inclusão com o intuito de garantir a equidade e a justiça social. Como também, garantir e avaliar os procedimentos de ingresso e permanência dos/as estudantes oriundos/as do sistema de cotas da graduação e da pós-graduação.

3.5.1.2 Políticas de Permanência Estudantil na UNEB

Na Universidade do Estado da Bahia (UNEB) a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PRAES) é a responsável pelos programas e projetos de ações de permanência, visa garantir o planejamento, gerenciamento, assessoramento, execução, acompanhamento, controle e avaliação da Política Institucional. Dentre essas ações políticas podemos citar: Mais futuro-bolsa permanência; Mais futuro estágio; Bolsa auxílio complementar; bolsa auxílio alternância, bolsa auxílio indígena Apako Zabelê, programa moradia, auxílio emergencial. Tem-se ainda um projeto intitulado Dignidade Menstrual.

3.5.2 Ações Afirmativas na UESB

A Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) tem políticas afirmativas e de permanência estudantil. Na UESB compete a Pró-reitoria de Ações Afirmativas, Permanência e Assistência Estudantil (Proapa) o gerenciamento dos programas e ações de permanência. A Instituição oferta subsídios que minimizam os gastos dos estudantes com aluguel, alimentação, transporte, entre outros, principalmente aqueles estudantes que precisam mudar de cidade para ir em busca do sonho da formação profissional de qualidade.

A UESB implantou, em 14 de julho de 2008, o Programa de Ações Afirmativas, através da Resolução do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CONSEPE) nº 36/2008, definindo as seguintes ações: sistema de reservas de vagas combinadas com cotas adicionais no concurso Vestibular para os cursos de graduação da UESB (acesso); Assistência Estudantil

(permanência); e Integração com a comunidade e fortalecimento de ações externas de Assuntos Comunitários.

Com relação à permanência, entrou em vigor, na UESB, em 17 de dezembro de 2008, a Resolução CONSU nº 011/2008, que estabeleceu as regras do **Programa de Assistência Estudantil**.

De acordo a Resolução, o Programa é subdividido em 4 subprogramas e os discentes interessados em fazer parte da **Assistência Estudantil** devem se inscrever no Edital de Habilitação às Ações da Assistência, que é lançado anualmente na universidade. O aluno considerado habilitado poderá ter direito às ações da Assistência Estudantil desenvolvidas pela UESB, que serão oferecidas de acordo com os critérios estabelecidos por cada subprograma:

- a) Assistência da Equipe Multidisciplinar, composta por: Pedagogos, Psicólogos e Assistentes Sociais;
- b) Inscrição como candidato aos Cursos Livres, conforme vagas disponibilizadas no site da Uesb;
- c) Participação nas ações promovidas pela psicologia quanto à Dificuldade de Aprendizagem;
- d) Participação ao processo seletivo às Bolsas Auxílios (Alimentação, Moradia Transporte e outras) e à vaga na Residência Universitária;
- e) Participação ao processo seletivo para cessão de uso de equipamentos: netbook/notebook, kits odontológicos, bicicleta e uso de tecnologia assistiva para pessoas com deficiência;
- f) Participação nas demais ações que são, ou serão, oferecidas pelo setor, por meio dos projetos e/ou atividades promovidas pela Uesb;
- g) Subsídio de refeição no Restaurante Universitário;
- h) Concessão de xerox/impressão. (UESB, 2008)

3.5.3 Ações Afirmativas na UESC

A UESC aprovou em 2006 a política de reserva de vagas, mas foi somente implementada a partir de 2008, regulamentada pela Resolução CONSEPE nº 64/2006, retificada pela Resolução CONSEPE nº 90/2007. São reservadas 50% das vagas em todos os cursos e turnos para estudantes que tenham cursado os últimos quatro anos do Ensino Fundamental e todo o Ensino Médio em escola pública, sendo que, desse percentual, 75% são destinados a estudantes autodeclarados negros.

Além disso, está prevista a criação de até duas novas vagas por curso para indígenas com reconhecimento da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) ou pessoas de comunidades remanescentes de quilombos.

O primeiro vestibular com implementação da reserva de vagas ocorreu em 2008 e, para dar sequência a essa política, foi criada a Assessoria de Assistência Estudantil (Assest), voltada aos programas de apoio e acompanhamento que assegurem e potencializem a permanência qualitativa dos estudantes na universidade até a conclusão de curso.

Em aprofundamento à política de democratização do acesso, a Resolução CONSEPE nº 47/2011 aprovou a adesão da UESC ao Sistema de Seleção Unificada (SISU), instituído e regulamentado pela Portaria Normativa MEC nº 2, de 26 de janeiro de 2010, alterada pela Portaria Normativa MEC nº 13, de 17 de maio de 2010. Tal resolução estabeleceu que a adesão seria em 50% da oferta de vagas para o acesso aos cursos de graduação, presenciais, regulares para o ano de 2012 e 100% a partir de 2013.

Essa é uma política afirmativa que possibilita o ingresso de estudantes oriundos de classes historicamente excluídas do ensino superior, que proporciona igualdade de oportunidades, valoriza e respeita as diferenças. Assim, a UESC tem se desenvolvido pautada em princípios e diretrizes que reafirmam o ensino público, gratuito, laico, de qualidade, inclusivo, diverso e socialmente referenciado, em favor da justiça social e eliminação de todas as formas de preconceitos, na defesa do pluralismo de ideias e do reconhecimento da liberdade como valor ético central.

A Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc) possui, no bojo de suas políticas de permanência estudantil, o Programa Mais Futuro e a Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Permanência Estudantil (Proape). A Proape é a responsável pelo planejamento, execução e avaliação de políticas de permanência estudantil. A UESC oferece auxílio permanência, subsídio alimentação e o Programa Mais Futuro.

3.5.4 Ações Afirmativas na UEFS

A Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), instituição pública, de ensino superior, sediada na cidade de Feira de Santana, está localizada no agreste baiano e possui um campus avançado em Lençóis, na região serrana da Chapada Diamantina. Até a década de 2010 era a única universidade pública presente na cidade. A UEFS é a terceira universidade mais antiga da Bahia (a segunda, se consideradas somente as universidades públicas) e a primeira das quatro universidades estaduais a ser implementada pelo governo baiano no intuito de expandir e interiorizar a educação superior no estado. Caracterizada como uma autarquia mantida pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia. A instituição exerce atividades de ensino, pesquisa e extensão em diversas áreas do conhecimento.

A referida instituição também vem desenvolvendo pesquisas e participa de programas e projetos em convênios com outras instituições, além de cooperação técnica com outros países, incluindo a criação de novos programas de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado, fortalecendo a produção e a publicação científicas.

Atualmente a UEFS tem 31 (trinta e um) cursos de graduação distribuídos em 04 (quatro) Áreas do Conhecimento. Destes, 29 (vinte e nove) cursos em regime semestral e 02 (dois) em regime anual; 14 (quatorze) cursos são na modalidade Licenciatura e 17 (dezessete) na modalidade Bacharelado.

A estrutura da UEFS compreende: órgãos de Administração Superior; órgãos de Administração Adstrita; e órgãos de ensino, pesquisa e extensão. Dentro dos interesses que envolvem essa pesquisa, destacamos as atividades desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE), como órgão da administração superior, consolidando as ações afirmativas e a permanência estudantil.

A UEFS foi a segunda universidade estadual baiana a adotar o sistema de cotas, bem como a segunda a criar uma Pró-Reitoria específica para as ações afirmativas e assuntos estudantis. A implantação da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE) foi aprovada pela Resolução CONSAD nº 065/2013 (UEFS/PROPAAE, 2023).

3.5.4.1 Política de Ações Afirmativas da UEFS

A política de ação afirmativa da UEFS foi aprovada em junho de 2006, com a Resolução CONSU nº 034/2006, que estabeleceu reserva de vagas nos cursos de graduação e implantada em 2007. Essa Resolução determinava a reserva de 50% das vagas, em cada curso de graduação, para estudantes que cursaram, ao menos, dois anos do Ensino Fundamental e todo o Ensino Médio em escola pública, sendo 80% dessas vagas reservadas para estudantes autodeclarados negros. A referida Resolução também instituiu que fossem reservadas 2 vagas a mais, em cada curso de graduação, para estudantes de comunidades indígenas e remanescentes de quilombos (UEFS/CONSELHOS, 2006).

Essa implantação foi fruto da intensa atuação do Movimento Negro na UEFS, sobretudo a partido do Núcleo de Estudantes Negros e Negras da UEFS (NENNUEFS). Podemos afirmar que a UEFS nasceu de lutas sociais e de embates políticos, com a participação dos setores estudantis e operários, conforme salienta Santos (2016), isto é, a sociedade civil e política organizada lutaram para que a universidade surgisse no interior da Bahia.

Sempre houve na UEFS uma grande preocupação para além das cotas de acesso, fazendo-se necessário garantir a permanência dos estudantes. Debates sobre a adoção das ações afirmativas passaram a integrar diferentes espaços e, na UEFS, o NENNUEFS pautou a temática em diversas mesas-redondas e palestras com professores, militantes e especialistas no assunto.

O NENNUEFS foi responsável pela articulação e mobilização de outras organizações culturais e entidades do movimento social de Feira de Santana em prol da luta pelas ações afirmativas na UEFS, como a Frente Negra Feirense (FRENEFE), o Movimento Negro Unificado (MNU) – sessão de Feira de Santana, a Associação de Escolas de Samba, a Liga de Cultura Negra de Feira de Santana, o Grupo de Capoeira Angoleiros do Sertão e grupos culturais afro e de afoxé do município (DAMASCENO, 2017). Essa movimentação ratifica o que diz Silva (2018), sobre a força dos movimentos sociais na luta pelas ações afirmativas: “[...] a literatura especializada revela que os movimentos sociais exerceram e exercem um papel relevante nos processos de produção, implementação e monitoramento das políticas” (Silva et al, 2018, p. 591).

Em 2004 foi criado pelo NENNUEFS a Comissão Pró-Cotas na universidade, composta por representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica. A comissão estudou o perfil dos estudantes da instituição e experiências em outras universidades para elaborar sua proposição de ações afirmativas.

Em 2006 foi publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia a abertura do primeiro edital do vestibular com a política de cotas.

O sistema de Cotas da UEFS, aprovado em 2006 e instituído a partir do ano de 2007, foi atualizado por meio da Resolução CONSU nº 010/2019, que trata da reserva de vagas e sobrevagas para os cursos de graduação da Instituição, ampliando o sistema de cotas da instituição, destinado a grupos sociais historicamente excluídos. Considerando o contexto atual e as novas demandas da sociedade contemporânea, a nova Resolução incluiu pessoas com deficiência (seja física, visual, auditiva, surdo-cegueira, múltipla, transtornos globais do desenvolvimento e/ou com altas habilidades/superdotação) e transexuais, travestis ou transgêneros (UEFS/CONSELHOS, 2019), alterada pela Resolução CONSU nº 005/2020, que institui a Comissão Institucional de Verificação de autodeclaração/heteroidentificação a responsabilidade de avaliar e aferir a veracidade das informações prestadas pelos(as) candidatos(as) negros(as) quanto à sua autodeclaração (UEFS/CONSELHOS, 2020).

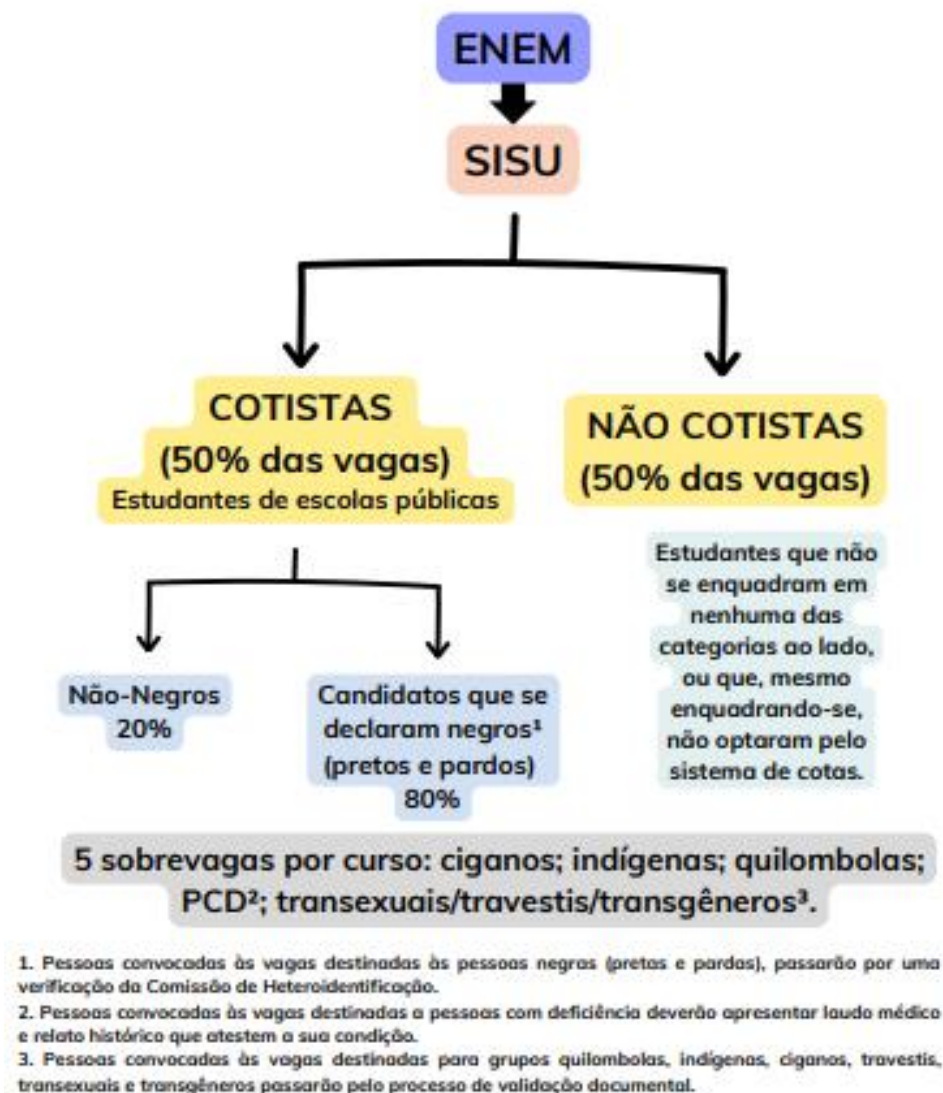
Portanto, o sistema de ingresso pelas ações afirmativas em vigor na universidade está regulamentado pela Resolução CONSU nº 010/2019 e pela Resolução CONSU nº 005/2020.

Reserva 50% das vagas oferecidas, em todos os cursos de graduação, para estudantes que cursaram todo o ensino médio e pelo menos quatro anos do ensino fundamental em escolas públicas ou realizaram Exame de Certificação de Competência ou de Avaliação de Jovens e Adultos pelos sistemas públicos de ensino.

Atualmente, exige-se que os candidatos não tenham título de graduação e que tenham renda familiar bruta *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) em vigor. Dentro do percentual de 50%, reserva-se 80% para os autodeclarados negros (pretos e pardos) e 20% para os não negros. Além disso, há sobrevagas em todos os cursos de graduação para os seguintes grupos étnicos e sociais, sendo uma vaga para cada grupo: indígenas aldeados; quilombolas; ciganos; pessoas com deficiência e transexuais, travestis ou transgêneros. O sistema da UEFS mescla a modalidade de reserva de vagas (cotas sócio-raciais fixas) com sobrevagas (vagas adicionais). A figura 2 sistematiza a forma como acesso às políticas de ações afirmativas da UEFS acontece.

Após a implantação do sistema de cotas para os cursos de graduação, a UEFS iniciou, no ano de 2020, a discussão no âmbito da pós-graduação sobre a adoção de sistema de cotas com vistas à inclusão de grupos sociais historicamente excluídos nesse nível de ensino. Essa iniciativa resultou na implantação da Resolução CONSEPE nº 088/2021, que aprovou a política de ações afirmativas em todos os cursos de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu*, para ingresso e permanência de candidatos de negros, indígenas, quilombolas, ciganos, pessoas trans (transgêneros, transexuais e travestis) e com deficiência, sendo aplicável a refugiados (solicitantes de refúgio e imigrantes com autorização de residência por questões humanitárias), que também pertençam a esses grupos historicamente excluídos (UEFS/CONSELHOS, 2021).

Figura 2 – Acesso as políticas afirmativas da UEFS



Fonte: UEFS/PROPAAE (2023)

3.5.4.1.1 Criação da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE) e as ações afirmativas da UEFS

A Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE) foi criada pela Resolução do Conselho Superior de Administração (CONSAD) nº 065/2013, e instalada em 24 de outubro de 2014.

Ela substituiu a antiga Unidade de Organização e Desenvolvimento Comunitário (UNDEC), que tinha como missão de desenvolver e implementar políticas, programas e ações de integração e valorização dos discentes e servidores técnicos, analistas universitários e docentes, através de uma equipe multidisciplinar, com vistas à melhoria da qualidade de vida da comunidade universitária.

Essa Unidade estava subdividida em setores específicos: Divisão de Ação Comunitária (DIAC); Coordenação de Integração Comunitária (CICOM); Coordenação de Assuntos Estudantis (CODAE); Serviço de Apoio Psicopedagógico (SAP); Serviço de Orientação Jurídica; Serviço Social; Serviço de Saúde Universitário (SESU) e Centro de Educação Básica (CEB) – subdivido, por sua vez em CEB-Creche e CEB-Escola (UEFS, 2010).

A mudança da UNDEC para a PROPAAE possibilitou a configuração de um órgão propositivo do Conselho Universitário (CONSU) da UEFS, com capacidade para “propor e deliberar sobre as políticas afirmativas e de assuntos estudantis e fixar normas complementares para as ações a elas relacionadas” (UEFS, 2017, Artigo 24, inciso XIV).

O seu Regimento foi aprovado pelo CONSU em 28 de maio de 2018. O 1º Pró-Reitor foi o Prof. Dr. Otto Agra Figueiredo, e hoje tem como Pró-Reitora a Prof. Dra. Sandra Nivia Soares de Oliveira.

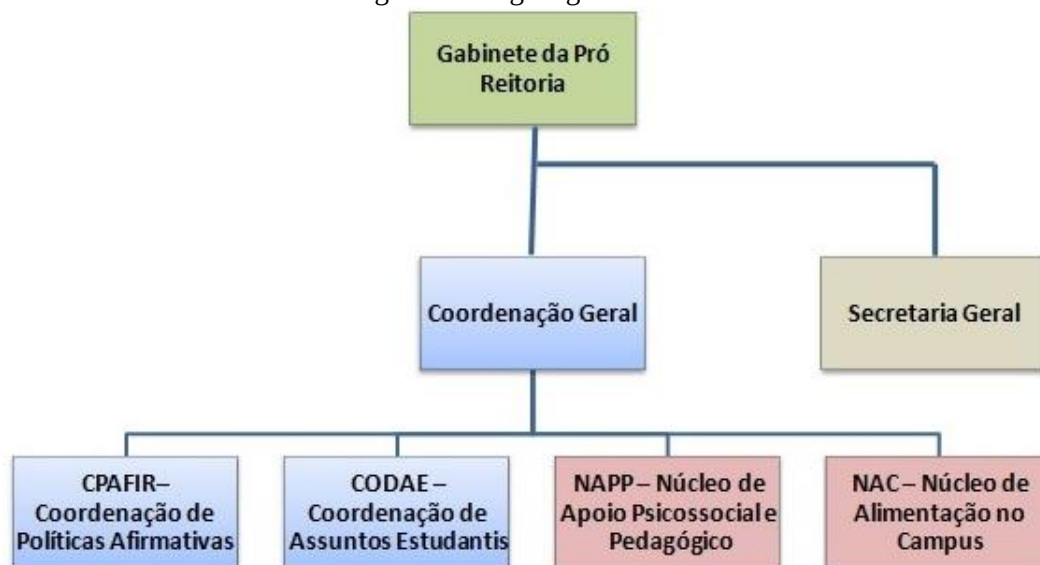
3.5.4.1.2 Missão da PROPAAE

Atualmente, a PROPAAE tem concentrado as suas atividades nos discentes da UEFS, com a missão de propor, planejar e acompanhar as políticas de ações afirmativas e consolidar programas de assistência estudantil voltados à permanência de discentes de graduação, prioritariamente em situação de vulnerabilidade social e/ou integrante de comunidades tradicionais historicamente excluídos do ensino superior, com vistas a contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Assim, está assessorada pela Coordenação de Políticas Afirmativas (CPAFIR); Coordenação de Assuntos Estudantis (CODAE); Núcleo de Alimentação no Campus (NAC); e o Núcleo de Apoio Psicossocial e Pedagógico (NAPP), que integrou o SAP e o Serviço Social (UEFS, 2018).

3.5.4.1.3 Organograma da PROPAAE

Figura 3 – Organograma da PROPAAE



Fonte: UEFS/PROPAAE [2025]b.

3.5.4.1.4 Atribuições dos setores que compõem a PROPAAE

A **Coordenação de Políticas Afirmativas (CPAFIR)**, propõe, orienta, avalia, acompanha e divulga as Políticas e Programas de Ações Afirmativas, articula parcerias com os setores da universidade e instituições externas em prol do fortalecimento das políticas afirmativas na UEFS voltadas para a promoção da diversidade étnico-racial, cultural, de gênero e diversidade sexual e pessoas com deficiência. A CPAFIR gerencia os processos de heteroidentificação e validação documental dos processos seletivos da UEFS e do SISU. É realizado pelo setor o acompanhamento pedagógico dos residentes, visando acompanhar o cumprimento da resolução do auxílio residente e auxiliar os estudantes para consigam concluir sua graduação no prazo previsto para cada curso. São realizadas também parcerias com colegiados de cursos para auxílio na criação de atividades de apoio pedagógico para seus estudantes.

A **Coordenação de Assuntos Estudantis (CODAE)** gerencia os processos relativos aos Auxílios que integram o Programa de Assistência Estudantil da UEFS, acolhe, encaminha e acompanha as demandas das Entidades Estudantis e das Residências Universitárias.

O **Núcleo de Alimentação no Campus (NAC)** gerencia e fiscaliza os contratos de cantinas e do Restaurante Universitário (RU), monitora as condições higiênico-sanitárias dos serviços de alimentação prestados no campus da UEFS conforme legislação específica e

promove capacitação em Boas Práticas de Fabricação de Alimentos aos funcionários das cantinas e do restaurante universitário.

O **Núcleo de Apoio Psicossocial e Pedagógico (NAPP)** oferece suporte aos estudantes, principalmente no que se refere ao acompanhamento psicopedagógico, apoio para o desenvolvimento acadêmico e orientação para os alunos que enfrentam dificuldades no processo de aprendizagem, buscando atender às necessidades da comunidade estudantil, tanto individuais como coletivas, no que se refere à prevenção, intervenção, avaliação, acompanhamento e orientação no âmbito dos diversos aspectos do processo psico-sócio-educativo. São algumas atribuições do NAPP:

1. Assessorar, organizar, acompanhar e/ou implementar ações e iniciativas que visem o aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem;
 2. Orientar, assessorar e acompanhar as ações de apoio social, psicopedagógica e/ou psicológica com a finalidade de possibilitar a promoção do processo ensino - aprendizagem nos casos de necessidades educativas especiais;
 3. Auxiliar o estudante com dificuldade de aprendizagem, prestando-lhe apoio social, psicológico, psicopedagógico e/ou pedagógico.
 4. Realizar avaliação socioeconômica para fins de acesso dos discentes à Programa de Assistência Estudantil da **UEFS**;
 5. Analisar e acompanhar o rendimento acadêmico dos estudantes cadastrados nos programas de auxílio oferecido pela **UEFS**, bem como nos Programas de permanência governamentais;
 6. Propor ações para minimizar dificuldades que as/os estudantes apresentem relativas à formação anterior ao ingresso na universidade oferecendo condições para aprendizagens significativas;
 7. Subsidiar a gestão universitária sobre a adoção de medidas administrativas e ou realização de eventos que contribuam para a solução de problemas pertinentes a relação ensino-aprendizagem e potencializem valores e competências discentes;
 8. Realizar a articulação com as Pró-Reitorias Acadêmicas e colegiados dos cursos, buscando ampliar o espaço de ensino e aprendizagem;
 9. Acompanhar Estágio Supervisionado de estudantes de Serviço Social, Psicologia, Pedagogia e Psicopedagogia, realizado no Núcleo;
 10. Elaborar relatório anual de suas atividades e apresentá-lo ao Pró-Reitor(a) e a Equipe da PROPAAE.
- (UEFS/PROPAAE, [2025]b).

De acordo com Rodrigues (2019, p. 41), equipe do NAPP vem acolhendo as demandas dos discentes, através da atenção psicossocial.

Não é possível falar de inclusão no ensino superior sem abordar a atenção psicossocial, pois os dois conceitos vislumbram o sujeito como o centro de toda ação, isto é, ao falar de inclusão o foco da atenção é o sujeito com suas potencialidades e habilidades, não sua doença ou deficiência. A atenção psicossocial considera o sujeito em suas relações sociais para estabelecer um

projeto individualizado, respeitando a autonomia do sujeito. É importante considerar que a inclusão e a atenção psicossocial estão voltadas ao território, à comunidade na qual esse sujeito está inserido.

3.5.4.1.4 Ações afirmativas desenvolvidas na PROPAAE

A Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) implementa diversas ações afirmativas para promover a inclusão e a diversidade no ambiente acadêmico. Um dos principais programas propostos pela PROPAAE refere-se ao Programa de Assistência Estudantil (PAE), aprovado pela Resolução CONSEPE nº 050/2018.

O Programa de Assistência Estudantil (PAE) tem por finalidade acompanhar sistematicamente o acesso e promover a assistência, prioritariamente, dos estudantes de primeira graduação, que estejam regularmente matriculados em cursos presenciais e que se encontram em situação comprovada de vulnerabilidade socioeconômica ou que sejam integrantes de comunidades tradicionais historicamente excluídos do ensino superior, visando contribuir para a redução dos efeitos das desigualdades socioeconômicas, de gênero e étnico-raciais (UEFS/CONSELHOS, 2018).

O PAE é composto por: 02 Residências Universitárias, uma, denominada popularmente como “residência tradicional” (efetivada em 1992) e a outra, a “residência indígena” (inaugurada em 2010), que acolhe a população das comunidades indígenas; Restaurante Universitário (em sistema bandejão iniciado em 2007 e a bolsa alimentação com a concessão de subsídios integrais e parciais para o café da manhã, almoço e jantar); Auxílio Residente (destinado a estudantes moradores das residências universitárias); Auxílio Permanência (concedido aos estudantes de primeira graduação não residentes e/ou não beneficiários de recursos de mesma natureza, em vulnerabilidade socioeconômica, prioritariamente cotistas); Auxílio Emergencial (de caráter emergencial para estudantes de primeira graduação em situação de dificuldade socioeconômica); apoio aos estudantes e entidades estudantis; apoio psicossocial, pedagógico, clínico e ambulatorial; e apoio às ações culturais, desportivas e recreativas (UEFS/CONSELHOS, 2018). Cabe destacar que se encontra em construção a Residência Quilombola e a Residência Indígena está passando por processo de ampliação. O Restaurante Universitário também se encontra em processo de ampliação, com vistas a atender, ao mesmo tempo, um maior número de estudantes.

Entre as principais iniciativas, destacam-se:

- a) Gerenciamento do Restaurante Universitário e cantinas do campus;

- b) Gerenciamento das Residências Universitárias (uma tradicional e uma indígena)
- c) Apoio pedagógico e psicossocial;
- d) Cursos Complementares;
- e) Coordenação do projeto Mais Futuro e Partiu Estágio;
- f) Coordenação das seleções de editais de auxílios financeiros e programas de apoio, como bolsas de estudo e alimentação;
- g) Realização de procedimentos de validação documental e heteroidentificação dos processos seletivos da universidade;
- h) Realização de visitas às escolas de nível médio para divulgação das políticas afirmativas;
- i) Confecção de cartazes e cartilhas para divulgação das políticas;
- j) Realização do evento “Aproxime-se” – projeto com o objetivo de aproximar e apresentar os estudantes ingressantes da universidade;
- k) Realização do Encontro de Líderes da Educação Básica;
- l) Organização do evento Novembro Negro.

Essas ações refletem o compromisso da UEFS em promover a equidade e a diversidade no ensino superior, contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Em síntese, as quatro Universidades Estaduais da Bahia apresentam forte compromisso com políticas afirmativas e de permanência estudantil., com uma diversidade significativa de ações por elas realizadas que visam contribuir ou garantir a permanência estudantil. O quadro 1 sintetiza um pouco sobre o que foi relatado na seção acima, especialmente no que se refere a ações afirmativas e de assistência presentes nestas instituições.

Quadro 1 – Ações afirmativas vigentes nas Universidades Estaduais Baianas

AÇÕES AFIRMATIVAS	UEFS	UNEB	UESB	UESC
Pró reitoria de políticas afirmativas	x	x	x	x
SISU	x	x	x	x
Vestibular		x		
Mais futuro	x	x	x	x
Bolsa auxílio	x	x	x	x
Residência estudantil tradicional	x	x	x	x
Residência estudantil indígena	x	x	x	
Apoios a viagens e eventos	x	x	x	x
Atenção biopsicossocial	x	x	x	x
Acompanhamento de equipe multidisciplinar	x	x	x	x
Auxílio emergencial	x	x	x	x
Creches	x		x	
Auxílio-residência	x	x	x	x
Restaurante Universitário	x	x	x	x
Programa Portal	x	x		
Acolhida para os calouros	x	x	x	x
Seminário de transição para a universidade	x			
Programa PALLE	x			
Intercâmbio	x	x	x	x
Biblioteca	x	x	x	x
Serviço de saúde universitária	x			
Clínicas odontológicas	x			
Farmácia universitária	x			
Atendimento de urgência e emergência	x			
Diretórios Acadêmicos	x	x	x	x
Diretório Central dos Estudantes	x	x	x	x
Ouvidoria	x	x	x	x
Programa de assistência estudantil	x	x	x	x
Programa de iniciação científica	x	x	x	x
Bolsa de extensão	x	x	x	x
Cursos complementares	x			
Núcleo de acessibilidade universitária	x	x	x	x

Fonte: elaboração própria.

Nota: A UNEB possui restaurante universitário apenas no campi de Salvador; a UESC possui restaurante Universitário apenas no campus de Ilhéus; a UESB possui creches nos campi de Vitória da conquista e Jequié.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

A partir do tema de investigação eleito e fundamentado teoricamente, cumpre a esta seção descrever sobre o percurso metodológico adotado para o desenvolvimento da investigação proposta.

Para Gil (1999), o método científico é um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos utilizados para atingir o conhecimento. Para que seja considerado conhecimento científico, é necessária a identificação dos passos para a sua verificação, ou seja, determinar o método que possibilitou chegar ao conhecimento.

Sendo assim, o percurso metodológico desta pesquisa busca descrever os procedimentos, técnicas e ferramentas utilizadas na condução da investigação científica de forma sistemática, visando alcançar resultados confiáveis e válidos.

Esta pesquisa foi realizada através do estudo de campo de natureza descritiva e abordagem qualitativa, a partir da realização de etapas e procedimentos previamente elencados. Sua efetiva realização considerou que “pesquisar deve ser um ato consciente de suas repercussões, do alcance de seus interesses [...] Não se resume à utilização hábil de técnicas e instrumentos científicos rigorosos, mas guarda em si um conteúdo ideológico que precisa ser evidenciado” (Santana e Nascimento, 2010, p. 74).

O método qualitativo é muito importante dentro da metodologia, pois segundo Richardson (1989), busca analisar todo o conjunto social, sempre interpretando as particularidades visíveis e ocultas no espaço pesquisado. Por sua vez, Cassel e Simon (1995) abordam a pesquisa qualitativa como um método que dá ênfase à subjetividade complementando a objetividade, priorizando todas as características e perspectivas que envolvem os sujeitos do estudo. Assim, o/a pesquisador/a não deve perder de vista o contexto e a reprodução social que acontece no campo.

Ludke e André (2011), com base nos estudos de Bogdan e Biklen (2011, p.11-13), apresentam cinco características básicas da pesquisa qualitativa, quais sejam:

- a) pressupõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada;
- b) os dados são predominantemente descritivos;
- c) a preocupação com o processo é maior que com o produto;
- d) tentativa de capturar a ‘perspectiva dos participantes’, isto é, a maneira como os informantes encaram as questões que estão sendo focalizadas;

- e) a análise dos dados por processo indutivo: os pesquisadores não se preocupam em buscar evidências que comprovem hipóteses definidas previamente.

Este estudo se caracteriza como um estudo de caso por se tratar de uma política desenvolvida na UEFS, onde foram aplicados os procedimentos de análise documental, levantamento e leitura dos documentos e registros encontrados sobre o objeto de pesquisa, elaboração do instrumento de coleta, identificação da quantidade de alunos; acesso a endereços eletrônicos; conversas com os pedagogos; encaminhamento de questionário via *e-mail* para os estudantes selecionados e análise dos resultados. De acordo com André (1984, p. 14), uma das características principais de tipo de pesquisa é que:

Os estudos de caso procuram retratar a realidade de forma completa e profunda. Esse tipo de estudo pretende revelar a multiplicidade de dimensões presentes numa dada situação, focalizando-a como um todo, mas sem deixar de enfatizar os detalhes, as circunstâncias específicas que favorecem uma maior apreensão desse todo.

Nesse sentido, o estudo de caso possibilitará que o objeto de estudo seja examinado como único, como uma representação singular da realidade, realidade esta, multidimensional e historicamente situada, de modo a desenvolver novas ideias, novas significações, novas compreensões da realidade.

Quanto aos fins, esta pesquisa pode ser caracterizada como descritiva. A pesquisa descritiva busca detalhar, da forma mais fidedigna possível, os fatos e fenômenos de uma dada realidade (Triviños, 1987). Dessa forma, este estudo teve a intenção de descrever as informações da realidade investigada, ou seja, a visão dos estudantes cotistas em relação às contribuições do serviço de Apoio Pedagógico do NAPP.

Assim, inicialmente buscou-se delimitar e compreender os contextos do NAPP, da Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes e da Política Pública de Assistência Estudantil, a partir de alguns elementos que os permeiam e constituem. Para tanto, realizei uma investigação bibliográfica e documental, partindo da análise de documentos, legislações, resoluções e portarias da UEFS, livros, revistas, físicos e virtuais, com o objetivo de compreender os vários aspectos que envolvem o fenômeno em estudo.

Para caracterização do NAPP foi realizada uma pesquisa documental, visitas ao lócus e conversas com os pedagogos que atuam no setor, objetivando levantar informações acerca da demanda ao serviço, números de servidores e descrição do serviço de apoio pedagógico.

Para verificação das contribuições, opiniões e concepções acerca do serviço de apoio pedagógico foram utilizados questionários apresentados aos participantes através da

ferramenta *Google Forms*, levando em consideração dados de identificação e perguntas gerais.

Contudo, para garantir a sua legitimidade, este estudo também foi estruturado no entorno de ampla abordagem teórica com a finalidade de explicar, elucidar, interpretar e unificar os dados. Destaca-se que a dimensão teórica visa balizar os novos conhecimentos em construção, abrindo novas perspectivas para a pesquisa.

4.1 Lócus da pesquisa e os sujeitos envolvidos

O lócus escolhido para coleta de dados foi a Universidade Estadual de Feira de Santana com foco na Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE). A coleta de dados foi realizada através de uma pesquisa de campo realizada com estudantes que fazem uso dos serviços propostos pelo Núcleo de Apoio Psicossocial e Pedagógico da PROPAAE/UEFS.

No que diz respeito aos sujeitos, independentemente do tipo de pesquisa, a população pode compreender um conjunto de fenômenos, objetos, pessoas ou coisas. Na pesquisa qualitativa, a população é vista apenas como uma referência, porém não significa que a informação quantitativa da população seja totalmente desprezada, todavia, não há uma preocupação com o tamanho da amostra como existe na pesquisa quantitativa. Tal entendimento se justifica em função da pesquisa qualitativa não buscar generalizações e sim identificar generalidades, dessa forma, a amostra pode ser delimitada conforme os objetivos da investigação (Triviños, 2001).

Os sujeitos da pesquisa são os/as estudantes cotistas dos cursos de graduação da UEFS que demandaram o serviço de apoio pedagógico do NAPP entre os semestres 2022.2 e 2024.2., em especial, aqueles que já passaram pelo atendimento pedagógico ou que o estejam finalizando. Foram considerados aqueles que já tenham concluído os atendimentos de forma contínua, assídua e que tenham procurado o NAPP para sanar dificuldades em relação à rotina de estudo, adaptação ao universo acadêmico e necessidades de orientações pedagógicas relativas às demandas acadêmicas.

4.2 Caracterização do lócus da pesquisa – o NAPP

O NAPP (local escolhido para desenvolvimento da pesquisa) surgiu em 2006. Está situado no Prédio da PROPAAE, no Campus Administrativo Universitário (CAU) III,

funciona nos turnos matutino e vespertino e concentra os servidores do Serviço de Apoio Psicopedagógico (SAP) e do Serviço Social. Atende às demandas psicossociais, pedagógicas e atua nas questões de vulnerabilidade social que estejam interferindo no processo de ensino-aprendizagem, bem como na atenção psicossocial aos discentes com necessidades educacionais.

O NAPP busca promover a permanência e o sucesso acadêmico dos alunos, oferecendo serviços como atendimentos psicopedagógicos individuais e em grupo, além de desenvolver ações de prevenção, orientação e acompanhamento psicopedagógico. O núcleo desempenha um papel importante na formação de um ambiente de ensino mais inclusivo e acolhedor, atendendo a estudantes com diversas necessidades e dificuldades acadêmicas.

O Apoio Psicossocial acontece pelo acolhimento, escuta qualificada, reflexão, orientação das questões sociais, bem como esclarecimento de direitos e deveres e os meios para exercê-los, através do acesso da Política de Ações Afirmativas.

São diversas as atividades desenvolvidas pelo setor, dentre elas: Atendimento pedagógico; Cursos Complementares (CCOMPL), que oferecem conteúdos básicos em português, informática e matemática; Seminário de Transição para a Universidade (SETRA), que visa promover um espaço de acolhimento e reflexão, contribuindo para uma melhor integração dos estudantes na UEFS; Articulação, que consiste no esclarecimento da Política Institucional de Educação Inclusiva; e Ações Afirmativas com Colegiados, professores, outros Núcleos e setores, com foco nas demandas psicossociais e pedagógicas dos (as) estudantes.

As inscrições para os cursos complementares ofertados pelo NAPP vêm a cada ano aumentando a sua demanda. De acordo com o Relatório Anual de Atividades desenvolvidas pelo NAPP nos anos de 2023 e 2024, em um exercício de levantamento das informações decorrentes da última edição do programa, foi possível observar algumas características dos participantes, que serão apresentadas nas tabelas de 1 a 5.

Tabela 1 – Solicitações de inscrição por condição de ingresso na UEFS

Condição de Ingresso	2023	2024
Cotistas - Negros/as/Pretos/as/Pardos	138	42
Ampla Concorrência	68	69
TOTAL	206	111

Fonte: UEFS/PROPAAE/NAPP (2023).

Tabela 2 – Inscrições nos cursos complementares por categoria de cotista e ampla concorrência

Condição de Ingresso	Quantidade
Negros/as oriundos de escola pública	145
Intercambista africano	1
Quilombola	7
Pessoa com deficiência	1
transexual	1
Ampla concorrência	51
TOTAL	206

Fonte: UEFS/PROPAAE/NAPP (2023).

Tabela 3 – Solicitação de inscrições dos cursos complementares, por área de interesse

Curso	Inscrições
Informática	103
Língua Portuguesa	78
Matemática	25
TOTAL	206

Fonte: UEFS/PROPAAE/NAPPP (2023).

Das 206 solicitações de inscrições realizadas, em torno de 66,5% dos estudantes ingressaram na UEFS através das políticas de ações afirmativas, com o sistema de reserva de vagas étnico-raciais e sociais, conforme tabela acima. Essas informações podem coadunar com relatos dos estudantes oriundos de escolas públicas em relação à formação básica, indicando lacunas expressivas em conteúdos básicos, que são pré-requisitos para a continuidade dos cursos de graduação. Acredita-se que os CCOMPL contribuem significativamente para a permanência dos estudantes na UEFS.

Tabela 4 – Número de atendimentos realizados pelo NAPP nos anos de 2022, 2023 e 2024

Ano	Atendimentos psicossociais	Atendimentos pedagógicos
2022	101	88
2023	502	175
2024	107	279

Fonte: UEFS/PROPAAE/NAPPP,2022,2023 (2024).

Tabela 5 – Servidores que atuam no NAPP em 2024

Profissionais do NAPP	Número de servidores	Carga horária	Situação Funcional
Assistentes Sociais	7	3 de 40h	
		3 de 30h	
		1 de 15h	
Pedagogo	2	1 de 30 h	
		1 de 15h	
Psicólogo	1	30h	Licença para doutorado

Fonte: Dados fornecidos pelo NAPP em 2024

Como se pode observar, o NAPP apresenta um volume alto de solicitações diante de uma equipe reduzida para dar conta das demandas. É um setor que requer um olhar cuidadoso em investimentos tanto de pessoal quanto de estrutura para que possa oferecer as condições adequadas às solicitações que recebe.

4.3 Análise dos dados e resultados da pesquisa

Os resultados obtidos pela pesquisa envolvem os dados produzidos em suas duas etapas: inicialmente em uma contextualização sobre o serviço de apoio pedagógico desenvolvido pelo NAPP através da pesquisa documental, estudo dos documentos, resoluções e relatórios de trabalho anual da PROPAAE e análise do formulário aplicado aos discentes. Depois, foram registradas as transcrições das anotações dos profissionais em atendimento aos referidos discentes, fazendo a correlação com os objetivos da pesquisa.

4.3.1 Perfil dos estudantes cotistas e definição do grupo de participantes

Conforme dados obtidos nos relatórios do Sagres Acadêmicos da UEFS (Portal de acompanhamento da vida acadêmica dos estudantes), as tabelas 5 e 6 apresentam quantitativo de alunos cotistas da UEFS por ingresso nos anos de 2023 e 2024 e número de alunos cotistas ativos em 2024.2. Evidenciando assim o compromisso da instituição e o crescimento do impacto positivo da política de cotas na democratização do acesso ao ensino superior.

Tabela 6 – Número de cotistas por ingresso

Categorias	2023.1	2023.2	2024.1	2024.2	2025.1
Negros	215	317	429	292	319
Quilombolas	19	16	30	12	23
Ciganos	0	0	0	0	1
Trans	2	0	1	1	5
Indígenas	5	6	8	1	13
PCD	1	4	12	3	12

Fonte: Sagres Acadêmico, acesso em 04/04/2025

A coleta de dados foi realizada com estudantes que realizam acompanhamento no NAPP no ano de 2024. Nosso interesse, nesse momento, foi identificar os estudantes que se encontravam em fase final de acompanhamento pelo NAPP, ou que estavam finalizando o atendimento pelo NAPP no momento da coleta de dados. Nosso interesse se concentrou no grupo de estudantes que acessaram a UEFS por cotas e que se encontravam em fase final de assistência pedagógica, diante de dificuldades apresentadas para realizar o curso de graduação: pré-requisitos em áreas do conhecimento, dificuldades para estabelecer uma rotina de estudo, não adaptação ao ambiente acadêmico, dificuldades de relacionamento com professores e colegas, reprovações, trancamentos, tempo prolongado na graduação e até mesmo, estímulo e motivação para concluir o curso.

No período discriminado, 19 alunos estavam em atendimento no setor. Dos alunos foram selecionados aqueles que já tinham concluído os atendimentos ou estavam em fase de conclusão. Além de ter sido observado o critério das cotas. Ou seja, todos os participantes são cotistas. Dos 19 estudantes em atendimento, foi obtido contato com todos eles, e 09 destes aceitaram participar e contribuir com a pesquisa.

Devido à coleta de dados ter sido iniciada no período de final letivo, muitos entraves foram encontrados. Dentre eles: campus esvaziado; alunos em véspera de recesso; alunos com alta demanda de fim de semestre; alunos com atendimento no NAPP já encerrado. Foram tentadas várias alternativas de contato com os discentes, mas sem grandes sucessos.

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi o questionário, disponibilizado pelo *Google Forms*. De acordo com Mota (2019), o *Google Forms* é um instrumento gratuito de criação de formulários on-line, que pode ser utilizado pelos usuários que dispõem de uma conta Google, podendo ser acessado em diferentes plataformas, até mesmo, por meio do

celular. Com o período letivo em fase final, e com as inúmeras demandas do cotidiano na atualidade, as pesquisas com o uso do ambiente virtual se mostram uma tendência atual para a coleta de dados, sendo a utilização de questionários uma ferramenta importante para diversas pesquisas em diferentes áreas (Mota, 2019).

O link do formulário foi disponibilizado pelas redes sociais mais utilizadas pelo público-alvo, sendo eles o Whatsapp e o e-mail. O formulário da pesquisa permaneceu disponível para preenchimento durante o mês de dezembro de 2024 e janeiro de 2025, contabilizando cerca de 60 dias de coleta. Responderam ao estudo 09 estudantes, que consentiram a participação na pesquisa.

Os dados coletados e transcritos foram submetidos a um processo de análise de conteúdo do tipo temática (BARDIN, 2009). Segundo Bardin (2009), a análise de conteúdo engloba as seguintes fases: a pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados; a inferência e a interpretação. A pré-análise compreende atividades como: a leitura flutuante, a escolha dos documentos, a formulação das hipóteses e dos objetivos, elaboração dos indicadores, etc. A exploração do material supõe operações de codificação, ou seja, a transformação dos dados brutos do texto em unidades de sentido que compõem a comunicação dos sujeitos, e a categorização dos mesmos. O tratamento dos resultados ou categorização compreende a escolha de rubricas ou classes que reúnem um conjunto de elementos/significações. A inferência e a interpretação são a última etapa e compreende a busca dos sentidos com a ajuda do quadro teórico.

A próxima seção trata da análise dos dados apreendidos durante a realização dessa investigação.

5 ANÁLISE DOS DADOS: CONTRIBUIÇÕES DO NAPP/UEFS PARA A PERMANÊNCIA ESTUDANTIL

Nesta seção, apresentamos a discussão dos dados apreendidos com a realização da aplicação do questionário aos estudantes que se encontravam em atendimento pelo Núcleo de Apoio Psicossocial e Pedagógico (NAPP), buscando identificar as suas contribuições para a permanência dos estudantes cotistas dos cursos de graduação da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

Conforme informado na seção anterior, a intenção da pesquisa foi de realizar a coleta de dados com o grupo de estudantes que se encontravam, no semestre 2024.2, em acompanhamento pelo NAPP, especificamente, estudantes que se encontravam em fase final de atendimento ou que estavam concluindo o atendimento no momento da coleta, uma vez que a intenção do estudo busca conhecer as contribuições do NAPP para a sua permanência na universidade. Assim, 19 estudantes que se adequam aos critérios estabelecidos e que se encontravam em acompanhamento pelo NAPP foram contatados. Desse grupo de 19 estudantes, recebemos o retorno de 09 estudantes que responderam ao questionário e aceitaram participar e contribuir com a investigação.

Também consideramos importante destacar que buscamos diferentes formas para contatar os estudantes: idas à universidade, ao NAPP, contato direto, dentre outras ações, uma vez que nossa intenção inicial se consistia em conseguir “ouvir” todos os estudantes do grupo atendido em 2024.2 pelo NAPP. Também havia a intenção inicial em aprofundar a coleta, com a realização de grupo focal. Entretanto, o acesso a esses estudantes foi um acesso difícil. Talvez, pela própria condição de vulnerabilidade social, ou pelo desejo de não se manifestar a respeito de si, ou ainda, pelo receio de exposição de sua condição. É bom lembrar que se trata de um grupo de estudantes que por si, merecem respeito, um grupo de estudantes em vulnerabilidade que luta pelo reconhecimento dos seus direitos, pela sua permanência e sucesso no ensino superior.

Assim, apresentamos os dados apreendidos com o grupo de 09 estudantes assistidos pelo Núcleo de Apoio Psicossocial e Pedagógico (NAPP), que se prontificaram em participar da presente pesquisa com vistas a identificar as contribuições do NAPP para a permanência dos estudantes cotistas dos cursos de graduação da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

5.1 Principais características dos estudantes que acessam o serviço do NAPP

O conjunto de dados abaixo apresenta as principais características do grupo de estudantes cotistas que se encontravam em fase final de acompanhamento pelo Núcleo de Apoio Psicossocial e Pedagógico (NAAP) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) no semestre 2024.2, e que aceitaram participar desta pesquisa, no que se refere ao gênero, autodeclaração de raça, curso de graduação que frequenta, dentre outros elementos que contribuem para a definição de um perfil do grupo participante.

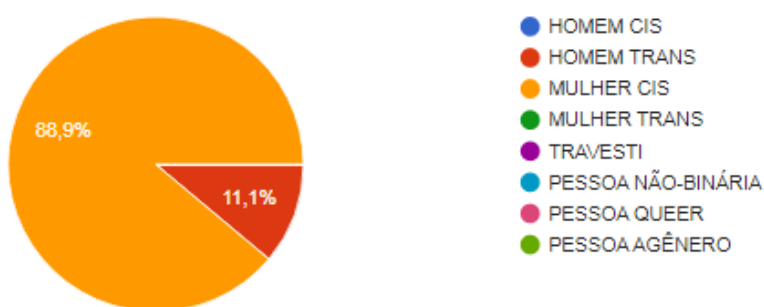
5.1.1 Em relação ao gênero

Como se pode observar no gráfico abaixo, o grupo de estudantes cotistas atendido pelo NAPP no semestre 2024.2, que se encontrava em fase final de atendimento, é constituído, predominantemente, por mulheres.

- Dos 09 (nove) discentes participantes, 8 (oito) são do gênero mulher cis e 1 (um) do gênero homem Trans (gráfico 2).

Gráfico 2 – Gênero das pessoas participantes da pesquisa

9 respostas



Fonte: Formulário *Google Forms* dos discentes participantes (2024)

De acordo com os dados disponibilizados pelo Resumo Técnico do Censo da Educação Superior (BRASIL, 2024), referente ao ano de 2023, edição mais recente da pesquisa estatística divulgada pela pasta e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), na educação superior no Brasil, as mulheres representam 59,1% (5,9 milhões) das cerca de 10 milhões de matrículas nesse nível de ensino. Ao considerar o total de ingressantes no ensino superior (cerca de 5 milhões), elas correspondem a 59,4% (2,9 milhões).

Corroborando às estatísticas, os dados obtidos nesta pesquisa sinalizam a predominância das mulheres cotistas no atendimento realizado pelo NAPP. Dados de diversas instituições mostram que as mulheres têm ocupado mais vagas nas universidades, especialmente por meio do sistema de cotas. Entretanto, mesmo com esse crescimento, desafios persistem. Embora as mulheres sejam maioria nas universidades, elas ainda enfrentam obstáculos.

Segundo conclusões publicados no relatório *Education at Glance*, de 2019, Mulheres brasileiras têm 34% mais probabilidade de se formar no ensino superior do que seus pares do sexo masculino, mas também menos chances de conseguir emprego.

Assim, a predominância de cotistas do gênero feminino nas universidades não apenas evidencia a eficácia das políticas de inclusão, mas também aponta para a necessidade de avanços contínuos para garantir igualdade de oportunidades em todos os níveis educacionais e profissionais.

Entretanto, em relação à população LGBTQIAP+ nos espaços educacionais, nos importa destacar os dados divulgados pela Associação de Docentes da Universidade estadual de Feira de Santana (ADUFS, 2023), que contribuem para as nossas reflexões, uma vez que o presente estudo trata de apoio pedagógico para a população em vulnerabilidade na UEFS:

Segundo pesquisa realizada pela Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil, 82% das pessoas trans abandonam o Ensino Médio entre os 14 e os 18 anos. Os dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), de 2022, são ainda mais reveladores. A pesquisa mostra que cerca de 70% das pessoas trans e travestis não concluíram o Ensino Médio e apenas 0,02% dessa população teve acesso ao ensino superior. Os números mostram ainda que muito desta violência é praticada por docentes e gestoras (es) da instituição, além das situações vividas entre estudantes. (ADUFS, 2023, s/p)

Os índices de evasão e falta de acesso são importantes demarcadores para compreendermos sobre o papel das instituições de ensino superior na promoção de políticas para acolhimento e permanência dessa população. Corroborando aos dados estatísticos, o número de estudantes Trans presentes nas UEFS ainda é bem pequeno, mas, com a aprovação da Resolução CONSU nº 010/2019, que estabelece a política de cotas, incluindo para pessoas Trans e Travestis, e com investimento em políticas de permanência, a expectativa é de que a UEFS venha a atender a um número progressivo de estudantes Trans e Travestis.

5.1.2 Em relação a autoidentificação cor/raça pelos estudantes participantes

Conforme mencionado nos textos iniciais que compõem esta dissertação, foi a partir de mobilizações de diferentes movimentos sociais, especialmente ao longo das três últimas décadas, que materializam-se políticas de reparação social na universidade pública brasileira, por meio de ações afirmativas e coloca em debate o desafio da permanência dos estudantes das camadas populares e egressos de escolas públicas que chegam, muitas vezes, com diferentes histórias de vida e de formação e que enfrentam diversas dificuldades para permanecer e concluir, com sucesso, a realização de um curso de graduação.

De acordo com Figueiredo (2017, s/p):

Um marco importante para o avanço das ações afirmativas no Brasil foi a participação do país na III Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada na cidade de Durban, África do Sul em 2001. Com a assinatura da Declaração de Durban e Plano de Ação, o Brasil se comprometeu oficialmente diante da comunidade internacional em implementar políticas de combate a uma série de desigualdades, entre elas, a discriminação racial.

Sem dúvida, consideramos que a ampliação das oportunidades educacionais como um dos fatores mais importantes para a redução das desigualdades sociais, e nesse sentido, o avanço das ações afirmativas no Brasil cumpre um papel fundamental. De acordo com Oliveira e Mota Júnior (2022), com os quais concordamos, as políticas reparatórias de acesso e permanência são categorias indissociáveis para uma democratização da Educação Superior. Tais políticas se referem tanto à democratização do acesso ao ensino superior, por meio de reserva de vagas e sobrevagas por sistemas de cotas, quanto às políticas de permanência estudantil, que tem por objetivo acolher e atender estudantes egressos de escolas públicas, em condições de vulnerabilidade socioeconômica, e jovens negros, pardos, quilombolas, indígenas e, mais recentemente, outras minorias historicamente excluídas, como transgêneros, ciganos e pessoas com deficiência.

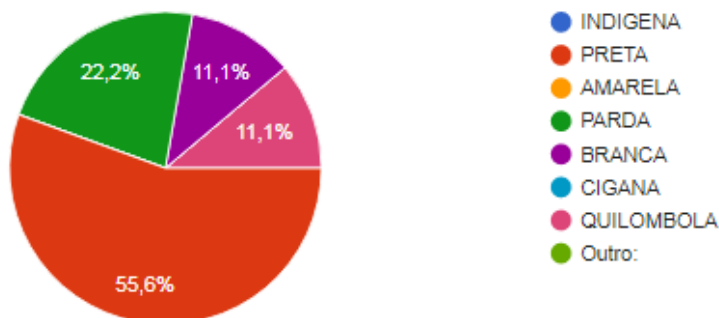
Feira de Santana é uma cidade localizada no interior da Bahia, estado mais negro do Brasil, com a maioria da população autodeclarada negra ou parda. Portanto, um município onde políticas afirmativas merecem destaque, especialmente ao tratarmos da autoidentificação cor/raça apresentada pelos estudantes participantes da pesquisa.

Conforme já informado no percurso metodológico adotado por esta investigação, o grupo de estudantes participantes ingressaram na UEFS pelo sistema de cotas.

- Dos 09 participantes, 02 (dois) se autodefinem como pardo, 01 (um) como branco, 01 (um) como quilombola e 05 (cinco) como pretos (gráfico 3).

Gráfico 3 – Autodefinição das pessoas participantes da pesquisa

9 respostas



Fonte: Formulário *Google Forms* dos discentes participantes

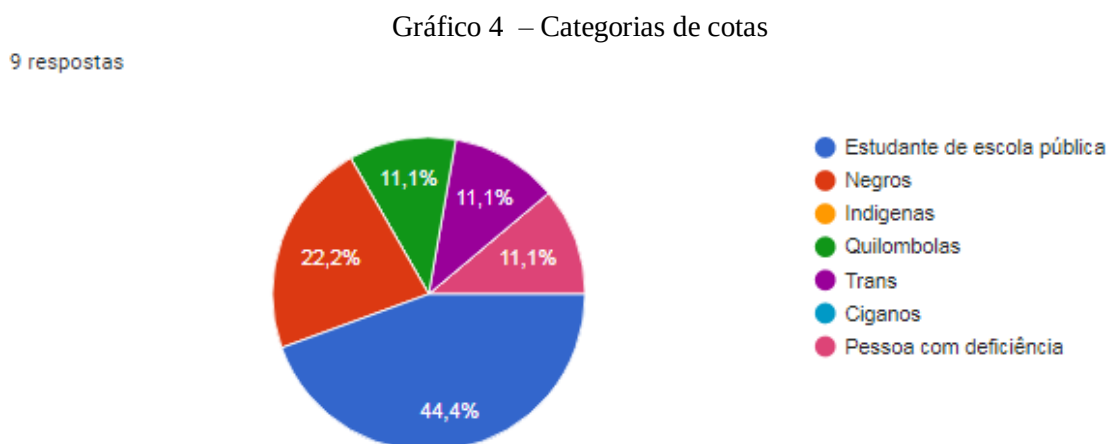
As respostas evidenciam que a maioria dos cotistas se autodefinem como negros o que coaduna com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde uma parte significativa dos cotistas se declara como negros ou pardos, refletindo a intenção da política de corrigir as desigualdades históricas de acesso ao ensino superior e promover maior diversidade racial nas universidades. Entretanto, o próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) destaca nos dados apresentados em relatório (IBGE, 20219), que, apesar de ter havido um aumento da população preta e parda desta faixa etária no ensino superior, de 2016 (50,5%) para 2018 (55,6%), ainda ficou em menor percentual quando comparado ao segmento de estudantes autodeclarados brancos com 78,8% (IBGE, 2019). Ou seja, tais dados nos permitem inferir que pretos ou pardos estão mais escolarizados, porém, ainda continua a desigualdade em relação aos brancos no Brasil.

A política de cotas no Brasil foi implementada para promover a inclusão social e racial, principalmente para garantir o acesso de pessoas negras e pardas, que historicamente enfrentam desigualdade no sistema educacional e no mercado de trabalho. Quando a Lei de Cotas foi criada em 2012, uma das condições para o ingresso em universidades públicas era que os candidatos se autodefinissem como negros, pardos ou indígenas, segundo o sistema de autodeclaração, que leva em consideração a percepção do próprio indivíduo sobre sua identidade racial.

Tais considerações se assentam no momento da análise para corroborar com a importância de identificar o grupo de estudantes cotistas que fazem uso das políticas de permanência oferecidas pelo NAAP/UEFS. Assim, quando os estudantes participantes da

pesquisa são questionados sobre a forma de acesso, a categoria cotas por escola pública é o que aparece com maior destaque.

- Das categorias de cotas pelas quais ingressaram nos cursos da UEFS, temos: 1 (um) quilombola; 1 (um) Trans; 1 (um) pessoa com deficiência; 2 (dois) negros; e 4 (quatro) estudantes de escola pública (gráfico 4).



Fonte: Formulário *Google Forms* dos discentes participantes

Chamamos a atenção para o fato de que todos os participantes são estudantes de escola pública, pois é um dos critérios da política de cotas da UEFS. Como podemos verificar abaixo:

A UEFS destina 50% das vagas para alunos que cursaram todo o ensino médio e, no mínimo, dois anos do ensino fundamental em escolas da rede pública. Deste total, 80% são reservados à cota racial e devem ser preenchidos por alunos negros. (UEFS, 2007).

A Universidade Estadual de Feira de Santana, após trinta anos de sua fundação constituiu, a partir da Resolução Consu 034/2006, um marco da luta pelo combate às desigualdades sociais e ao racismo. Concordando com Carvalho dos santos e Machado Ferreira (2022), ao tempo em que reconhecemos o esforço até então realizado para atender as demandas de diferentes entidades e grupos que têm uma história marcada pela discriminação racial, étnica, de gênero e outras definidas pelo padrão considerado neurotípico, contudo, também reconhecemos que uma norma não é suficiente para mudar uma cultura, ainda precisamos avançar muito mais, e lidar com diferentes tensões ainda presentes no campo do debate das ações afirmativas e, de modo especial, na questão da reserva de vagas.

Kabengele Munanga, antropólogo e professor brasileiro-congolês, é uma das principais referências nesse debate sobre racismo e desigualdades sociais no Brasil. Seus estudos e ativismo destacam a necessidade de políticas públicas efetivas e educação antirracista para combater as disparidades históricas enfrentadas pela população negra, argumentando que o racismo no Brasil é estrutural e se manifesta na sub-representação da população negra em espaços de poder e decisão. Ele enfatiza que a luta contra o racismo não se limita a reconhecer sua existência, mas exige ações concretas para sua erradicação. Nesse contexto, ele defende a implementação de políticas de ação afirmativa, como as cotas raciais, como instrumentos essenciais para promover a equidade racial e social.

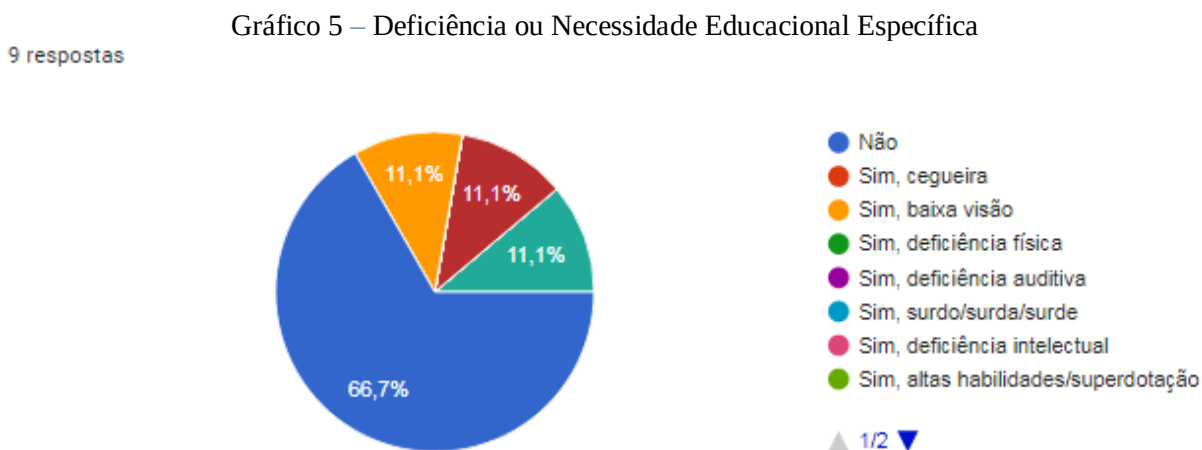
Em resumo, Kabengele Munanga propõe uma abordagem multifacetada para o combate às desigualdades sociais e ao racismo, que inclui a implementação de políticas públicas afirmativas, a promoção de uma educação antirracista e o reconhecimento das especificidades das experiências da população negra. Sua contribuição é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Assim, “A ideologia da democracia racial é uma das mais perversas formas de racismo, pois nega a existência do próprio racismo. Ela transforma o preconceito em afeto, a exclusão em harmonia, e a desigualdade em meritocracia.”. (Munanga, 2004, p. 45)

5.1.3 Em relação à natureza da cota utilizada pelos participantes, para o ingresso na UEFS

Através da Resolução Consu 034/2006, foi estabelecida a reserva de 50% das vagas de todos os cursos de graduação da UEFS para estudantes oriundas (os) de escola pública e, dentre essas, 80% para negros e 20% para não-negros de escola pública, além de duas vagas suplementares por curso destinadas a estudantes indígenas e quilombolas; instituindo assim as cotas sociais e étnico raciais, tendo a sua implantação prevista para o primeiro processo seletivo vestibular em 2007. Essa política foi atualizada em 2019, pela Resolução CONSU nº 010/2019, que estabelece reserva de vagas e sobrevagas para os cursos de graduação da Instituição, também destinada a grupos sociais historicamente excluídos. Nesta atualização, a UEFS incluiu no sistema de cotas, vagas reservadas para pessoas com deficiência (seja física, visual, auditiva, surdo-cegueira, múltipla, transtornos globais do desenvolvimento e/ou com altas habilidades/superdotação), ciganos, e transexuais, travestis ou transgêneros (UEFS/CONSELHOS, 2019).

A ampliação do sistema de cotas da UEFS se faz presente nos dados apreendidos:

- 3 (três) participantes sinalizaram possuir algum tipo de deficiência ou Necessidade Educacional Específica (NEE): 1 (um) com baixa visão; 1 (um) autista; 1 (um) com transtorno mentais e/ou neurológicos (gráfico 5).



Dentre os participantes, 3 (três) sinalizaram possuir algum tipo de deficiência ou necessidade educacional específica. De acordo com a legislação brasileira, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), as instituições de ensino devem proporcionar um ambiente acessível e adaptado às necessidades de estudantes com deficiência. Esse apoio deve incluir o apoio pedagógico especializado.

O Núcleo de Acessibilidade da UEFS (NAU) é um setor vinculado à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, inserido na Política Institucional de Educação Inclusiva. Sua principal função é promover a inclusão de pessoas com deficiência nas atividades acadêmicas e sociais da Universidade, oferecendo suporte acadêmico e tecnológico, acompanhamento e recursos de acessibilidade que eliminem barreiras e promovam a inclusão plena.

Além disso, o NAU realiza ações como acolhimento de alunos que ingressaram por cotas específicas e aqueles que se apresentam por demanda espontânea. O Núcleo também participa de eventos e atividades que visam conscientizar a comunidade acadêmica sobre a importância da inclusão e acessibilidade, atuando no âmbito da formação acadêmica dos estudantes, dos docentes e dos técnicos universitários. Tem por objetivo, possibilitar participação e aprendizado a todos os estudantes, como os que possuem deficiência ou outras necessidades educacionais especiais. Busca contribuir para a formação humana dos estudantes e profissionais da UEFS, por meio de processos educacionais orientados por valores

democráticos, solidariedade, compaixão e sensibilidade, para a convivência com a diversidade/diferenças humana sem que estas sejam motivo de preconceito e discriminação.

O NAU possui uma equipe de atuação, e conta com o suporte de uma Comissão de Apoio e Acompanhamento das ações do NAU. Também conta com uma equipe de estudantes estagiários (as) para acompanhamento individualizado, quando se faz necessário.

Há inúmeras iniciativas já consolidadas pelo NAU, e que se estendem na UEFS, dentre elas: oferta de curso de Libras e Braille para o corpo técnico e docente; oferta da disciplina Libras nos cursos de graduação e da disciplina Políticas Educacionais Inclusivas para os cursos de Licenciatura, realização dos Seminários de Educação Inclusiva, apresentando conferências, palestras com temas referentes à temática; aquisição da impressora Braille e de acervo bibliográfico em Braille; adequações arquitetônicas com construção de rampas e banheiros adaptados nas unidades; produção de trabalhos científicos; realização de pesquisas; oferta de acompanhamento pedagógico aos estudantes identificados e cadastrados no NAU.

Além disso, o NAU objetiva articular ações com as diversas instâncias da universidade, com estrutura física, material, equipamentos e pessoal especializado para propiciar suporte a estudantes, professores e funcionários com deficiência (física, visual, auditiva ou intelectual), transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação, orientando e acompanhando, em parceria com as instâncias administrativas (os Colegiados dos Cursos de Graduação e os Departamentos) o processo inclusivo, tornando a Universidade o mais acessível a todos. (UEFS/NAU, 2024).

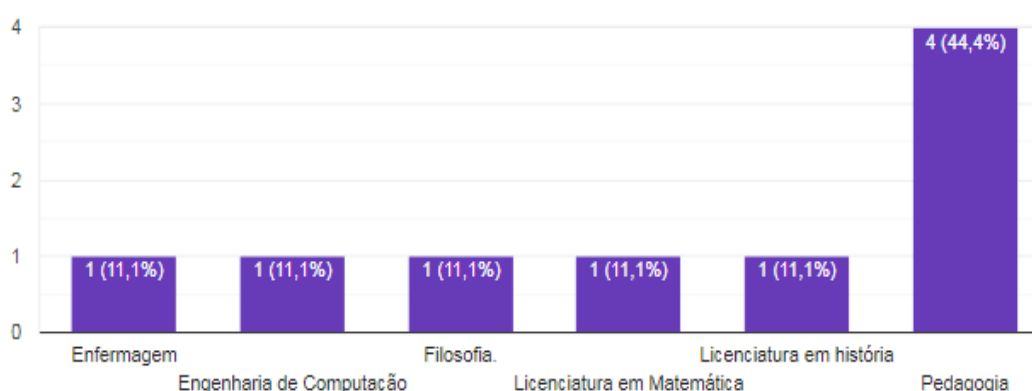
Diante do o estudo realizado, podemos perceber que a UEFS tem colocado em prática o apoio pedagógico como política de permanência. Incluindo e oferecendo condições de estudo para seus discentes com deficiência superarem as suas as dificuldades relacionadas à deficiência.

O participante com baixa visão respondeu o formulário impresso e as questões foram ampliadas para que o mesmo conseguisse responder.

5.1.4 Dados de ingresso e permanência nos cursos de graduação

De acordo com os respondentes, os estudantes estão matriculados em diferentes cursos de graduação, sendo, em sua maioria, cursos de Licenciatura: quanto aos cursos de graduação dos estudantes analisados, temos: 1 (um) de Enfermagem; 1 (um) de Engenharia da Computação; 1 (um) de Filosofia; 1 (um) de Licenciatura em Matemática; 1 (um) de Licenciatura em História; e 4 (quatro) de Pedagogia (gráfico 6).

Gráfico 6 – Dos cursos de graduação dos estudantes analisados



Fonte: Formulário *Google Forms* dos discentes participantes

Mais de 50% dos participantes são de cursos de licenciaturas, sendo 5 (cinco) da área de Humanas e 1 (um) de Ciências Exatas. As respostas indicam que a maioria dos participantes são das licenciaturas, porém fica evidenciado que a necessidade de procura pelo serviço de apoio pedagógico independe da área escolhida. Outros fatores estão implicados na demanda pelo serviço.

As formas de acesso aos Cursos de Graduação da UEFS ocorrem por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU). Todas as vagas de ingressantes são oferecidas através do SiSU. O Sistema de Seleção Unificada (SiSU) passou a ser utilizado como acesso principal aos Cursos de Graduação desde o semestre letivo 2019.1. Antes disso, até 2018.2, o acesso se dava por meio do ProSel (Processo Seletivo vestibular).

Acompanhado pela Comissão de Seleção e Admissão/ Comissão Permanente de Acesso ao Ensino Superior (CSA/COPAES), o SiSU utiliza as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como base para avaliação dos escores e a consequente classificação dos interessados, mantidas entretanto, as categorias definidas pela atual política de ações afirmativas de ingresso na Instituição. (UEFS, 2025).

A UEFS também oferece acesso pelas modalidades de Reintegração, destinada ao estudante que teve a vaga cancelada no Curso, e deseja ser reintegrado para a conclusão do mesmo Curso, desde que ainda oferecido pela Instituição; Transferência Interna e Externa, dedicado aos estudantes que desejam transferir de Curso dentro da própria Instituição, ou para os estudantes oriundos de outros estabelecimentos de ensino superior - do país ou do estrangeiro - que desejam transferir para o mesmo Curso ou Cursos afins na UEFS; Portador de Diploma de Nível Superior, por onde é permitido o ingresso nos Cursos de Graduação da UEFS mediante processo seletivo, utilizando as notas do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) como forma de seleção.

E ainda, a UEFS regulamentou, em 2017, o Programa Único de Reingresso para os alunos dos Cursos de Graduação com dupla modalidade. Ao egresso da UEFS que concluiu o Curso de Graduação na modalidade de Licenciatura ou Bacharelado, nos últimos 5 (cinco) anos, é permitido solicitar o reingresso para completar seus estudos na segunda modalidade do mesmo Curso (UEFS, 2025).

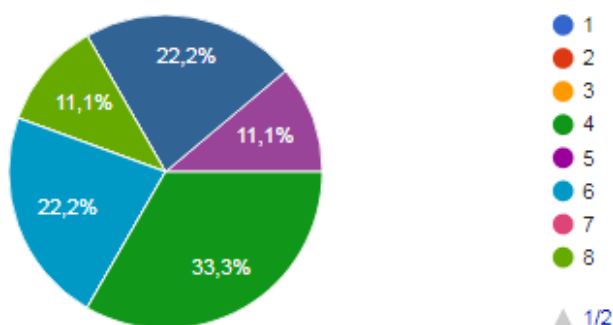
Todas elas são políticas que buscam garantir a democratização do acesso e o preenchimento das vagas oferecidas pela instituição.

Em continuidade, quando perguntado sobre o semestre no qual se encontram matriculados, obtivemos as seguintes respostas:

- a respeito do semestre que cursam atualmente, 2 (dois) encontram-se no 6º período; 2 (dois) no 10º período; 1 (um) no 8º período; 1 (um) já concluiu; e 3 (três) no 4º período (gráfico 7).

Gráfico 7 – Do semestre que cursam atualmente

9 respostas



Fonte: Formulário *Google Forms* dos discentes participantes

As respostas evidenciam que a procura pelo serviço de apoio pedagógico se apresentam logo nos semestres iniciais dos cursos. É nesse momento em que os estudam

enfrentam as maiores dificuldades do meio acadêmico. Seja pela falta de rotina de estudo, estranhamento do meio acadêmico, falta de conhecimento de base para escrita e interpretação dos textos acadêmicos ou mesmo pela não afiliação ao ambiente universitário.

O sociólogo Alain Coulon, em seu livro “A condição de estudante: a entrada na vida universitária”, que trata especificamente do processo de aprender o “ofício de estudante”, ou tornar-se membro competente da comunidade universitária, define o processo denominado afiliação: “método através do qual alguém adquire um status social novo” (Coulon, 2008, p. 31).

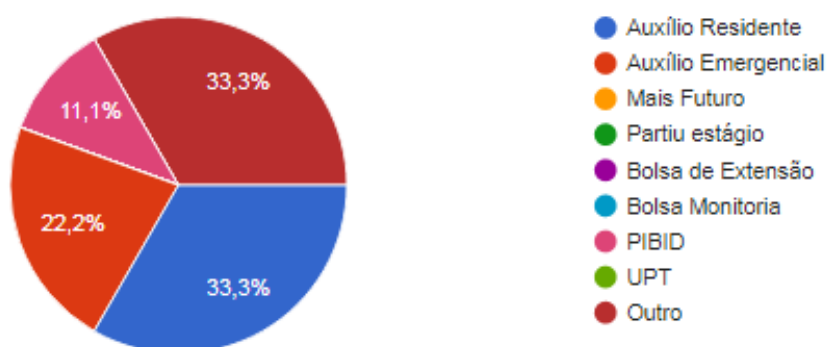
Também procuramos saber se esses estudantes, durante a realização do Curso de Graduação na UEFS, se foram assistidos com algum tipo de bolsa de estudos ou auxílio, dentre os diferentes programas oferecidos pela instituição.

As respostas revelam que:

- (cinco) estudantes sinalizaram que foram assistidos com algum tipo de auxílio ou bolsa permanência e 3 (três) encontram-se não assistidos. 1 (um) é bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID (2 (dois) recebem Bolsa Auxílio Emergencial e 3 (três) recebem Bolsa Auxílios Residente (gráfico 8).

Gráfico 8 – Bolsa ou auxílio permanência

9 respostas



Fonte: Formulário *Google Forms* dos discentes participantes

1 (um) dos participantes sinalizou que não recebe nenhum tipo de bolsa ou auxílio e que precisa dessa ajuda para alimentar-se. A partir dessa informação, o nome do discente foi encaminhado para a equipe do NAPP verificar a possibilidade da concessão.

As respostas evidenciam a necessidade da assistência material para os estudantes, pois eles conseguem acessar a universidade, mas precisam se manter nela. São necessidades que giram em torno de alimentação, transporte, gastos com materiais para estudo e outros.

Necessidades básicas que podem comprometer o andamento do curso. Santos (2009, p. 70) cita que:

Há dois fatores importantes para a permanência de alunos negros em uma universidade. O primeiro deles é a condição financeira, pois, mesmo estando em uma universidade pública, há gastos com transporte, alimentação, material didático etc. O segundo fator é a condição de permanência simbólica, ou seja, os conflitos e as tensões resultantes da presença de alunos negros em espaços que, anteriormente, eram majoritariamente ocupados por brancos, em instituições que foram construídas por estes.

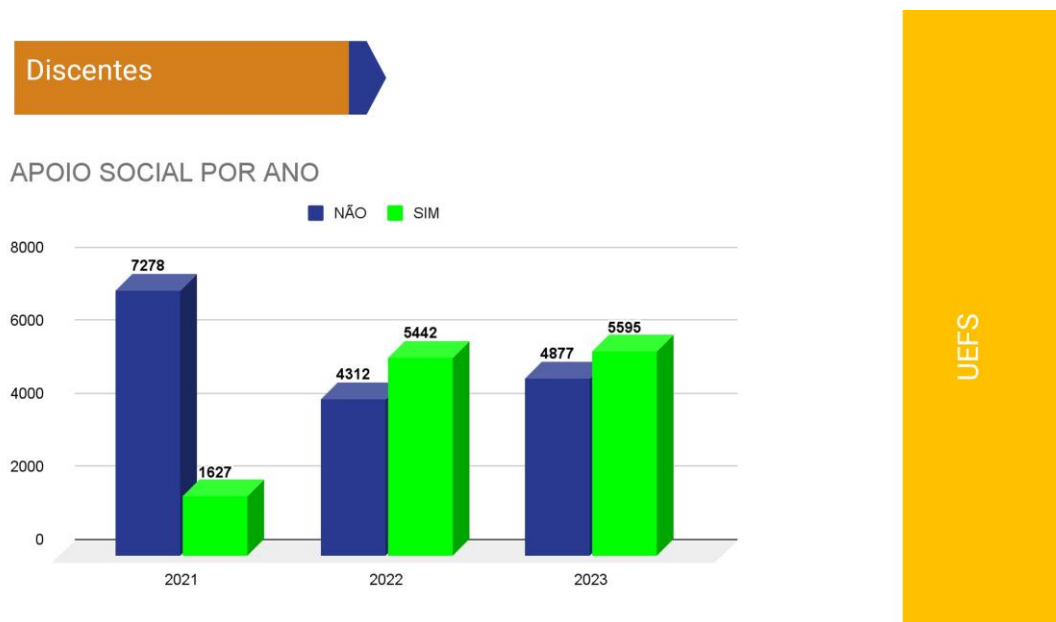
A Universidade Estadual de Feira de Santana um Programa de Assistência Estudantil da UEFS (PAE) forte, organizado a partir de alguns eixos que buscam acolher os estudantes em condição de vulnerabilidade socioeconômica possibilitando a permanência dos mesmos na universidade. Os estudantes que comprovam vulnerabilidade, através da avaliação da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE), podem pleitear:

- a) vaga na Residência Universitária, recebendo também um auxílio residente mensal até a conclusão do curso;
- b) inclusão no Benefício de Alimentação Integral, que possibilita realização de três refeições com subsídio integral da UEFS no restaurante universitário;
- c) acesso ao Auxílio Emergencial que é um valor disponibilizado mensalmente ao estudante quando este encontra-se em situação de dificuldade econômica extemporânea;
- d) auxílio permanência, concedido aos estudantes de primeira graduação não residentes e/ou não beneficiários de recursos de mesma natureza, em vulnerabilidade socioeconômica, prioritariamente cotistas;
- e) apoio psicossocial, pedagógico, clínico e ambulatorial;
- f) apoio às ações culturais, desportivas e recreativas.

Além das ações com recursos próprios, a exemplo das bolsas Pibex, monitoria, Probic e Arte e Cultura, bolsas de mobilidade nacional e de mobilidade internacional, a universidade participa de programas do Governo Estadual, a exemplo do Universidade Para Todos (UPT), e do Governo Federal, com fomento às atividades de ensino, pesquisa e extensão, a exemplo do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e do Programa de Educação Tutorial (PET), dentre outros.

A Universidade estadual de Feira de Santana, com o conjunto de ações estabelecidas por suas Políticas, atende a um número expressivo de estudantes, conforme se verifica no gráfico 9.

Gráfico 9– Número de estudantes atendidos pelo conjunto de bolsas e auxílios oferecidos pela UEFS



Fonte: Mussi, 2023.

Além dessas ações e políticas implementadas pelo PAE é importante destacar o quantitativo de estudantes da UEFS atendidos pelo Programa Mais Futuro do governo do Estado da Bahia: no ano de 2023, foram 1.717 estudantes atendidos pelo Programa (Mussi, 2023).

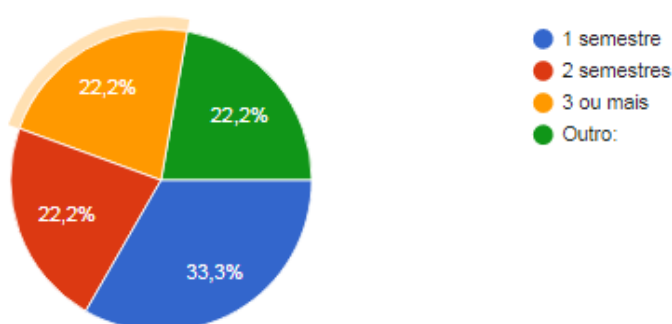
5.2 A relação do estudante com o Núcleo de Apoio Psicossocial e Pedagógico (NAPP/UEFS)

Núcleo de Apoio Psicossocial e Pedagógico (NAPP), setor vinculado à Pró- reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis da Universidade Estadual de Feira de Santana (PROPAAE/UEFS), oferece acolhida e acompanhamento aos estudantes, principalmente no que se refere ao acompanhamento psicopedagógico, apoio para o desenvolvimento acadêmico e orientação para os alunos que enfrentam dificuldades no processo de aprendizagem, buscando atender às necessidades da comunidade estudantil, tanto individuais como coletivas, no que se refere à prevenção, intervenção, avaliação, acompanhamento e orientação no âmbito dos diversos aspectos do processo psico-sócio-educativo.

Nos interessa saber quanto tempo os estudantes participantes da pesquisa fizeram uso dos serviços do Núcleo de Apoio Psicossocial e Pedagógico (NAPP) da UEFS. Assim responderam:

- sobre o tempo de realização do acompanhamento pedagógico no NAPP: 1 (um) realizou em 1 (um) semestre; 2 (dois) realizaram em 2 semestres; 2 (dois) em 3 ou mais semestres; e 2 (dois) durante toda graduação (gráfico 10).

Gráfico 10 – Tempo de realização do acompanhamento pedagógico
9 respostas



Fonte: Formulário *Google Forms* dos discentes participantes

As respostas evidenciam que o tempo de realização do acompanhamento pedagógico varia de acordo a necessidade do estudante ou complexidade da demanda que o fez iniciar o acompanhamento. Em conversa com as pedagogas que realizam os atendimentos, foi relatado que alunos que procuram por necessidade de ajuste na rotina de estudo tendem a realizar o acompanhamento por curto período. Os que necessitam do acompanhamento por apresentarem necessidades educacionais específicas tendem a realizar o acompanhamento por mais tempo ou por toda a graduação. Ressalta-se que Necessidades Educacionais Específicas (NEEs) são condições que requerem adaptações no ensino e na aprendizagem para garantir que todos os estudantes, independentemente de suas características ou condições, tenham acesso à educação de forma equitativa.

Foi evidenciado que não há uma duração ou prazo estabelecido, mas que alguns fatores influenciam no período de acompanhamento, tais como: natureza da dificuldade (se forem dificuldades pontuais, costumam ser solucionados mais rapidamente. Já dificuldades acadêmicas de escrita ou compreensão de conteúdos básicos requerem mais tempo), progresso do aluno, alcance do objetivo, flexibilidade e autonomia do estudante.

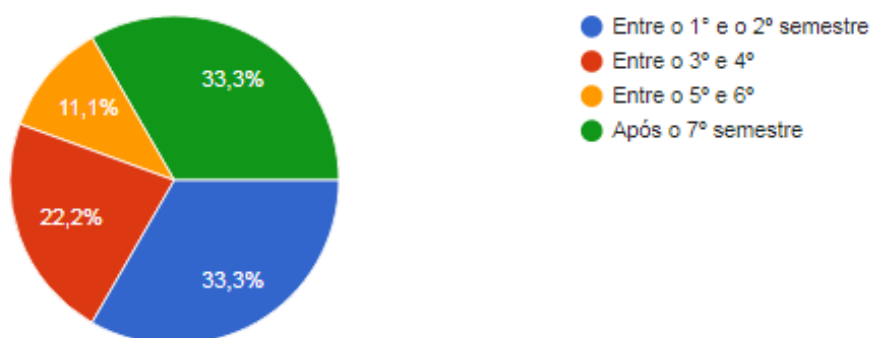
Celso Antunes (2001), em de seus livros sobre estratégias de ensino e aprendizagem, enfatiza que a intervenção pedagógica deve ser adaptada ao ritmo de aprendizagem do aluno, sem estabelecer uma duração fixa.

Outra inquietação que tivemos, foi em procurar identificar, no grupo de estudantes participantes da pesquisa, o momento que procuraram o NAPP. Segue abaixo as respostas obtidas:

- sobre o período em que iniciou o acompanhamento pedagógico no NAPP: 1 (um) entre o 5º e o 6º período; 2 (dois) entre o 3º e o 4º período; 3 (três) após o 7º período; e 3 (três) entre o 1º e o 2º período (gráfico 11).

Gráfico 11 – Período que iniciou o acompanhamento pedagógico

9 respostas



Fonte: Formulário *Google Forms* dos discentes participantes

Mais de 50% dos participantes indicam que iniciaram o acompanhamento logo nos primeiros semestres do curso. Dado muito significativo, pois o acompanhamento pedagógico, quando realizado logo que surgem as dificuldades, tende a ter mais êxito. O acompanhamento pedagógico nos primeiros semestres ajuda a garantir que os alunos se sintam apoiados e orientados, o que pode ser decisivo para o sucesso acadêmico e pessoal durante a graduação. O que pode ser confirmado com Santos e Nascimento (2011), quando estes autores destacam que o acompanhamento pedagógico nos primeiros semestres é crucial para a adaptação dos alunos ao modelo acadêmico e à gestão do tempo, além de ajudar a prevenir a evasão. Eles destacam também sobre a importância de estratégias personalizadas de apoio no início do curso. Uma dessas estratégias é a personalização do conteúdo, que leva a uma maior retenção e envolvimento dos alunos. Além disso, a flexibilização dos itinerários de aprendizagem permite que os estudantes avancem conforme seu próprio ritmo e necessidades, facilitando a adaptação ao ambiente acadêmico e o desenvolvimento de competências essenciais.

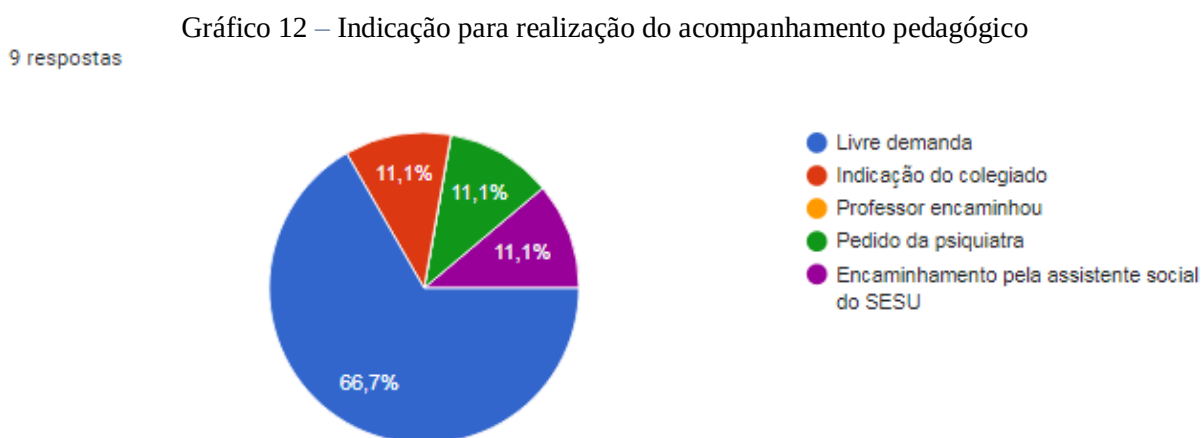
Perante o exposto, realizar o atendimento pedagógico desde o início do curso na universidade é fundamental. Essa prática impacta diretamente na adaptação, desempenho acadêmico, permanência do estudante e evita a evasão ou abandono do curso.

A evasão costuma ocorrer geralmente no início do curso, pois os estudantes chegam à universidade adaptados ao regime de estudo do ensino médio, com pouca autonomia e prática de estudo. Não estando ambientado com as exigências acadêmicas de leitura e escrita, gestão do tempo e organização, técnicas de estudo. Trazendo lacunas de conhecimento e inseguranças.

O apoio pedagógico ao iniciar o curso, auxilia também na construção de vínculos e redes de apoio na Universidade, facilitando a aproximação e contato com professores e integração com colegas.

Outra consideração importante, se refere também ao acompanhamento da coordenação e do colegiado do curso ao qual o estudante realiza. Por mais que a instituição apresente políticas de assistência e permanência, entendemos que essa permanência também é um princípio pedagógico, que merece destaque nas discussões e encaminhamentos de propostas nos diferentes Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação. A próxima questão nos apresenta dados sobre como o estudante chegou até o NAPP.

- Sobre como chegaram a procurar o serviço pedagógico do NAPP, temos: 1(um) por indicação do colegiado; 1 (um) pedido da psiquiatra; 1 (um) por indicação da assistente social; e 6 (seis) por livre demanda (gráfico 12).



Fonte: Formulário *Google Forms* dos discentes participantes

As respostas sinalizam que a maioria dos participantes procuraram o serviço de apoio pedagógico por livre demanda. Esse ponto indica um dos fatores positivos da Política de permanência estudantil da UEFS, pois sinaliza como o apoio pedagógico é oferecido e como

os alunos se relacionam com esse serviço. Em muitos casos, a procura por esse tipo de serviço ocorre de forma reativa, ou seja, os alunos só buscam ajuda quando já enfrentam dificuldades mais significativas, o que não tem acontecido na UEFS. Os discentes têm percebido a necessidade do suporte e sabem onde podem encontrá-lo.

Santana e Nascimento (2011, p. 139), defendem que “em muitas instituições de ensino superior, os alunos só procuram o apoio pedagógico quando se encontram em situação de risco de reprovação ou evitação”. Os autores discutem a importância de oferecer um acompanhamento pedagógico mais preventivo, para que o apoio não seja deixado apenas para os momentos críticos.

Espera-se que os estudantes desenvolvam sua autonomia e protagonismo diante dos desafios da vida universitária, promovendo, igualmente, um sentimento de pertencimento e identidade enquanto estudante da Educação Superior da UEFS.

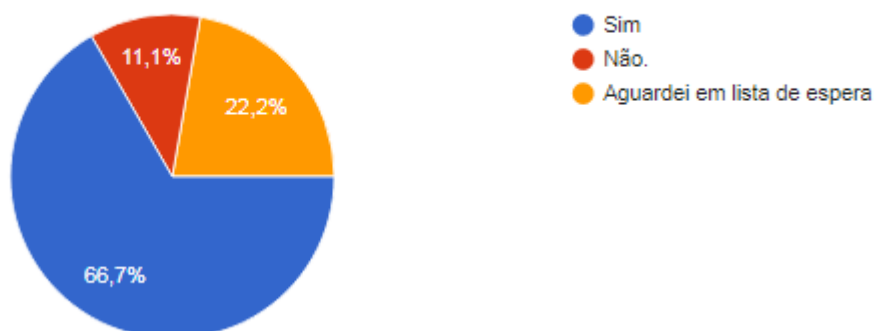
Também consideramos importante identificar o tempo de espera que os estudantes passam entre procurar o NAPP e ser atendido pelo NAPP.

As respostas que obtivemos em relação ao tempo de espera para ser atendido pelo NAPP foram recebidas com certa surpresa. Geralmente, no ambiente de trabalho, uma queixa que escuto é sobre o tempo de espera para ser atendido pela política, entretanto, as respostas nos informam que, de modo geral, esse tempo de espera não se justifica.

Vamos aos dados:

- Sobre o tempo de espera para início do acompanhamento, 6 (seis) relataram ter iniciado de imediato, 1 (um) não e 2 (dois) aguardaram em lista de espera (gráfico 13).

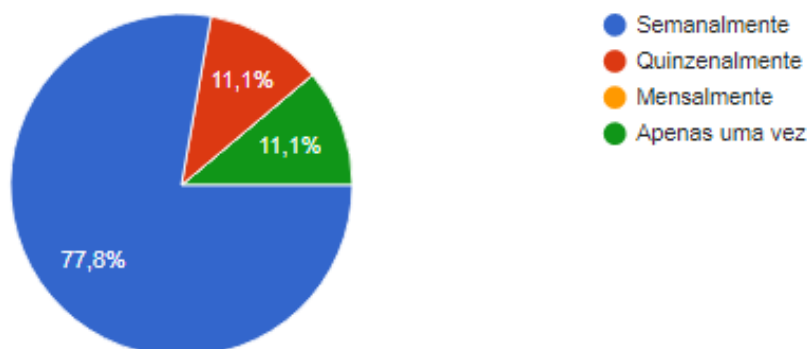
Gráfico 13 – Do tempo de espera para iniciar o acompanhamento pedagógico
9 respostas



Fonte: Formulário *Google Forms* dos discentes participantes

Gráfico 18 – Frequência dos encontros

9 respostas

Fonte: Formulário *Google Forms* dos discentes participantes

Os encontros de acompanhamento pedagógico no NAPP acontecem atualmente 1 (uma) vez por semana. A frequência ideal dos encontros de acompanhamento pedagógico pode variar dependendo do contexto, das necessidades dos estudantes e dos objetivos do programa, mas encontros semanais podem ser muito eficazes em diversas situações, pois ajudam a manter a regularidade, organização, a criação vínculos e avaliação das metas. Portanto, encontros semanais são uma ótima prática em muitos casos, mas a decisão final deve considerar as especificidades da instituição e dos alunos atendidos. Vicent Tinto (1987) argumenta que o acompanhamento frequente é essencial para a retenção de estudantes no ensino superior. Ele ressalta que intervenções regulares ajudam a integrar o aluno à vida acadêmica e a superar dificuldades.

Assim sendo, nos cumpre identificar sobre a frequência dos estudantes nos encontros agendados. Sabemos que iniciar um acompanhamento não é algo fácil. Mas também não é fácil, considerando todas as adversidades acadêmicas e pessoas vividas pelos estudantes, manter a frequência nos atendimentos. As respostas nos revelam a complexidade da permanência contínua nos atendimentos:

- Mais da metade dos participantes relataram ter conseguido manter frequência nos atendimentos: 5 (cinco) sim e 4 (quatro) não (gráfico 19).

A maioria dos participantes sinalizou ter iniciado o acompanhamento pedagógico logo que solicitaram. Outro fator positivo do serviço oferecido pelo NAPP, fato que evidencia a facilidade de acesso ao serviço, mesmo com as dificuldades apresentadas pelo setor. O setor dispõe apenas de 2 (duas) pedagogas realizando os atendimentos. Sendo uma com carga horária de 30 horas semanais e outra com 15 horas. Foi percebida durante as visitas ao lócus a demanda de trabalho do setor. As servidoras fazem o possível para atender as demandas, mas devido à sobrecarga de trabalho e falta de profissionais acabam sem conseguir atendê-los em plenitude. Um dos participantes relatou não ter conseguido de imediato pois procurou o NAPP em período de férias e depois não retornou. Outro participante disse que iniciou teve uma conversa inicial com uma das pedagogas, mas em seguida a mesma saiu do setor e ficou aguardando outra profissional para fazer o atendimento.

A ausência de tempo de espera no atendimento pedagógico é fundamental para garantir que os estudantes recebam apoio de forma rápida e eficaz, o que traz benefícios para as respostas imediatas às dificuldades, redução da ansiedade e do estresse, promoção da permanência estudantil, acompanhamento contínuo e eficiente.

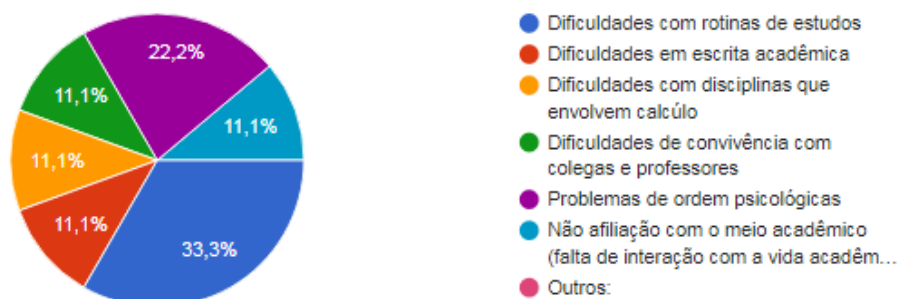
Santos (2009), destaca sobre a importância de as instituições abarcarem, além da assistência material, a permanência qualificada do estudante durante o curso, de forma que o permita viver inteiramente a universidade, tendo acesso a uma rede de apoio que lhe faça sentir-se pertencente, autônomo e protagonista de seu processo formativo. E nessa perspectiva, o pronto atendimento, a acolhida naquele momento que se necessita, faz toda a diferença.

Ainda sobre a relação dos estudantes com o NAPP, consideramos importante apreender os motivos pelos quais os estudantes procuram os serviços do NAPP. Acreditamos que os motivos têm relação direta com as contribuições que o Núcleo oferece à permanência qualificada desse estudante. Quando questionados, os estudantes informam os seguintes motivos:

- Dentre os motivos pelos quais os discentes demandarem o serviço de apoio de pedagógico do NAPP, temos: 1 (um) apresenta dificuldades com disciplinas que envolvem cálculos; 1 (um) apresenta dificuldade de convivência com colegas e professores; 1 (um) apresenta dificuldade de afiliação com o meio acadêmico); 1 (um) apresenta dificuldade em escrita acadêmica; e 3 (três) apresentam dificuldades com a rotina de estudos (gráfico 14).

Gráfico 14 – Motivos para iniciar o acompanhamento pedagógico

9 respostas



Fonte: Formulário *Google Forms* dos discentes participantes

As respostas evidenciam que a maioria dos participantes procura o acompanhamento pedagógico por dificuldades de integração com o meio acadêmico. Sejam eles a não socialização com colegas e professores, dificuldades em disciplinas que requerem conhecimentos acadêmicos ou mesmo a falta de rotina para estudo. Ou seja, os principais motivos para os alunos procurarem apoio pedagógico são relacionados a dificuldades acadêmicas, emocionais e de adaptação ao ambiente universitário.

Figueiredo (2006), argumenta que a busca por apoio pedagógico está frequentemente ligada a dificuldades de adaptação à vida universitária, como a gestão do tempo, a adaptação ao ritmo do ensino superior e problemas emocionais. Ele defende que o acompanhamento pedagógico deve ser uma prática contínua e preventiva, abordando questões acadêmicas e pessoais que os alunos enfrentam, para garantir que a experiência universitária seja bem-sucedida.

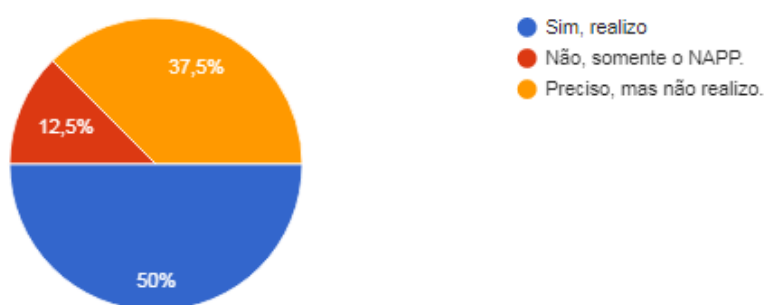
Essa perspectiva pode ser evidenciada em Rodrigues (2019, p. 88), que destaca que os/as estudantes demandam o acolhimento do NAPP porque:

[...] estão com dificuldades de aprendizagem, nas relações interpessoais, em se manterem no curso pelas questões socioeconômicas, de locomoção, pela falta de acessibilidade no Campus Universitário. Solicitam acompanhamento especializado em virtude de sofrimento psíquico, buscam orientações sobre o trancamento do semestre, além de solicitar apoio para mediar situação entre colegas e/ou professores, bem como a flexibilização dos procedimentos de avaliação, visando assegurar um tempo de prova maior, atendendo às suas solicitações no que se refere às suas necessidades educacionais.

Também perguntamos aos estudantes se eles realizam algum outro tipo de tratamento de saúde, juntamente ao atendimento oferecido pelo NAPP, um dado importante para a compreensão da natureza das ações do NAPP de forma interdisciplinar e coletiva.

- Sobre a realização de outro tipo de acompanhamento ou tratamento de saúde, temos: 1 (um) sinalizou realizar apenas o acompanhamento no NAPP; 3 (três) relataram precisar, mas que não realizam; e 5 (cinco) disseram realizar outro tipo de acompanhamento ou tratamento de saúde (gráfico 15).

Gráfico 15 – Outros tratamentos de saúde ou acompanhamento



Fonte: Formulário *Google Forms* dos discentes participantes

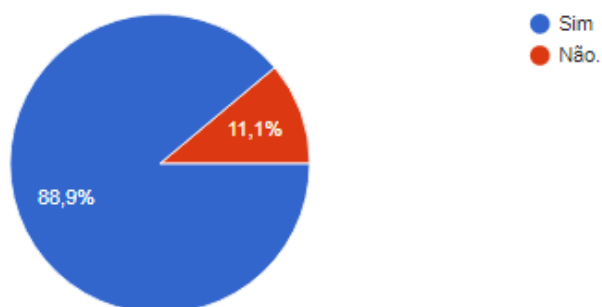
As respostas confirmam a importância de um acompanhamento integral do aluno. Evidenciam que além do suporte pedagógico, outros fazem-se necessários para seu desenvolvimento pleno. O sucesso universitário não depende apenas do desempenho acadêmico, mas também do bem-estar emocional, social, financeiro e profissional. Esse tipo de suporte é essencial para promover uma formação completa, inclusiva e humanizada. Paulo Freire (1970) enfatiza a educação como um processo humanizador e transformador, que deve levar em conta todas as dimensões do indivíduo.

5.3 Contribuições do serviço de apoio pedagógico do NAPP

Sobre as contribuições do serviço de apoio pedagógico realizado pelo NAPP, o qual é o objeto de estudo desta pesquisa, dos 9 participantes, apenas 1 relatou não ter tido contribuições (gráfico 15). Porém, este sinalizou que fez apenas 1 (um) contato com o serviço de assistência social. Ele procurou o setor em período de final de ano e não pode dar continuidade ao atendimento. Os demais sinalizaram a relevância grandiosa do serviço de apoio de pedagógico, ressaltando que o acompanhamento evitou a evasão do curso (gráfico 16);

Gráfico 16 – Contribuições do acompanhamento pedagógico

9 respostas



Fonte: Formulário *Google Forms* dos discentes participantes

Conhecer essa realidade dos estudantes nos ajuda a refletir sobre a necessidade de entendimento das singularidades e circunstâncias vivenciadas por eles, assim como, a compreensão de que suas demandas não são resolvidas apenas com a assistência financeira. Os dados até aqui apresentados nos sugerem que, para além do aspecto financeiro que é uma necessidade inquestionável para o desenvolvimento e formação dos estudantes, pois garante dignidade para estudar, muitas vezes ele pode não ser o fator determinante de sua permanência, tendo em vista as lacunas acadêmicas percorridas e historicamente construídas na trajetória de suas vidas.

O quadro 1 apresenta extratos dos relatos dos participantes sobre as contribuições do serviço de apoio pedagógico recebido no NAPP.

Quadro 1 – Respostas dos participantes sobre a contribuição do apoio pedagógico

Participante	Houve contribuição?	Natureza dos aspectos que foram melhorados	Relatos
1	Não	Nº de atendimentos	“Foram poucos atendimentos.”
2	Sim	Autoconfiança e motivação	“Apesar de ainda ter muitos problemas com minha atual vida acadêmica, sem o apoio do NAPP, eu provavelmente já teria desistido de cursar.”
3	Sim	Convivência e interação social	“A psicopedagoga vem trabalhando comigo a questão de convivência e interação social”.
4	Sim	Autoconfiança e motivação	“Pois sempre bom termos um apoio nas dificuldades”.
5	Sim	Autoconfiança e motivação	“Houve interesse da instituição

			com à minha demanda, escuta ativa.”
6	Sim	Auxílio nos estudos e construção da rotina	“As orientações do NAPP me ajudaram bastante para organizar meu modo de estudar e com o decorrer das reuniões precisamos ajustar a firma de avaliação junto ao professor e ao colegiado também
7	Sim	Autoconfiança e motivação	“Sem esse suporte teria desistido”
8	Sim	Autoconfiança e motivação	“Sem eles seria muito mais difícil”
9	Sim	Auxílio nos estudos e construção da rotina	“Durante o acompanhamento comecei praticar as estratégias que a psicopedagoga sugeriu e comecei a produzir o TCC’.

Fonte: Elaborado pela própria autora.

Alain Coulon, sociólogo francês e professor destaca que o ingresso no ensino superior representa uma ruptura significativa na vida dos estudantes, exigindo adaptações não apenas acadêmicas, mas também sociais. Ele defende o conceito de "afiliação", que descreve o processo pelo qual o estudante se integra à cultura universitária, aprendendo as normas, valores e práticas que caracterizam esse novo ambiente. A convivência com colegas e a participação em grupos estudantis são fundamentais nesse processo, pois permitem a troca de experiências e o desenvolvimento de um sentimento de pertencimento.

A democratização do acesso ao ensino superior trouxe uma diversidade de perfis estudantis, o que, segundo Coulon, revelou desigualdades nos níveis de preparação acadêmica. Ele observa que muitos estudantes enfrentam dificuldades no primeiro ano, com taxas elevadas de reprovação e abandono. Esses desafios são atribuídos à falta de familiaridade com as exigências do ambiente universitário e à ausência de estratégias de estudo eficazes.

Para enfrentar essas dificuldades, Coulon propõe que os estudantes aprendam o "ofício de estudante", o que envolve o desenvolvimento de habilidades específicas, como organização do tempo, métodos de estudo adequados e capacidade de análise crítica. Ele enfatiza que esse aprendizado não ocorre automaticamente, sendo necessário um processo consciente de adaptação e internalização das práticas acadêmicas.

Sobre os relatos acima 1 (um) dos participantes relatou não ter tido contribuições com o atendimento do NAPP. Ressalto que o referido estudante enfatizou no questionário que

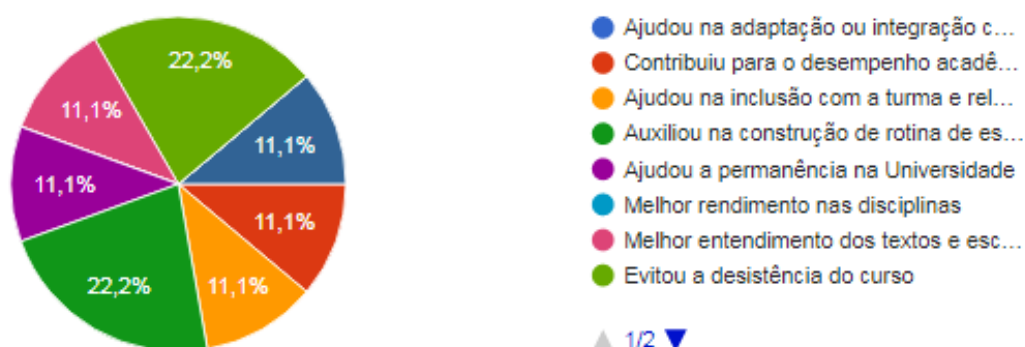
procurou o auxílio do NAPP apenas 1 vez e em período de recesso, não voltando a procurar posteriormente.

A maioria das respostas evidenciam que as contribuições do atendimento do NAPP impulsionam a construção da autonomia e motivação para superação das dificuldades acadêmicas.

Além dos aspectos identificados acima a respeito das contribuições do NAPP no olhar dos estudantes, insistimos na pergunta para aprofundarmos na coleta dos dados. Assim, questionamos sobre os aspectos que melhoraram a vida acadêmica após o acompanhamento do NAPP:

- Sobre os aspectos que foram melhorados após o acompanhamento pedagógico no NAPP: 1 (um) relatou ajuda na permanência na Universidade, 2 (dois) relataram ter evitado a desistência do curso; 1 (um) relatou que ajudou a ter serenidade e resiliência no curso, 1 (um) relatou que contribuiu para o desempenho acadêmico, 1 (um) relatou que ajudou no relacionamento com os professores e turma, 1 (um) relatou que melhorou o entendimento de textos acadêmicos, 2 (dois) relataram que ajudou na construção da rotina de estudos (gráfico 17).

Gráfico 17 – Aspectos que foram melhorados com o acompanhamento pedagógico



Fonte: Formulário *Google Forms* dos discentes participantes

As respostas confirmam que o acompanhamento pedagógico nas universidades desenvolve um fator relevante para a permanência dos discentes. Os benefícios vão além da simples construção de uma rotina de estudos e um apoio para continuidade e conclusão do

curso, tornando-se uma ferramenta valiosa para promover o sucesso acadêmico, melhorar a experiência universitária e reduzir os índices de evasão.

Vincent Tinto é um dos teóricos mais influentes na área de retenção e integração acadêmica. Ele defende que o suporte institucional, incluindo o acompanhamento pedagógico, é essencial para engajar os alunos e reduzir a evasão. Sua obra mais conhecida, *“Leaving College: Rethinking the Causes and Cures of Student Attrition”* (1987), aborda como intervenções educacionais podem melhorar a experiência universitária.

As contribuições do NAPP para os discentes que realizam o atendimento pedagógico vão muito além do que um auxílio pedagógico. O atendimento traz suporte e segurança para os estudantes cursarem seus cursos e concluir com êxito a sua graduação.

Foi relatado por vários estudantes a relevância do contato e atenção dos servidores para com eles. Criaram laços e ficaram eternamente gratos por todo suporte.

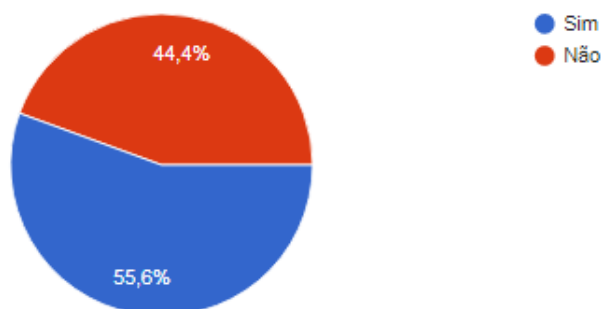
Foi observado que havia discentes com tempo para conclusão de curso extrapolado e tinha receio de sair do status de estudante e enfrentar o tão disputado mercado de trabalho. Alunos que vieram de outras cidades, estados e encontraram no atendimento do NAPP o suporte para criar uma rotina de estudo, construir um ambiente que proporcionasse o seu fazer acadêmico. Estudantes que tinham problemas no relacionamento com professores e colegas de turma e o NAPP realizou a mediação, proporcionando a integração. Dificuldades e insegurança nas escritas e produções acadêmicas que foram sanados com a oferta dos cursos complementares. Discentes que estavam para desistir de seus cursos e encontram o direcionamento correto. Assim, podemos constatar que o NAPP enquanto setor da UEFS tem realizado um trabalho essencial dentro da universidade, oferecendo acolhimento e suporte aos discentes, promovendo bem-estar e auxiliando no enfrentamento de desafios acadêmicos e pessoais, contribuindo diretamente para o sucesso e bem-estar dos estudantes, garantindo um ambiente universitário mais acolhedor e humanizado.

Também perguntamos a respeito da frequência dos encontros dos estudantes com a equipe do NAPP:

- Em relação à frequência dos encontros de apoio pedagógico, 7 (sete) tiveram encontros semanais, 1 (um) quinzenalmente e 1 (um) apenas uma vez (gráfico 18).

Gráfico 19 – Frequência nos atendimentos

9 respostas



Fonte: Formulário *Google Forms* dos discentes participantes

As respostas evidenciam que a maioria dos participantes conseguiu manter a frequência e os que sinalizaram que não conseguiram, reconhecem as ausências e sabem da importância de manter a assiduidade nos encontros. Manter a frequência nos encontros pedagógicos é fundamental para assegurar que o acompanhamento seja eficaz e atenda às necessidades dos estudantes.

Essa regularidade oferece benefícios tanto no curto quanto no longo prazo, ajudando na promoção do aprendizado, na resolução de dificuldades e no engajamento com a vida acadêmica. Embora a frequência exata possa variar, manter um ritmo regular, como encontros semanais ou quinzenais, permite que os benefícios sejam plenamente alcançados. A periodicidade deve ser ajustada de acordo com as necessidades do estudante, o calendário acadêmico e a complexidade das dificuldades enfrentadas. Manter a frequência é essencial para criar um processo pedagógico consistente, eficaz e humanizado. Alexander Astin (1993) defende que o sucesso acadêmico está diretamente ligado ao envolvimento constante dos estudantes em atividades educacionais e no acompanhamento. A frequência é um elemento essencial para manter esse engajamento.

O quadro 2 apresenta relatos de experiências que os participantes tiveram com o apoio pedagógico no NAPP.

Quadro 2 – Experiências com o apoio pedagógico

Participante	Relatos
1	“Desde quando adentrei naquele ambiente, eu me sentir acolhida, sempre me sentir parte daquele lugar, lugar de acolhimento, escuta, sensibilidade dos profissionais. Amava cada uma delas sem exceção. Minha experiência foi maravilhosa. Só tenho que agradecer a cada sorriso recebido, a cada abraço dado e a cada olhar carinhoso. Obrigada profissionais por excelência. ♥♥”
2	“Todos são extremamente afetuosos e compreensivos comigo, mesmo que minha tendencia seja me cobrar e achar que não mereço benevolência, então a experiência é muito acolhedora, me fez aprender a pedir ajuda.”
3	“Estou gostando bastante, principalmente pela rotina.”
4	“Foi boa gostaria de retornar.”
5	“O acompanhamento é excelente e também o apoio que eles dão é superimportante, me ajudou e me ajuda bastante na universidade.”
6	“Apesar dos poucos encontros o acompanhamento de certa forma proporcionou um espaço bacana de conversas que me ajudaram em alguns aspectos.”
7	“Como disse, foi bom.”
8	“Nada a falar”
9	“Os encontros me encorajaram a finalizar o trabalho de conclusão de curso, que há tempo havia travado e não conseguia concluir.”

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Formulário *Google Forms* dos discentes participantes

As respostas acima evidenciam a relevância do acolhimento discentes no ambiente universitário. O ingresso no ensino superior representa, para muitos estudantes, uma experiência marcada por expectativas, incertezas e transformações. Nesse contexto, o acolhimento estudantil configura-se como uma política institucional essencial para promover não apenas a permanência, mas também a integração e o sucesso acadêmico dos discentes.

Para Coulon (2008), muitos dos desafios enfrentados pelos calouros decorrem da falta de orientação quanto ao "ofício de estudante", isto é, à forma como se aprende, convive e atua na universidade. O acolhimento, nesse sentido, pode funcionar como um dispositivo de mediação entre o estudante e a instituição, auxiliando na construção de um pertencimento necessário à sua trajetória acadêmica.

Paulo Freire (1996), com sua pedagogia centrada no diálogo e na escuta ativa, oferece subsídios teóricos fundamentais para pensar práticas de acolhimento que considerem o estudante como sujeito histórico e cultural. O acolhimento, nessa perspectiva, é uma ação pedagógica que deve ser atravessada pela empatia, pelo respeito às diferenças e pelo compromisso com a transformação social.

Assim, a importância do acolhimento estudantil transcende a recepção inicial de calouros. Trata-se de uma política de cuidado, escuta e orientação que reconhece o estudante em sua integralidade, contribuindo para a redução da evasão, o fortalecimento da permanência e a construção de trajetórias acadêmicas mais equitativas e humanizada

Os relatos apresentados no quadro 2 indicam também que a experiência com acompanhamento pedagógico é individual e depende de vários aspectos: acolhida; necessidade de cada participante; momento em que realizam o acompanhamento; como realizam o acompanhamento; dentre outros fatores. Mas a relevância é que quase todos os participantes sinalizaram ter tido boas experiências com acompanhamento pedagógico oferecido pelo NAPP. Assim, a experiência do estudante com o acompanhamento pedagógico é marcada por uma interação contínua, personalizada e colaborativa, que visa ajudar o aluno a enfrentar desafios acadêmicos, emocionais e organizacionais enquanto promove o desenvolvimento integral, tornando-se transformadora, contribuindo tanto para seu sucesso acadêmico quanto para sua formação como indivíduo. Corroborando, David Kolb (1984), destaca que o aprendizado é mais eficaz quando os estudantes têm oportunidades regulares de reflexão e aplicação prática, processos facilitados pelo acompanhamento pedagógico.

Além das contribuições, nos importa apreender as contribuições que os estudantes apresentam para a melhoria dos serviços prestados pelo NAPP> A esse respeito, os relatos informam que o NAPP tem um papel importante na permanência estudantil, contribuindo ao sucesso na realização do curso de graduação.

Ao observar os relatos a seguir, sentimos o quanto é importante o investimento em programas que favoreçam o contato, a acolhida, o diálogo, a escuta sensível. As interações pessoais são portadoras de qualidade e de motivação.

- O quadro 3 apresenta as sugestões para melhoria do atendimento de apoio pedagógico do NAPP, feitas pelos participantes da pesquisa.

Quadro 3 – Sugestões para melhoria do serviço de apoio pedagógico

Participante	Relatos
1	“Nada. Se melhorar estraga. Só desejo, que todos tenham a mesma ou melhor experiência com esse Setor que eu. O NAPP a essência da UEFS para nós estudantes.”
2	“Não consigo pensar em algo específico no momento, acho que o único problema é que a atual demanda é muito grande”
3	“Até o momento, nada.”
4	“Que possamos ficar mais um tempo.”
5	“Mais recursos, como por exemplo, jogos de concentração, memória e dentro outros.”

6	“A implementação de avaliações mais detalhadas no início de cada semestre, para identificar as especificidades de cada aluno. E atendimento mais profundo com psicólogos, principalmente com os moradores das residências.”
7	“Não tenho o que opinar.”
8	“Para mim foi perfeito. Sugiro que tenha mais profissionais do top das que me atendeu para acompanhar os estudantes que passam por dificuldade dentro da UEFS.”
9	“A falta de vagas, considero um grande problema, pois se não tivesse conseguido o atendimento com a psicopedagoga não sei se teria conseguido. E o tempo de espera acaba desmotivando. Quanto ao atendimento com a profissional, foi maravilhoso, sempre me incentivando, com o acompanhamento não me senti mais sozinha”.

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Formulário *Google Forms* dos discentes participantes

As respostas giram em torno do bom atendimento e serviço oferecido pelo NAPP. Mesmo com todas as dificuldades encontradas no setor, os profissionais se empenham e desdobram-se para atender com excelência. O pedido de aumento nos jogos de concentração nos sugere que há a necessidade de investimentos na aquisição de recursos materiais qualificados para favorecer os atendimentos.

Também é importante destacar a sugestão de ampliação de vagas para o atendimento imediato é condição básica para o sucesso das ações do NAPP.

Os relatos evidenciam a satisfação dos participantes com o serviço de apoio pedagógico oferecido no NAPP. Os dados comprovam que o setor de acompanhamento pedagógico é essencial para criar um ambiente universitário inclusivo, eficiente e humanizado. Ele não apenas melhora os resultados acadêmicos, mas também promove o desenvolvimento integral dos estudantes e contribui para o sucesso das instituições de ensino superior. Freire (1970) enfatiza o valor do diálogo e da educação personalizada para promover a autonomia e a transformação.

Os relatos acima deixam em evidencia a relevância do apoio pedagógico aos discentes universitários, tornando-se uma política essencial para garantir a permanência, o desempenho acadêmico e a formação dos estudantes, especialmente em um contexto de democratização do acesso ao ensino superior. Essa política visa atender às múltiplas necessidades dos discentes, reconhecendo as desigualdades de trajetória, origem escolar e condições socioeconômicas que impactam diretamente a vivência acadêmica.

A massificação do ensino superior, como discutido por autores como Coulon (2000), evidenciou a complexidade da transição entre o ensino médio e o ambiente universitário. Para Coulon, a adaptação à universidade demanda o desenvolvimento de novas competências, o domínio de linguagens acadêmicas e a apropriação de métodos específicos de estudo. O apoio pedagógico, nesse sentido, torna-se um instrumento para facilitar o processo de "afiliação" do

estudante ao espaço universitário, auxiliando-o a construir estratégias de aprendizagem compatíveis com as exigências do novo contexto.

Além disso, o apoio pedagógico deve ser compreendido como uma dimensão da permanência estudantil. Freire (1996), contribui com essa reflexão ao afirmar que o ato de ensinar implica uma escuta atenta e um compromisso ético com o outro. O estudante, ao ser acolhido em suas dificuldades e potências, é reconhecido como sujeito de direitos e de saberes, o que fortalece sua autoestima acadêmica e seu vínculo com o projeto educativo institucional.

Também Charlot (2000) oferece elementos importantes ao pensar que a relação com o saber é mediada por experiências sociais, afetivas e culturais. Assim, o apoio pedagógico deve ir além de uma dimensão técnica ou instrucional, buscando compreender os sentidos que os estudantes atribuem à aprendizagem e à sua presença na universidade.

Na prática, o apoio pedagógico pode se materializar por meio de monitorias, tutoria acadêmica, oficinas de leitura e escrita, programas de nivelamento, acompanhamento psicológico e ações de orientação acadêmica. Essas iniciativas, quando articuladas entre si, contribuem para a criação de um ambiente mais acolhedor, equitativo e promotor de aprendizagens significativas.

Em síntese, o apoio pedagógico na universidade é uma política estratégica que deve ser institucionalizada e valorizada. Ele não apenas reduz os índices de retenção e evasão, mas também promove a justiça educacional, contribuindo para a construção de uma universidade mais democrática, plural e comprometida com a formação crítica e cidadã de seus estudantes.

As sugestões serão repassadas para o setor. E ficam nossos votos para que a UEFS continue investindo no setor, na política e acolha os anseios de sua clientela. Desta forma, o NAPP ganha a visibilidade que merece por desenvolver um trabalho tão relevante, crucial para o sucesso acadêmico, a formação integral dos estudantes e a retenção na educação superior. Vygotsky (1934) destaca a importância da mediação pedagógica no desenvolvimento do aprendizado, fundamentando o papel do setor como suporte contínuo.

Na mesma direção, foi solicitado aos estudantes que apresentassem pontos positivos do NAPP. As repostas se concentraram, novamente, nas relações humanas, no acolhimento, na escuta, na disposição ao diálogo:

- Foi solicitado que os participantes sugerissem 3 pontos positivos da política desenvolvida pelo NAPP de apoio pedagógico ao estudante. Tais pontos estão apresentados no quadro 4.

Quadro 4 – Pontos positivos do serviço de apoio pedagógico

Participante	Relatos
1	“Acolhimento, Escuta, Direcionamento.”
2	“compreensão dos demais conosco, estudantes, atendimento humanizado, comunicação assertiva.”
3	“Recepção, colaboração, inclusão.”
4	“Atenção disponibilidade e empatia”.
5	“Apoio, ajuda e as orientações.”
6	“A assistente social que me atendeu é uma profissional muito boa. Rotina de estudos.”
7	“Escuta ativa, empatia e entrou em contato para dá um retorno.”
8	“Acolhimento, escuta e orientações exatas para resolver meu problema.”
9	“Acolhimento, escuta sensível e comprometimento”

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Formulário *Google Forms* dos discentes participantes

Os relatos positivos sobre o atendimento pedagógico têm grande importância, pois desempenham papéis essenciais na valorização desse serviço. Reforçam a confiança dos estudantes e da comunidade acadêmica no serviço ofertado pelo NAPP, mostrando que o atendimento é eficaz e acolhedor.

As experiências positivas com o apoio pedagógico encorajam outros estudantes a procurarem o atendimento, especialmente àqueles que podem ter receio ou desconhecimento sobre o suporte oferecido.

O reconhecimento do trabalho realizado motiva os profissionais, reforçando o compromisso com um atendimento de qualidade e incentivando a continuidade das boas práticas, identificando quais abordagens e estratégias são mais efetivas, orientando o aprimoramento contínuo do serviço, mesmo em condições adversas.

Diante disso, podemos perceber que o serviço de apoio pedagógico é relevante dentro da Universidade, constituindo-se como uma política estratégica voltada à promoção da permanência estudantil com qualidade, equidade e inclusão. Suas ações buscam responder às múltiplas demandas dos estudantes, sobretudo em um cenário marcado pela ampliação do acesso ao ensino superior e pelas desigualdades educacionais que atravessam a trajetória acadêmica de grande parte dos discentes.

Entre os principais pontos positivos do apoio pedagógico, destaca-se sua função de redução das desigualdades no percurso formativo. Estudantes oriundos de diferentes contextos sociais e trajetórias escolares chegam à universidade com distintos níveis de domínio sobre práticas acadêmicas, como leitura crítica, escrita científica e organização do

estudo. O apoio pedagógico, ao oferecer oficinas, grupos de estudo, tutoria, nivelamento e monitorias, atua como um mediador que facilita o acesso efetivo ao saber universitário (COULON, 2000; FONAPRACE, 2018).

Além disso, o apoio pedagógico contribui para o fortalecimento da autonomia do estudante, incentivando o desenvolvimento de habilidades metacognitivas e organizacionais. A dimensão afetiva e subjetiva também é contemplada nos serviços de apoio pedagógico, especialmente quando este se articula com os setores de assistência estudantil e psicologia. Muitos estudantes enfrentam dificuldades emocionais, sensação de inadequação ou desmotivação durante sua trajetória acadêmica. Para Paulo Freire (1996), a escuta e o diálogo são fundamentais na prática pedagógica. O apoio pedagógico, ao acolher o estudante em suas singularidades, fortalece sua autoestima e sentimento de pertencimento, atuando

Em termos institucionais, o serviço de apoio pedagógico favorece ainda a formação continuada dos docentes, promovendo espaços de diálogo sobre metodologias, avaliação, inclusão e desafios do ensino universitário. Assim, fortalece-se a construção coletiva de uma universidade mais sensível às diferenças e comprometida com a transformação social.

Em síntese, o apoio pedagógico é um instrumento multifacetado e indispensável na construção de uma universidade mais justa, democrática e comprometida com a formação integral dos seus estudantes. Seu reconhecimento e fortalecimento devem ser prioridade nas políticas de permanência estudantil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o objetivo geral desta pesquisa, que é descrever as contribuições do apoio pedagógico para discentes cotistas da UEFS, acredita-se que tal provocação foi levantada e isso abre caminho para novas pesquisas sobre a temática. Tal consideração é atribuída principalmente pelo tema ainda bastante recente e pela intervenção realizada, em especial na Educação Superior, segundo a literatura científica.

Sem a pretensão de responder de modo conclusivo ao questionamento exposto, dado aos limites deste texto e a necessidade de investimento em uma análise mais acurada, considerando a possibilidade de usos de diferentes fontes e metodologia passamos a encaminhar algumas considerações a partir do desenvolvimento do estudo realizado.

O trabalho aqui apresentado teve suas limitações durante o percurso, que resultaram em adaptações metodológicas. Como a pesquisa de campo foi realizada em um período de final de semestre, o contato com os participantes foi dificultado, porém não comprometeu a qualidade e relevância da pesquisa, deixando apenas o desejo e interesse no aprofundamento do tema em pesquisas futuras.

A partir da análise documental, formulário e revisão bibliográfica, foi possível compreender que o apoio pedagógico, quando bem articulado, desempenha um papel relevante na redução das desigualdades educacionais e no fortalecimento da permanência com qualidade.

Esta pesquisa configura um passo importante para a compreensão da temática do apoio pedagógico na Universidade Estadual de Feira de Santana, levando ao conhecimento de uma realidade com suas possibilidades, iniciativas e limitações diante das demandas estudantis em vários âmbitos, e destacando a importância de iniciativas que promovam a equidade e a permanência no ensino superior.

Os dados revelaram que, na UEFS, o apoio pedagógico tem buscado responder às demandas de estudantes oriundos de diferentes contextos sociais e escolares, muitos dos quais são os primeiros de suas famílias a ingressar no ensino superior. Nesse sentido, a universidade assume uma função social estratégica ao criar mecanismos de acolhimento e acompanhamento que visam garantir não apenas a permanência física dos discentes, mas também sua integração acadêmica, cognitiva e emocional.

As evidências indicam que o apoio pedagógico precisa ser compreendido como uma política estruturante, transversal e contínua, que extrapola a lógica da intervenção pontual ou do reforço escolar. Sua efetividade depende de uma abordagem intersetorial, que envolva os

setores pedagógicos, os docentes, os técnicos-administrativos e os próprios estudantes, promovendo um espaço de diálogo e construção coletiva de saberes. Essa perspectiva se alinha a uma concepção de permanência que não se reduz à retenção estatística, mas se compromete com o sucesso acadêmico e a formação integral dos sujeitos (CUNHA, 2007; SILVA; LIMA, 2019).

Além disso, as ações de apoio pedagógico se mostraram essenciais para fortalecer a autoestima e a confiança dos discentes cotistas, proporcionando um ambiente mais inclusivo e acolhedor. Tais iniciativas não apenas promovem o sucesso acadêmico, mas também contribuem para a formação integral desses estudantes, favorecendo sua inserção profissional e social.

Portanto, os resultados desta pesquisa evidenciam a necessidade de ampliar e consolidar políticas institucionais que garantam a continuidade do apoio pedagógico. É fundamental que a Universidade, enquanto promotora de transformação social, invista em estratégias que contemplem as especificidades dos discentes cotistas, reafirmando o compromisso com a democratização do acesso e da permanência no ensino superior público e de qualidade.

Sendo assim, o apoio pedagógico, entendido como política de permanência, pode constituir-se em uma importante estratégia de justiça social, inclusão e equidade no ensino superior. Ao valorizar os saberes e trajetórias dos estudantes, ele contribui para a consolidação de uma universidade pública mais democrática, plural e comprometida com a formação humana.

O construto da pesquisa teve como foco o NAPP e o serviço de apoio pedagógico oferecido pelo setor. Essa unidade tem como proposta um grandioso e desafiador trabalho. Falamos em grandiosidade, pois abarca diversos aspectos que permeiam os processos formativos na educação superior, a começar pelas suas atribuições primeiras: contribuir para a formação inicial dos estudantes e para a permanência estudantil destes dentro da Universidade.

Faz-se necessário dar mais visibilidade ao setor, mostrando a relevância do papel que desempenha dentro da UEFS e na vida dos estudantes. Participantes revelaram não ter desistido da graduação pelo apoio que receberam no setor.

Assim, o estudo evidenciou o papel essencial desse núcleo no suporte à permanência e ao sucesso acadêmico desses estudantes. A pesquisa revelou que as ações do NAPP, voltadas ao acompanhamento psicopedagógico, promoção da inclusão e fortalecimento do vínculo

acadêmico, têm sido fundamentais para enfrentar os desafios estruturais e pessoais que os cotistas frequentemente enfrentam.

As iniciativas do NAPP demonstraram sua relevância ao proporcionar um ambiente de acolhimento, onde os discentes cotistas encontram apoio para superar dificuldades acadêmicas, emocionais e sociais. Esse suporte não apenas favorece o desempenho acadêmico, mas também fortalece a autoestima, a autoconfiança e o senso de pertencimento desses estudantes na universidade.

Os resultados destacam a importância de políticas institucionais que ampliem e consolidem o alcance das ações do NAPP, considerando as especificidades e necessidades dos discentes cotistas. Tais políticas devem integrar a perspectiva de inclusão e equidade, reafirmando o compromisso da UEFS com a democratização do ensino superior e a redução das desigualdades educacionais.

Dessa forma, este trabalho revela ações importantes para a democratização do acesso à educação superior, no âmbito da UEFS, como a implantação de políticas por meio de resoluções universitárias específicas sobre a reserva de vagas, na graduação e na pós-graduação, para estudantes autodeclarados negros (pretos e pardos), oriundos de escolas públicas, bem como a oferta de sobrevivências para indígenas, ciganos, quilombolas, pessoas com deficiência e pessoas trans.

Os resultados destacam ainda a implantação de uma Pró-Reitoria específica para as ações afirmativas e assuntos estudantis na UEFS, com a atribuição de propor e ofertar ações e políticas relevantes no campo da assistência e permanência estudantil. A PROPAAE assume um protagonismo fundamental na articulação de políticas institucionais. Hoje, ela possui a oferta de um Programa de Assistência Estudantil (PAE), que incluem uma diversidade de ações importantes como as residências universitárias (tradicional e indígena), restaurante bandeirão e a bolsa alimentação, os diversos auxílios financeiros e o apoio aos estudantes e entidades estudantis, seja no âmbito psicossocial, pedagógico, clínico e ambulatorial, cultural, desportivo e recreativo. Tais políticas são vistas com muita alegria e revelam a valorização das ações afirmativas na instituição. Mas também nos remete a pensar em como fortalecer tais políticas, uma vez que ainda possuímos, no Brasil, reparações históricas a serem realizadas.

Assim, este trabalho reforça a relevância de núcleos como o NAPP e convida para futuras pesquisas que aprofundem o estudo sobre o impacto dessas iniciativas em diferentes dimensões da vida acadêmica, contribuindo para a formulação de estratégias cada vez mais inclusivas, acessíveis e transformadoras no contexto universitário.

Como pesquisadora, almejo socializar e aprofundar esta Pesquisa, com o intuito de contribuir com o processo de desenvolvimento da Política Institucional de Apoio Pedagógico da UEFS e com a potencialização do NAPP como espaço pedagógico integrante da Política de permanência e Assistência Estudantil.

Espero que este Estudo inspire outras pesquisas relacionadas ao desenvolvimento do apoio pedagógico aos estudantes universitários, em especial no tocante à oferta e expansão do serviço em outras instancias da Universidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. S.; SOARES, A. P. **Os estudantes universitários: sucesso escolar e desenvolvimento psicossocial**. In: MERCURI, E.; POLYDORO, S. A. J. (org.). *Estudante universitário: características e experiências de formação*. Taubaté: Cabral, 2003. p. 15-40.

ALMEIDA, W. M. Estudantes com desvantagens sociais e os desafios da permanência na universidade pública. In: PIOTTO, D. C. **Camadas populares e universidades públicas: trajetórias e experiências escolares**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2014. p. 239-269.

ALMEIDA, W. M. de. **Ampliação do acesso ao ensino superior privado lucrativo brasileiro: um estudo sociológico com bolsistas do Prouni na cidade de São Paulo**. 294 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. DOI: <https://doi.org/10.11606/T.8.2012.tde-11122012-103750> Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-11122012-103750/pt-br.php> . Acesso em: 8 mar. 2024.

ANDRÉ, Marli E. D. A. **Estudo de caso: seu potencial na educação**. Cadernos de Pesquisa, (49): 51-54, mai. 1984.

ANTUNES, Celso. **Trabalhando Habilidades: Construindo ideias**. São Paulo, Scipione, 2001.

ASTIN, Alexander. **What matters in college?** Four critical years revisited. San Francisco: Jossey-Bass, 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/VD7hTdfYbHCZnKxzTNfHSYk/>. Acesso em: 20 jan. 2025.

ADUFS. ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA. Instituições de Ensino são espaços violentos e excludentes para pessoas trans e travestis. **ADUFS**. Matéria publicada em 28/06/2023. Disponível em: <https://www.adufsbba.org.br/noticia/5557/instituicoes-de-ensino-sao-espacos-violentos-e-excludentes-para-pessoas-trans-e-travestis>. Acesso em 23 jan 2025.

BAHIA. Lei nº 13.458 de 11 de dezembro de 2015. Institui o Projeto Estadual de Auxílio Permanência aos estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica das Universidades Públicas Estaduais da Bahia e dá outras providências. Salvador: Palácio do Governo do Estado da Bahia, 2015. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/lei-no-13458-de-10-de-dezembro-de-2015>. Acesso em: 3 abr. 2023.

BAHIA. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA. Programa Mais Futuro. Mais Futuro. Salvador: BAHIA/SEC, 2023. Disponível em: <http://maisfuturo.educacao.ba.gov.br/permanencia> . Acesso em: 3 abr. 2023

BAHIA. Decreto nº 17.191 de 16 de novembro de 2016. Regulamenta a Lei no 13.458, de 10 de dezembro de 2015, que instituiu o Projeto Estadual de Auxílio Permanência aos estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica das Universidades Públicas Estaduais da Bahia. Salvador: Palácio do Governo do Estado da Bahia, 2016. Disponível em:

<http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/decreto-no-17191-de-16-de-novembro-de-2016>. Acesso em: 3 abr. 2023.

BARDIN, Lorence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Geográfica, 2009

BOAVENTURA, Edivaldo M. **A construção da universidade baiana: objetivos, missões e afrodescendência**. Salvador: EDUFBA, 2009.

BOAVENTURA, Edivaldo M. Origem e formação do sistema estadual de educação superior da Bahia - 1968-1991. **Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade**, [s. l.], v. 14, n. 24, p. 155–173, 2005. Disponível em: Acesso em: <https://books.scielo.org/id/4r/pdf/boaventura-9788523208936-05.pdf>, Acesso em: 15 abr. 2024.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 2011.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em: 08 dezembro de 2024.

BRASIL. **Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. 2010a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm Acesso em: 08 março de 2024.

BRASIL. Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni**. Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 abr. 2007a. Seção I. P. 4. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 23 de fev de 2025.

BRASIL. **Portaria Normativa MEC nº 25, de 28 de dezembro de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as instituições de educação superior públicas estaduais (PNAEST). 2010b. Disponível em: <http://www.uel.br/prograd/eventos/enem/documentos/portaria_mec_25_28.12.2010.pdf>. Acesso em : 08 março de 2024.

BRASIL. Portaria Normativa Nº 18 do Ministério da Educação, de 11 de outubro de 2012. **Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12711-29-agosto-2012-774113-publicacaooriginal-137498-pl.html>. Acesso em: 10 de mar. de 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.** [2012]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 10 mar. 2024

BRASIL, Lei n. 13.146 de 6 de jul. de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015/lei/113146.htm. Acesso em 24 set. 2024.

BRASIL, **Lei 13.409.** Altera a Lei de Cotas para o Ensino Superior. Brasília, DF: 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/lei/113409.htm Acesso em: 14 set. 2024.

BRASIL, **Lei 14.723.** Altera a Lei nº 12.711 de 2012. DF: 2023. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/lei/14723.htm Acesso em: 23 mar. 2025.

BRASIL, Lei 13.182/2014. Estatuto da Igualdade Racial. 2010. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ba/lei-ordinaria-n-13182-2014>. Acesso em: 23 de mar de 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo Técnico do Censo da Educação Superior 2023.** Disponível em: www.gov.br/inep/ptbr/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/estatisticas-e-indicadores-educacionais/resumo-tecnico-do-censo-da-educacao-superior-2023 acesso em 02 março 2025.

CARNEIRO, L. A. V., & BRIDI, F. R. S. (2020). **Políticas Públicas de Ensino Superior no Brasil: um olhar sobre o acesso e a inclusão social.** Revista IberoAmericana de Estudos em Educação, 15(1), 146-158. <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12059>. Acesso em: 15 de fev de 2025.

CARVALHO dos Santos, A. M., & MACHADO Ferreira, C. S. (2022). **O Sistema de Reserva de Vagas na UEFS: uma narrativa sobre os 10 anos.** Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/As (ABPN), 14(39), 610–635. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1290> acesso em 05 março 2025.

CATHERINE. Walsh. **Pedagogías decoloniales. Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir.** Tomo I (editora), Quito, Abya-Yala, 2013.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

COULON, Alain. **A condição de estudante: a entrada na vida universitária.** Salvador: EDUFBA, 2000.

COULON, Alain. **A condição do estudante: a entrada na vida universitária**. Salvador: EDUFBA, 2008.

DELATORRE, F.; MACEDO, J. S. de; IOPPI, L. S.; BORGES, J. R.; NIEHUES, B. W. R.; LUZ, S. S. da. O programa institucional de apoio pedagógico aos estudantes (PIAPE): um relato de experiência (Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC). In: DIAS, C. E. S. B.; TOTI, M. C. da S.; SAMPAIO, H.; POLYDORO, S. A. J. (org.) **Os serviços de apoio pedagógico aos discentes no ensino superior brasileiro**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. p. 129-148. *E-book*. Disponível em: <https://www.acessibilidade.ufscar.br/arquivos/capitulos-de-livros/ebookapoio-pedagocc81gico-2.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2024.

DIAS, C. E. S. B. **O apoio pedagógico no campo da assistência estudantil no contexto da expansão do ensino superior no Brasil**. Orientadora: Helena Maria Sant’Ana Sampaio. 122 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/items/ac2cfd41-fdde-4d16-bfff-2f8ec0f83948>. Acesso em: 25 de abril de 2024.

DIAS, C. E. S. B.; SAMPAIO, H. **Serviços de apoio a estudantes em universidades federais no contexto da expansão do ensino superior no Brasil**. In: DIAS, C. E. S. B.; TOTI, M. C. da S.; SAMPAIO, H.; POLYDORO, S. A. J. (org.) **Os serviços de apoio pedagógico aos discentes no ensino superior brasileiro**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. p. 27-60. *E-book*. Disponível em: <https://www.acessibilidade.ufscar.br/arquivos/capitulos-de-livros/ebookapoio-pedagocc81gico-2.pdf>. Acesso em: 25 de abril de 2024

DIAS, C. E. S. B.; TOTI, M. C. da S.; SAMPAIO, H.; POLYDORO, S. A. J. (org.). **Os serviços de apoio pedagógico aos discentes no ensino superior brasileiro**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. 518 p. *E-book*. Disponível em: <https://www.acessibilidade.ufscar.br/arquivos/capitulos-de-livros/ebookapoio-pedagocc81gico-2.pdf>. Acesso em: 30 de abril de 2024.

DIAS, Carlos Eduardo Sampaio Burgos; TOTI, Michelle Cristine da Silva ; SAMPAIO, Helena ; POLYDORO, Soely Aparecida Jorge (Orgs.) **Os serviços de apoio pedagógico aos discentes no ensino superior brasileiro**. 518 p.

DOURADO, L. F. (org.) **Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas**. v. 1. Goiânia; Belo Horizonte: Ed. UFG/ Ed. Autêntica, 2011. 344 p.

DUTRA, N. G. dos R., & SANTOS, M. F. de S. (2017). **Assistência estudantil sob múltiplos olhares: A disputa de concepções. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, 25(94), 148-181. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362017000100006>
» <https://doi.org/10.1590/S0104-40362017000100006>. Acesso em: 10 de março de 2025.

FERES JÚNIOR, João; DAFLON, Verônica; BARBARELA, Eduardo; RAMOS, Pedro. **Levantamento das políticas de ação afirmativa nas universidades estaduais (2013)**. Rio de Janeiro: IESP-UERJ, 2013. (Levantamento das políticas de ação afirmativa GEMAA). *E-book*. Disponível em: <https://gemaa.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2018/03/Levantamento-3.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2024.

FERES JÚNIOR., João. **Ação Afirmativa na Índia e no Brasil: um estudo sobre a retórica acadêmica.** *Sociologias*, Porto Alegre, ano 17, n. 40, p. 92-123, set./dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/15174522-017004003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/k8MczLBcth5xsFDSkkHTQFx/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 mar. 2024.

FERREIRA, Cintia Souza Machado; SANTOS, Ana Maria C. ; OLIVEIRA, Carina S. C. . A Construção e Consolidação de Espaços para Gestão e Discussão das Ações Afirmativas na UEFS. In: Paulo Vinicius Baptista da Silva, Nathalia Savione Machado, Neli Gomes da Rocha ... [et al.]. (Org.). **Negras escrevências, interseccionalidades e engenhosidades: educação e políticas afirmativas.** 1ed.Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2021, v. 2, p. 777-788.

FERREIRA, C. S. M., OLIVEIRA, M. P., Mayne Costa Cerqueira, & PIMENTEL, S. C. (2024). Perspectivas para a Permanência na Educação Superior. **Revista Acadêmica GUETO**, 8(17). Disponível em <https://periodicos.ufrb.edu.br/index.php/gueto/article/view/5218> acesso em 21 maio de 2024.

FERREIRA, C. S. M. **O Projeto Estadual e Auxílio Permanência na Universidade Estadual de Feira de Santana: Caminhos para o fortalecimento da Permanência Qualificada.** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Recôncavo Baiano, Cruz das Almas – BA, 2023. 233f.

FIGUEIREDO, Otto Vinicius Agra. **Ações Afirmativas e Assistência Estudantil nas Universidades Estaduais Baianas.** Orientadora: Delcele Marcarenhas Queiroz. 277 f. Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2022. URI: <http://hdl.handle.net/20.500.11896/2663>. Disponível em: <https://saberaberto.uneb.br/items/66141dbe-100e-4080-863b-75026018c239>. Acesso em: 30 de março de 2024.

FIGUEIREDO, Otto Vinicius Agra. Ações Afirmativas no Brasil: uma discussão política. In: SEMANA DE MOBILIZAÇÃO CIENTÍFICA, 10., 2007, Salvador. **[Anais]**. Salvador: UCSAL, 2007. Disponível em: <https://ri.ucs.br/items/c75f6f60-e3e9-486f-a182-fbeb6b7fc501/full>. Acesso em: 30 de março de 2024.

FIGUEIREDO, R. V. **A Formação de professores para a Inclusão dos alunos no Espaço Pedagógico da Diversidade.** In: MANTOAN, M. T. E. (Org.) *O Desafio das Diferenças nas Escolas*. Petrópolis: Vozes, 2006.

FIGUEIREDO, OTTO VINICIUS AGRA. Ações afirmativas e de permanência estudantil nas universidades estaduais baianas. **Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades.** Editora realize, 2017. 11f.. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enlacando/2017/TRABALHO_EV072_MD1_SA29_ID1186_16072017205621.pdf acesso em 22 jan 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

FREIRE. Paulo. **Educação como prática de liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1970.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2. ed. Tradução: Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2004.
- FONAPRACE. **Política Nacional de Assistência Estudantil – PNAES: Relatório Nacional 2018**. Brasília: Disponível em: <https://www.fonaprace.ufba.br>. Acesso em: 23 abr. 2025.
- FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. **Revista comemorativa 25 anos: história, memória e múltiplos olhares**. Uberlândia: UFU, PROEX, 2012. Disponível em: https://proae.ufu.br/sites/proae.ufu.br/files/media/arquivo/revista_fonaprace_25_anos.pdf. Acesso em: 05 de maio de 2024.
- FRANCIS, A. M ;TANNURI Pianto, M. (2012b). **Using Brazil’s racial continuum to examine the short-term effects of affirmative action in higher education**. *Journal of Human Resources*, 47(3), 754-784
- GIANEZINI, K.; et al. **Grupo de Estudos sobre Universidade (GEU): experiências de iniciação científica (IC) no curso de direito**. In: PREVE, D. R.; GIANEZINI, M.; MUELLER, R. R. (Orgs.). *Temas Contemporâneos em Pesquisa: experiências e trajetórias de grupos de pesquisa nas ciências sociais aplicadas*. I ed. Curitiba: Multideia, 2016b, v. 1, p. 63-81.
- GIANEZINI, K., & Allen, W. **Notas acerca do desenvolvimento da educação superior nos Estados Unidos e no Brasil: cronologia dos aspectos históricos, sociais e educacionais**. *Estudios Históricos*, X (19), 1-23, 2018.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2007, 5.ed .8. Reimp. p. 42-74.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010. 5ª ed.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1989.
- BRASIL, Casa Civil. Lei nº 12711/2012. **Lei de Cotas**. 2012b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 10 março. 2024.
- GOMES, Nilma Lino. Para além das bolsas acadêmicas: ações afirmativas e o desafio da permanência dos(as) jovens negros(as) na universidade pública. In: SILVÉRIO, Valter

Roberto; MOEHLECKE, Sabrina (Orgs.). **Ações afirmativas nas políticas educacionais, o contexto pós-DURBAN**. São Carlos: EdUFSCAR, 2009.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: GONZALEZ, Lélia. Lugar de Negro. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

HERINGER, R. Políticas de ação afirmativa e os desafios da permanência no ensino superior. In: DIAS, C. E. S. B.; TOTI, M. C. da S.; SAMPAIO, H.; POLYDORO, S. A. J. (org.). **Os serviços de apoio pedagógico aos discentes no ensino superior brasileiro**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. p. 61-78. *E-book*. Disponível em: <https://www.acessibilidade.ufscar.br/arquivos/capitulos-de-livros/ebookapoio-pedagogoc81gico-2.pdf>. Acesso em: 05 de maio de 2024.

HERINGER, R. Um balanço de 10 anos de políticas de ação afirmativa no Brasil. **Revista Tomo**, [s. l.] São Cristóvão, v. 1, p. 13-29, 2014. DOI: <https://doi.org/10.21669/tomo.v0i0.3184>. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tomo/article/view/3184>. Acesso em: 06 de maio de 2024.

HERNÁNDEZ, Fernanda. **A produção da diferença: Estudos sobre gênero e sexualidade na universidade**. São Paulo: Annablume, 2016.

HONORATO, G.; VARGAS, H.; HERINGER, R. **Assistência estudantil e permanência na universidade pública: refletindo sobre os casos da UFRJ e da UFF**. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS), 35., 2014, Caxambu. [Anais] Caxambu: ANPOCS, 2014. p. 1-24. Disponível em: <https://biblioteca.sophia.com.br/terminal/9666/acervo/detalhe/5154?guid=1741638640338&returnUrl=%2fterminal%2f9666%2fresultado%2flistar%3fguid%3d1741638640338%26quantidadePaginas%3d1%26codigoRegistro%3d5154%235154&i=1>. Acesso em: 08 de março de 2024.

HOOKS, bell. **Um jeito de ensinar que qualquer um possa aprender: a educação como prática da liberdade**. Trad. de Tânia de Araújo. São Paulo: Ática, 1999.

IBGE. **Censo demográfico brasileiro**. 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9663-censo-demografico-2000.html>. Acesso em: 01 de out. de 2024.

INEP. Censo da Educação Superior 2023 – Resultados Preliminares. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasília, 2023.

INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA (IFBA). (2024). Consup aprova adequação de normativas das Ações Afirmativas no IFBA a novos dispositivos da Lei de Cotas. Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/noticias/2024/consup-aprova-adequacao-de-normativas-das-acoes-afirmativas-no-ifba-a-novos-dispositivos-da-lei-de-cotas>. Acesso em 20 abril 2025.

KING, N. The Qualitative Research Interview. In: CASSEL, C; SIMON, G. (ed). **Qualitative Methods in Organizational Research, a Practice Guide**. Londres: Sage Publications, 1995.

KOLB, DA (1984). *Aprendizagem Experiencial: Experiência como Fonte de Aprendizagem e Desenvolvimento*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall. Disponível em: <http://academic.regis.edu/ed205/Kolb.pdf>. Acesso em: 20 jan 2025.

LÜDKE, M. e ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 8ª edição. São Paulo: EPU, 2011. 99 p.

MAGALHAES, Janaina de Cassia. **Gestão da Políticas de Cotas em Instituições Federais de Ensino Superior: Estudo na Universidade Federal de Goiás**, 2019.

MAY, Tim. **Pesquisa Social: questões métodos e processos**. 3.ed. Porto Alegre: Artimed, 2004.

MELLO, Thiago. **Faz escuro mas eu canto**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009

MENDES JUNIOR, Alvaro Alberto Ferreira Mendes; SOUZA, Alberto de Mello E.; WALTENBERG, Fabio Domingues. **Affirmative Action and Access to Higher Education in Brazil: The Significance of Race and Other Social Factors**. *Journal of Latin American Studies*, v. 48, n. 02, p. 301-334, 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. (2023). **Presidente Lula sanciona PL que atualiza Lei de Cotas**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/ptbr/assuntos/noticias/2023/novembro/presidente-lula-sanciona-pl-que-atualiza-lei-de-cotas>. Acesso 20 abril 2025.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. (2022). **Universidades estaduais atendem recomendação para cumprir sistema de cotas na contratação de professores**. Disponível em: <https://www.mpba.mp.br/area/caodh/noticias/62329>. Acesso 20 abril 2025.

MORAES, Karina Rizek Ferreira. Permanência estudantil no ensino superior: desafios e possibilidades. *Revista Educação e Sociedade*, v. 36, n. 133, p. 345-364, 2015.

MOEHLECKE, S. **Ação afirmativa: história e debates no Brasil**. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 117, p. 197-217, 2002. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/550>. Acesso em: 22 mar. 2025.

MOTA, J. S. Utilização do googleforms na pesquisa acadêmica. *Revista Humanidades e Inovação*, Palmas, v. 6, n. 12, 2019.

MOTA JÚNIOR, A. M. Desafios contemporâneos da administração universitária: um estudo das dimensões política, organizacional, cultural e econômica na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). 2022. Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade) – Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2022.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade, etnia**. Niterói/RJ: EDUFF, 2000. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade versus identidade negra** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. **Políticas de ações afirmativas em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa das cotas**. In: *Revista Espaço Acadêmico*. Ano II, nº 22. Março de

2003. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/022/22cmunanga.htm>. Acesso em março de 2014. DOI: <https://doi.org/10.5216/sec.v4i2.515>. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/515>. Acesso em: 10 mar. 2024.

_____. **Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos.** In: Revista USP, 5 vol, n:68. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i68p46-57>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13482>. Acesso em: 03 de julho de 2024.

_____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MUSSI, Amali de Angelis. **Docência no Ensino Superior: conhecimentos profissionais e processos de desenvolvimento profissional**, 2007. Tese (Doutorado) – Curso: Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007. DOI: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/16304>. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/16304>. Acesso em: 05 de março de 2024.

MUSSI, A. de A. **Apresentação de dados sobre a Universidade Estadual de Feira de Santana**, UEFS. Documento próprio, 2024.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do Negro Brasileiro.** São Paulo: Perspectiva, 2003.

NASCIMENTO, G. V. P. **Estudo controlado da efetividade de um instrumento que acopla aprendizagem ativa e tecnologia:** criação de vídeos pelos estudantes. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências e Tecnologias em Saúde) - Universidade de Brasília. Brasília, 2014

NASCIMENTO, Clara Martins do. A assistência estudantil consentida na contrarreforma universitária dos anos 2000. **Universidade e Sociedade**, [s. l.], n. 53, p. 88–99, 2014. Disponível em: <https://issuu.com/andessn/docs/53/2>. Acesso em: 10 de abril de 2024.

NEVES, E. P. **Facilidades e dificuldades de alunos da Educação de Jovens e Adultos sobre o currículo de Matemática.** 2020. 153f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2020.

NEVES, Pedro Dias Mangolini; LIMA, Maria das Graças de; SANTOS, Aldenir Dias dos. Onde estão os alunos negros da Universidade Estadual de Maringá (PR)? **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [s. l.], v. 3, n. 7, p. 117–127, 2012. Disponível em: <http://www.abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/367>. Acesso em: 15 jan. 2024..

NUNES, Roseli Souza dos Reis; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. A assistência estudantil na Universidade Federal de Mato Grosso: aspectos socioeconômicos de estudantes beneficiados. In: Seminário Nacional da Rede Universitas, Br, XXIV, 2016, Maringá, PR. Anais... 2016. p. 969-984 OECD. **Education at a glance 2019: country note: Brazil.** 2019. Disponível em: <https://www.oecd.org/education/education-at-a-glance/> Acesso em: 11, jan 2025.

OLIVEIRA, C. E. C.; MOTA JÚNIOR, A. M. **Financiamento da assistência e permanência estudantil na Universidade Estadual de Feira de Santana**. Revista Práticas em Gestão Pública Universitária, ano 6, v. 6, n. 1, p. 139-163, jan./jun. 2022.

OLIVEIRA, F. C. D.; **O dito e o feito: uma análise do atendimento educacional especializado para surdos nas escolas públicas de Santa Maria**. 2019. 65 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia). Universidade de Brasília, DF. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/22682/1/2019_FernandaConceicaoDeOliveira_tcc.pdf. Acesso em: 16 dez. 2024.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Education at a glance 2019: country note: Brazil**. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1787/f8d7880d-en>. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/education-at-a-glance-2019_f8d7880d-en.html. Acesso em: 11 jan 2025.

PELISSONI, A. M. S.; DANTAS, M. A.; MARTINS, M. J.; WARGAS, B. M. da S.; ALTMANN, H.; POLYDORO, S. A. J. **Serviço de apoio ao estudante: contribuições para a permanência acadêmica e aprendizagem (Universidade Estadual de Campinas – (Unicamp))**. In: DIAS, C. E. S. B.; TOTI, M. C. da S.; SAMPAIO. . Disponível em: <https://www.acessibilidade.ufscar.br/arquivos/capitulos-de-livros/ebookapoio-pedagocc81gico-2.pdf>. Acesso em: 10 de março de 2024.

PIMENTEL, Susana. C. (Org.). **Estudante com deficiência no ensino superior: construindo caminhos para a desconstrução de barreiras na UFRB**. Cruz das Almas, BA: NUPI, PROGRAD, UFRB, 2013. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/nupi/images/documentos/Estudantes%20com%20deficiencia%20no%20Ensino%20Superior%20construindo%20caminhos%20para%20in.pdf>. Acesso em: 05 de março de 2024.

PIOVESAN, Flavia. Ações afirmativas sob a perspectiva dos direitos humanos. In: SANTOS, Sales Augusto dos (Org). **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília/DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p.35–45.

POLYDORO, S. A. J. (Orgs.). **Os serviços de apoio pedagógico aos discentes no ensino superior brasileiro**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. p. 283.

PORTES, Écio Antônio; SOUSA, Letícia Pereira de. O nó da questão: a permanência de jovens dos meios populares no ensino superior público. In: **Seminário 10 anos de ações afirmativas: conquistas e desafios**. Rio de Janeiro: FLACSO/GEA, 2012. Disponível em: https://flacso.org.br/files/2015/03/Apresentacao_Ecio_Portes.pdf Acesso: 11 out. 2024.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989.

RODRIGUES, Brandão Ana Alice. **A Inclusão no Ensino Superior: atenção psicossocial aos discentes com necessidades educacionais na Universidade Estadual de Feira de Santana**. Orientador: Carlos César Barros. 117 f. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) –

Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2019. Disponível em: <http://tede2.uefs.br:8080/handle/tede/917>. Acesso em: 8 de jan. de 2025.

SALATA, A. **Ensino Superior no Brasil das últimas décadas: redução nas desigualdades de acesso?**. *Tempo Social*, 30(2), 219-253, 2018.

SANTANA, J. S. S.; NASCIMENTO, M. A. A. (Org.). **Pesquisa: métodos e técnicas de conhecimento da realidade social**. Feira de Santana: UEFS, 2010. p. 74.

SANTOS, Ana Maria de Carvalho OLIVEIRA, Carina Silva de Carvalho; MATTOS, Ivanildes Guedes (orgs). **História e memórias das ações afirmativas na UEFS**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Universidade no século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. In: *A Universidade no século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, D. B. R. Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2009.

SANTOS, Maria Rita. **“Quantos além de mim”?** narrativas das experiências de acesso à universidade de educadores negros do PREAFRO em Itabuna-Bahia. 145 f. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2014. Disponível em: <http://tede2.uefs.br:8080/handle/tede/115>. Acesso em: 10 de jan. de 2025

SANTOS, Wilton Macedo. **Ações afirmativas na UESC: o impacto da reserva de vagas para negros no perfil dos estudantes**. 122 f. 2017. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2017. Disponível em: https://www.uesc.br/ppgeconomia/index.php?item=conteudo_dissertacao.php. Acesso em: 10 de março de 2024.

SANTOS, Sérgio Pereira dos. **Os “intrusos” e os “outros” quebrando o aquário emudando os horizontes**: as relações de raça e classe na implementação das cotas sociais no processo seletivo para cursos de graduação da UFES - 2006-2012. 390 f. 2014. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/1429>. Acesso em: 10 de jan. de 2025

SANTOS, Jocélio Telles dos. **Cotas nas universidades**: análise dos processos de decisão. Salvador: CEAO, 2012. 288 p.

SANTOS, C. P. C.; MARAFON, N. M. A Política de Assistência Estudantil na Universidade Pública Brasileira: desafios para o Serviço Social. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 408 - 422, ago./dez. 2016.

SILVA, M. R.; SCHEIBE, L. Reforma do ensino médio: Pragmatismo e lógica mercantil. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 11, n. 20, p. 19–31, 2017. DOI: 10.22420/rde.v11i20.769. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/769>. Acesso em: 22 mar. 2025.

SILVA, Gabriela do Rosario; AMARAL, Shirlena Campos de Souza; MOURA, Sérgio Arruda de. **A política de cotas étnico-raciais em perspectiva da inclusão social e afirmação da identidade negra: diagnósticos com base nos discursos de discentes cotistas da UENF e da UFF**. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS), 42., 2018, Caxambu. [Anais]. Caxambu: ANPOCS, 2018, p. 1-22. Disponível em: <https://biblioteca.sophia.com.br/terminal/9666/acervo/detalhe/2778?guid=1741638470549&returnUrl=%2fterminal%2f9666%2fresultado%2flistar%3fguid%3d1741638470549%26quantidadePaginas%3d1%26codigoRegistro%3d2778%232778&i=1>. Acesso em: 10 de março de 2024.

SILVA, Valdélis Santos. Políticas de ações afirmativas na UNEB (Memórias de um acontecimento histórico). **Universidade e Sociedade**, [s. l.], n. 46, p. 92–98, 2010. Disponível em: https://redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/ufba_artigo_2010_VSSilva.pdf. Acesso em: 10 de março de 2024.

SILVA, P. T DE.; SAMPAIO, L. M. B. Políticas de permanência estudantil na educação superior: reflexões de uma revisão da literatura para o contexto brasileiro. **Revista de Administração Pública**. FGV/EBAPE. Rio de Janeiro 56(5): 603-631, set. - out. 2022

SCHWARTZMAN, Simon. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

TEIXEIRA, L. G. A.; ESTRELA, S. C.; FERNANDES, J. C. C. Políticas públicas de assistência estudantil: uma breve reflexão sobre gênero no Instituto Federal Goiano - Câmpus Urutaí. **XII Encontro de Pesquisa em Educação - Centro Oeste**. 2018. Disponível em: https://sites.pucgoias.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado/educacao/wpcontent/uploads/sites/61/2018/05/Luciana_-Simone-Da-Costa-Estrela_-Juliana-Cristinada-Costa-Fernandes.pdf. Acesso em: 14 Dez 2024.

TINTO, Vicent. **Leaving college: rethinking the causes and cures of student attrition**. 2. ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1987. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/310604462> Permanencia na Educacao Superior u m estudo com estudantes de graduacao a distancia. Acesso em 11 jan 20225.

TOTI, M. C. da S.; POLYDORO, S. A. J. Serviços de apoio a estudantes nos Estados Unidos da América e no Brasil. In: DIAS, C. E. S. B.; TOTI, M. C. da S.; SAMPAIO, H.; POLYDORO, S. A. J. (Orgs.). **Os serviços de apoio pedagógico aos discentes no ensino superior brasileiro**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. p. 79-101. Disponível em: <https://www.acessibilidade.ufscar.br/arquivos/capitulos-de-livros/ebookapoio-pedagocc81gico-2.pdf>. Acesso em: 05 de fev. de 2024.

TRIVINOS, A. W. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo. **Bases Teórico-Metodológicas da Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais. Idéias Gerais Para a Elaboração de um Projeto de Pesquisa.** Cadernos de Pesquisa Ritter dos Reis. Vol IV. Nov. 2001. 2ª ed. Porto Alegre. Faculdades Integradas Ritter dos Reis. 2001.

VILELA, L., MENEZES-Filho, N., & TACHIBANA, T. Y. (2016). **As cotas nas universidades públicas diminuem a qualidade dos alunos selecionados?** Simulações com dados do ENEM. Recuperado em 17 abril, 2017, de <https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2016/06/Cotas-universidades-publicas-diminuem-qualidade-alunos-selecionados-ENEM.pdf>. Acesso em: 12 de jan de 2025.

VYGOTSKY, L. S. (2003). **Pensamento e linguagem** (3ª ed.). São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1934. Disponível em: [cielo.br/j/estpsi/a/F937bxTgC9GgpBJ8QhCKs6F/?format=pdf&lang=pt#:~:text=Vygotsky%20\(1934%2F2003\)%2C,com-%20preender%20o%20seu%20pensamento](https://cielo.br/j/estpsi/a/F937bxTgC9GgpBJ8QhCKs6F/?format=pdf&lang=pt#:~:text=Vygotsky%20(1934%2F2003)%2C,com-%20preender%20o%20seu%20pensamento). Acesso em: 20 jan 2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA. **Resolução CONSU nº 196/2002 de 30 de maio de 2002.** Estabelece e aprova o sistema de quotas para população afrodescendente, oriunda de escolas públicas, no preenchimento de vagas relativas aos cursos de graduação e pós-graduação e dá outras providências. Salvador: UNEB, 2002.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA. ASSESSORIA TÉCNICA E DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL. **Relatórios. Relatórios de Gestão. Relatório de Gestão 2003-2007.** Feira de Santana: UEFS/ASPLAN, 2007.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA. CONSELHOS SUPERIORES. Resoluções UEFS. CONSEPE. **Resolução CONSEPE nº 050/2018 de 18 de abril de 2018.** Dispõe sobre o Programa de Assistência Estudantil da Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana: UEFS/CONSELHOS, 2018.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA. CONSELHOS SUPERIORES. Resoluções UEFS. CONSEPE. **Resolução CONSEPE nº 088/2021 de 30 de agosto de 2021.** Dispõe sobre a Política de Ações Afirmativas nos Cursos de Pós-Graduação stricto sensu e lato sensu da Universidade Estadual de Feira de Santana destinada a grupos historicamente excluídos. Feira de Santana: UEFS/CONSELHOS, 2021.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA. CONSELHOS SUPERIORES. Resoluções UEFS. CONSU. **Resolução CONSU nº 034/2006 de 20 de julho de 2006.** Estabelece reserva de vagas para os cursos de graduação da UEFS, para grupos historicamente excluídos, realizada através do Processo Seletivo de Acesso ao Ensino Superior. Feira de Santana: UEFS/CONSELHOS, 2006.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA. CONSELHOS SUPERIORES. Resoluções UEFS. CONSU. **Resolução CONSU nº 010/2019 de 7 de novembro de 2019.** Dispõe sobre a reserva de vagas e sobrevagas para os cursos de graduação da UEFS, destinada para grupos historicamente excluídos, realizada através do Processo Seletivo de Acesso ao Ensino Superior. Feira de Santana: UEFS/CONSELHOS, 2019.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA. CONSELHOS SUPERIORES. Resoluções UEFS. CONSU. **Resolução CONSU nº 005/2020 de 5 de maio de 2020**. Altera o Artigo 5º da Resolução CONSU 010/2019, que dispõe sobre a reserva de vagas para os cursos de graduação da UEFS, para grupos historicamente excluídos, realizada através de Processo Seletivo de Acesso ao Ensino Superior. Feira de Santana: UEFS/CONSELHOS, 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA. PRÓ-REITORIA DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS E ASSUNTOS ESTUDANTIS. **Início**. Feira de Santana: UEFS/PROPAAE, 2023. Disponível em: <http://www.propaae.uefs.br/>. Acesso em: 3 abr. 2023.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA. PRÓ-REITORIA DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS E ASSUNTOS ESTUDANTIS. **Atribuições do Núcleo de Apoio Psicossocial e Pedagógico**. Disponível em: <http://www.propaae.uefs.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=9> . Acesso em: 25 fev. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA. PRÓ-REITORIA DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS E ASSUNTOS ESTUDANTIS. **Manual de acesso às políticas afirmativas de assistência estudantil**. Feira de Santana: UEFS, 2023. Disponível em: <http://www.propaae.uefs.br/arquivos/File/cpafir/ManualatualizadoonlineaAcessoasPoliticasaAfirmativaseAssistenciaEstudantil.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA. PRÓ-REITORIA DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS E ASSUNTOS ESTUDANTIS. **Organograma**. Disponível em: UEFS. <http://www.propaae.uefs.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=3>. Acesso em: 25 fev. 2025

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2020–2024**. Feira de Santana: UEFS, 2020. Disponível em: <https://www.uefs.br>. Acesso em: 9 abr. 2025.

WESTRUP, M. P. R.; GIANEZINI, K.; GIANEZINI, M. **Políticas públicas e pós-graduação stricto sensu: o perfil e os reflexos dos contemplados pelo artigo 171**. In: VI Seminário Internacional de Políticas Públicas da Educação Básica e Superior, 2018, Santa Maria. Anais... do VI Seminário Internacional de Políticas Públicas da Educação Básica e Superior. Santa Maria: UFSM, 2018.

ZAGO, N. **Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de percursos de estudantes universitários de camadas populares**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wVchYRqNFkssn9WqQbj9sSG/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 de abril de 2024.

ZBUINOVICZ, Kauana de Fátima. **Apoio pedagógico na assistência estudantil das Universidades Estaduais do Paraná: possibilidades, iniciativas e limitações**. 2022. Dissertação (Mestre em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/75969>. Acesso em: 1 março de 2024

APÊNDICE 1 – Levantamento de teses para estudo

TEMA	AUTOR	ANO	INSTITUIÇÃO	IDEIA PRINCIPAL
Plano de acompanhamento pedagógico na educação superior: estratégia de inclusão	Paula Lidiane Pereira	2020	UFSM	Apoio pedagógico como estratégia de inclusão para alunos com dificuldades educacionais especiais.
Apoio pedagógico na assistência estudantil das universidades estaduais do Paraná: possibilidades, iniciativas e limitações	Kauana de F. Zbunovicz	2022	Universidade Federal do Paraná	Apoio pedagógico e sua oferta por meio da assistência estudantil nas Instituições de Ensino Superior Estaduais do Paraná.
As unidades de apoio pedagógico e os contextos emergentes: processos formativos na universidade	Lisiane Papis	2020	UFSM	Busca compreender quais as proposições promovidas pelas Unidades de Apoio Pedagógico para atender aos contextos emergentes e a sua repercussão nos processos formativos
Gestão da política de cotas em instituições federais de ensino superior: estudo na Universidade Federal de Goiás	Janaina de Cássia Magalhães	2019	UFG	O objetivo deste estudo foi desenvolver um modelo de avaliação e gestão da política de cotas em Instituições federais de Ensino Superior (IFES), a partir do caso da Universidade Federal de Goiás (UFG) que contribua na promoção da permanência e conclusão dos cursos.
O apoio pedagógico aos estudantes na Universidade Federal de Santa Catarina: um olhar dos gestores.	Ana Carla Bastos	2019	UFSC	O Objetivo é compreender como se constitui, no olhar dos gestores, o SAP/CCA no processo de desenvolvimento da Política Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes de Graduação.
Políticas públicas de permanência estudantil: a democratização do acesso ao ensino superior	Tamires Aparecida do Amaral	2018	UNESP	Analisa as políticas de permanência estudantil no ensino superior, especificamente da UNESP, investigando a legislação e os dados de sua aplicação.
Políticas de permanência estudantil na educação superior contemporânea: a	Magela Reny Fonticiella	2019	UNESP	Investiga as políticas de Permanência Estudantil com abrangência nacional e institucional, no

experiência da UTFPR – campus Medianeira	Gómez			Câmpus Medianeira da Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Proposta de melhorias para uma política de apoio pedagógico no ensino superior a partir da avaliação formativa	Luiza Souza Ioppi Gomes	2023	UFSC	Propõe melhorias a serem implementadas pelo PIAPE, a partir da avaliação formativa.
Ações afirmativas e permanência estudantil nas Universidades Estaduais Baianas.	Otto Vinicius Agra Figueiredo	2022	UNEB	A pesquisa tratou das ações afirmativas e da permanência estudantil nas universidades estaduais baianas (UNEB, UEFS, UESC e UESB).
O projeto estadual de auxílio permanência na Universidade Estadual de Feira de Santana: caminhos para o fortalecimento da permanência qualificada	Cintia Souza Machado Ferreira	2023	UFRB	Identificar estratégias de gestão para o fortalecimento da permanência qualificada de estudantes que fazem parte do Projeto Estadual de Auxílio Permanência na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). O
Ações afirmativas na Universidade Estadual de Feira de Santana UEFS: permanência das (os) estudantes cotistas no ensino superior.	Carina Silva de Carvalho Oliveira	2015	CATÓLICA	Analisa a política de ações afirmativas na Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS, na Bahia
A inclusão no ensino superior: atenção psicossocial aos discentes com necessidades educacionais da universidade Estadual de feira de Santana	Ana Alice Brandão Rodrigues	2019	UEFS	Identifica, descreve e analisa as representações das necessidades educacionais expressas nas demandas dos discentes da UEFS a partir dos relatos registrados pela equipe do NAPP, relacionando-as aos objetivos da Política Institucional de Educação Inclusiva da instituição.
Lugar de índio: processos subjetivos e permanência simbólica de estudantes indígenas na Universidade Estadual de Feira de Santana	Fernanda Almeida Ribeiro Zatti	2020	UEFS	Busca compreender os processos subjetivos e a permanência simbólica dos estudantes indígenas na instituição.

APÊNDICE 2 – Endereços de acesso para materiais de orientação para estudantes e relatórios relativos às políticas de permanência da UEFS

Guia do Estudante de Graduação

http://www.prograd.uefs.br/arquivos/File/Guia_do_Estudante_de_Graduacao/GuidoEstudantedeGraduacao20232.pdf

Manual de Acesso às Políticas de Ações Afirmativas

<http://www.propaae.uefs.br/arquivos/File/cpafir/ManualatualizadoonlineedeacessoasPoliticasafirmativaseAssistenciaEstudantil.pdf>

Relatório Anual das Atividades Desenvolvidas no ano de 2022

http://www.asplan.uefs.br/arquivos/File/RELATORIO_DE_ATIVIDADES/Relatorio_atividades_2022.pdf

Relatório Anual das Atividades Desenvolvidas no ano de 2023

http://www.asplan.uefs.br/arquivos/File/RELATORIO_DE_ATIVIDADES/Relatorio_uefs_2023_versao_final.pdf

APÊNDICE 3 – Total de estudantes atendidos pelas residências da Universidade Estadual de
Feira de Santana entre 2020 e 2024

Semestre	Quantidade
2020.1	128
2020.2	134
2021.1	132
2021.2	123
2022.1	137
2022.2	151
2023.1	170
2023.2	179
2024.1	173

Fonte: PROPAAE/CODAE

APÊNDICE 4 – Dados relativos ao Restaurante Universitário da Universidade Estadual de Feira de Santana

Horários de funcionamento do Restaurante Universitário:

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO			
	SEGUNDA A SEXTA	SÁBADO	DOMINGO E FERIADOS
CAFÉ DA MANHÃ	06:30 - 09:00	06:30 - 09:00	07:30 - 09:00
ALMOÇO	11:00 - 14:30	11:00 - 14:30	11:30 - 13:30
JANTAR	17:30 - 19:30	17:30 - 19:00	17:30 - 19:00

Valores das refeições:

Café da manhã: R\$1,00 (um real)

Almoço: R\$2,00 (dois reais)

Jantar: R\$1,00 (um real)

Número de estudantes atendidos pelo restaurante entre os anos de 2020 a 2024.1

Semestre	Parcial	Integral	Total
2020.1	4270	198	4468
2022.1	4314	230	4544
2022.2	4818	277	5095
2023.1	4710	300	5010
2023.2	4815	319	5134
2024.1	5017	353	5370

Fonte: PROPAAE/NAC

APÊNDICE 5 – Formulário de pesquisa

Formulário direcionado aos estudantes que realizaram acompanhamento pedagógico no NAPP

O presente formulário é direcionado aos estudantes que realizaram acompanhamento pedagógico no Núcleo de Apoio Psicossocial e Pedagógico da UEFS.

Este documento é um dos instrumentos para coleta de dados da pesquisa de mestrado da discente Jeani Barbosa Sousa de Jesus com orientação da Professora Doutora Amali de Angelis Mussi.

A pesquisa tem como tema: O apoio pedagógico como política de permanência estudantil: contribuições do serviço de apoio pedagógico realizado pelo Núcleo de Apoio Psicossocial e Pedagógico para os discentes cotistas da Universidade Estadual de Feira de Santana – BA. O objetivo principal do estudo é descrever quais contribuições o serviço de apoio pedagógico do NAPP traz para os discentes.

Termo de livre consentimento

O presente questionário tem como objetivo conhecer a experiência dos estudantes em relação ao serviço de apoio pedagógico disponibilizado pelo NAPP.

Informamos que o seu anonimato será mantido e as informações serão confidenciais.

Estou ciente das informações e aceito participar da pesquisa.

1 - Qual seu nome?

Sua resposta

2 - Data, mês e ano de nascimento

Sua resposta

3 - Como você se autoidentifica*?

*CIS: pessoa cuja identidade de gênero corresponde ao sexo atribuído ao nascimento.

TRANS: pessoa cuja identidade de gênero não corresponde ao sexo atribuído ao nascer.

HOMEM CIS

HOMEM TRANS

MULHER CIS

MULHER TRANS

TRAVESTI

PESSOA NÃO-BINÁRIA

PESSOA QUEER

PESSOA AGÊNERO

4 - País de nascimento

Sua resposta

5 - Estado de nascimento

Sua resposta

6 - Cidade de nascimento

Sua resposta

7 - Como você se autoidentifica?

INDIGENA

PRETA

AMARELA

PARDA

BRANCA

CIGANA

QUILOMBOLA

Outro:

Sua resposta

8 - Você é pessoa com deficiência ou Necessidade Educacional Específica (NEE)?

Não

Sim, cegueira

Sim, baixa visão

Sim, deficiência física

Sim, deficiência auditiva

Sim, surdo/surda/surde

Sim, deficiência intelectual

Sim, altas habilidades/superdotação

Sim, transtorno do espectro do autismo (tea)

Sim, transtorno do déficit de atenção e hiperatividade

Sim, transtornos específicos de aprendizagem (dislexia, discalculia, disgrafia, disortografia))

Sim, necessidades relacionadas a transtornos mentais e/ou neurológicos

Outro

Sua resposta

9 - Você é usuário(a) do restaurante universitário?

Sim

Não

10 - Qual curso de graduação você faz na UEFS?

Sua resposta

11 - Você ingressou no curso em qual ano/semestre?

Sua resposta

12 - Qual semestre você cursa atualmente?

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

Estou dessemestralizado

13 - Você ingressou no curso da UEFS através da política de Cotas?

Sim

Não

14 - Se sim, em que categoria das cotas abaixo você pertence?

Estudante de escola pública

Negros

Indigenas

Quilombolas

Trans

Ciganos

Pessoa com deficiência

15 - Com qual tipo de Auxílio e/ou Bolsa você é assistido?

Auxílio Residente

Auxílio Emergencial

Mais Futuro

Partiu estágio

Bolsa de Extensão

Bolsa Monitoria

PIBID

UPT

Outro

Sua resposta

16 - Por quanto tempo você realizou/realiza acompanhamento pedagógico no NAPP?

1 semestre

2 semestres

3 ou mais

Outro:

Sua resposta

17-Em que período do curso você iniciou o acompanhamento pedagógico?

Entre o 1º e o 2º semestre

Entre o 3º e 4º

Entre o 5º e 6º

Após o 7º semestre

18-Você procurou o NAPP por:

Livre demanda

Indicação do colegiado

Professor encaminhou

Outro:

Sua resposta

19 - Conseguiu iniciar o acompanhamento de imediato?

Sim

Não.

Aguardei em lista de espera

20 - O que te fez iniciar o acompanhamento pedagógico no NAPP

Dificuldades com rotinas de estudos

Dificuldades em escrita acadêmica

Dificuldades com disciplinas que envolvem cálculo

Dificuldades de convivência com colegas e professores

Problemas de ordem psicológicas

Não afiliação com o meio acadêmico (falta de interação com a vida acadêmica)

21 - Você acha que o acompanhamento do NAPP contribuiu na superação de suas dificuldades pedagógicas?

Sim

Não.

22 - Justifique a resposta anterior

Sua resposta

23 - Em caso de resposta positiva na questão anterior, marque a opção que melhor se enquadra na sua realidade.

- Ajudou na adaptação ou integração com o universo acadêmico
- Contribuiu para o desempenho acadêmico
- Ajudou na inclusão com a turma e relacionamento com os professores
- Auxiliou na construção de rotina de estudos
- Ajudou a permanência na Universidade
- Melhor rendimento nas disciplinas
- Melhor entendimento dos textos e escritas acadêmicas
- Evitou a desistência do curso
- Ajudou a manter o foco nos estudos
- Outros

Sua resposta

24 - Qual foi a frequência dos encontros que você teve com o NAPP?

- Semanalmente
- Quinzenalmente
- Mensalmente
- Outro:

Sua resposta

25 - Você conseguiu frequentar todos os horários agendados pelo NAPP?

- Sim
- Não

26 - Conte um pouco sobre a sua experiência com o acompanhamento realizado pelo NAPP

Sua resposta

27 - O que você sugere para melhorar o acompanhamento pedagógico do NAPP?

Sua resposta

28 - Como você avalia a política de acompanhamento pedagógico oferecida pelo NAPP (ótima, boa, regular, péssima). Por quais motivos?

Sua resposta

29 - Destaque 3 pontos positivos do que encontrou ao procurar apoio do NAPP:

Sua resposta

30 - Destaque 3 pontos que poderiam melhorar na política desenvolvida pelo NAPP de apoio pedagógico ao estudante:

Sua resposta

31 - Você realiza outro tipo de acompanhamento ou tratamento de saúde?

Sim, realizo

Não, somente o NAPP.

Preciso, mas não realizo.

32 - Espaço aberto para outras considerações que julgar importantes:

Sua resposta